PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

FACULDADE MINEIRA DE DIREITO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**O emprego assalariado formal: reflexões sobre sua (des)centralidade
no capitalismo contemporâneo**

Renata Leonel Nunes

Belo Horizonte

2008

Renata Leonel Nunes

**O emprego assalariado formal: reflexões sobre sua (des)centralidade
no capitalismo contemporâneo.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Direito da Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Godinho Delgado.

Belo Horizonte

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Nunes, Renata Leonel
N972e O emprego assalariado formal: reflexões sobre sua (des)centralidade no capitalismo contemporâneo / Renata Leonel Nunes. - Belo Horizonte, 2008.
104 f.

Orientador. Prof. Dr. Maurício Godinho Delgado.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais ,Faculdade Mineira de Direito.
Bibliografia.

1.Direito do Trabalho. 2. Trabalho – Aspectos Econômicos. 3. Bem Estar Social . 4. Neoliberalismo. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Faculdade Mineira de Direito. III. Título.

CDU: 331.16

Bibliotecária – Valéria Inês da Silva Mancini – CRB-1682

Renata Leonel Nunes

**O emprego assalariado formal: reflexões sobre sua (des)centralidade no
capitalismo contemporâneo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Direito da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Direito

Prof. Dr. Mauricio Godinho Delgado – (Orientador) – PUC Minas.

Prof. Dr. José Roberto Freire Pimenta - PUC Minas

Profa. Dra. Adriana Goulart de Sena - UFMG

Prof. Dr. Luiz Otávio Linhares Renault – (Suplente) – PUC Minas

Aos meus pais, *Plínio* e *Selma*, meus maiores exemplos de vida, dedico esta conquista, com a minha mais profunda gratidão e admiração, por tudo que são e, principalmente, por nunca pouparem esforços para que eu me tornasse quem sou.

A vocês, o meu amor sem talvez.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A *Deus*, autor da minha vida.

Ao *Dr. Mauricio Godinho Delgado*, pela dedicação e disponibilidade em me auxiliar na elaboração deste trabalho, pelos ensinamentos ministrados, pela amizade cultivada e por demonstrar que não há nenhum fato mais animador que a incontestável capacidade do homem de elevar sua vida pelo esforço consciente.

Ao *Dr. Luiz Otávio Linhares Renault*, pelo carinho com que aceitou o encargo de participar da banca examinadora e, principalmente, por ensinar que a “gente tem que sonhar, senão as coisas não acontecem...”.

Ao *Alexandre Lopes Rocha Lima*, por ter aberto as portas para o início desta caminhada.

Aos meus professores e colegas do Mestrado em Direito do Trabalho da PUC-Minas pelo ambiente acadêmico fraterno e pelo prazer que tive em estudar com eles, não obstante, por lutar, em conjunto, por um Direito do Trabalho mais digno.

Aos meus irmãos, *Taciana, Fernanda e Fábio*, e aos meus cunhados *Ricardo e Hermes*, que são como irmãos, por demonstrarem com gestos de delicadeza e amor a confiança depositada em mim.

Por fim, um agradecimento e reconhecimento especial ao *André Muniz*, meine ganz neue Augen, por sua capacidade intelectual e emocional, com o qual me apoiou, e pela refinada sensibilidade durante esta trajetória.

“Para não arrefeceres, imaginai que tudo podeis vir a saber. Para não presumirdes, imaginai que por muito que souberes, muito pouco tereis chegado a saber”

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo analisar o debate existente sobre a (des)centralidade do emprego assalariado formal no capitalismo contemporâneo, o qual se assenta no binômio: flexibilização das leis trabalhistas e valorização do Direito do Trabalho.

Uma das doutrinas, denominada “*corrente estrutural determinista*”, compreende que globalização econômica, a internacionalização dos mercados, o avanço tecnológico, as mudanças organizacionais e mercadológicas provocaram a reestruturação produtiva do sistema capitalista, o que resultou em um deslocamento da centralidade da fórmula clássica de contratação. A nova conjuntura teria levado ao ocaso as conquistas trabalhistas obtidas, quando da passagem do estado liberal para o social, em especial no que se refere à elevação da condição social e econômica dos indivíduos desapossados de riquezas materiais.

Por outro lado, a “*corrente conjuntural determinante*” enfrenta essas proposições, guiando-se por uma outra linha de pensamento que tem como mote a estruturação e sedimentação da função do Estado na afirmação da democracia, do trabalho e do emprego da justiça social por meio de efetivas políticas públicas.

Por fim, em suas *considerações finais*, procura demonstrar a relevância do ramo jurídico trabalhista e sua função precípua, a saber, evitar o aviltamento da condição sócio-econômica do empregado na sociedade capitalista, tendo sempre como diretriz a valorização do trabalho humano lastreado no respeito à dignidade da pessoa do trabalhador.

Palavras-chaves: Emprego, Neoliberalismo, Estado de Bem-Estar Social, Políticas Públicas, Direito do Trabalho.

ABSTRACT:

This study aims at analysing the existing debate concerning the (dis)centrality of formal salary-based labor in contemporary capitalism, which bases itself in the binomial: the flexibilization of labor laws and the valuing of Labor Law itself.

One of the doctrines, named “determinist structural thinking”, sees that economical globalization, market internationalization, technological development, organizational and market changes have put into action a productive re-structuring of the capitalist system, what caused a shifting in the centrality of classic hiring. The new setting would have brought down the labor achievements obtained, during the shift from liberal to social state, especially concerning the improvement of social and economical condition of the ones deprived of material riches.

On the other hand, the “determinant conjunctural thinking” faces these propositions, being guided by another line of thought which has as a motto the structuring and sedimentation of the State’s role in the affirmation of democracy, labor and social justice by means of effective public policies.

Thus, this study aims, in its concluding remarks, at bringing to light the relevance of the Labor Law and its praecipuous function, that is, in avoiding the abasement of workers social-economical conditions in capitalist society, guiding itself so as to the valuing of human labor following the respect to the dignity of the person of the worker.

Keywords: Employment, Neoliberalism, Welfare State, Public Politics, Labor Law.

SUMÁRIO:

Introdução:	11
A procura de um método para a crítica:	12
 Capítulo I: Do trabalho ao emprego assalariado formal: surgimento, ascensão e crise do Direito do Trabalho	
1. Aspectos metodológicos da análise:.....	15
1.1. Evolução histórica do trabalho ao emprego: aspectos econômicos, políticos e sociais:.....	16
1.2. Entre a reificação e autonomia do sujeito: os elementos do trabalho no capitalismo:.....	20
1.3. Razões do surgimento do Direito do Trabalho:.....	25
1.4. Funções do Direito do Trabalho:.....	27
1.5. Sistematização do Direito do Trabalho:.....	29
1.6. Direito do Trabalho no Brasil:.....	33
 Capítulo II: O emprego assalariado formal: “corrente estrutural determinista”:	
2. A visão da “corrente estrutural determinista” sobre o emprego assalariado formal:.....	38
2.1. A raízes da doutrina neoliberal: a década da “Crise do Petróleo” e a ruptura com o <i>Welfare State</i> :.....	40
2.2. Alguns aspectos da política do neoliberalismo de gestão das sociedades capitalistas desde o final do século XX:.....	41
2.2.1. O apogeu político do neoliberalismo na década de 80:.....	43
2.3. A transição do Estado Liberal para o Estado Neoliberal: traços de continuidade e diferenças entre o “velho” e o “novo” liberalismo:.....	45
2.4. A crise de 1970 e seus efeitos no Brasil em meados da década de 80/90:.....	47
2.5. A flexibilização e desregulamentação dos direitos trabalhistas: processo de flexibilização das normas trabalhistas enquanto proposta de solução para o desemprego:.....	49

2.6. Tendências do mundo do trabalho e as razões da descentralidade do emprego:....	52
2.6.1 Desajuste fiscal:.....	53
2.6.2. Ciência e novas tecnologias – A Terceira Revolução Tecnológica:.....	54
2.6.3. Mudanças organizacionais das empresas: algumas considerações sobre toyotismo, taylorismo-fordismo, terceirização e multifuncionalidade:.....	56
2.6.4. Mudanças mercadológicas - globalização:.....	58

Capítulo III: O emprego assalariado formal: “corrente conjuntural determinante”

3. A visão da “corrente conjuntural determinante” sobre o emprego assalariado formal:.....	61
3.1. O Estado de Bem-Estar Social: breve reflexão sobre contexto histórico, estruturação e desenvolvimento:.....	63
3.2. A centralidade do emprego na visão keynesiana: contraponto do desprestígio neoliberal:.....	67
3.3. O Direito do Trabalho e sua ligação com o Estado de Bem-Estar Social: instrumentos de valorização do emprego:.....	69
3.4. Antagonismos: Estado de Bem-Estar Social e Estado Mínimo:.....	75
3.5. Tendências do mundo do trabalho e as razões da centralidade do emprego:.....	78
3.6. Diagnósticos e prognósticos:.....	83
Considerações finais:	88
Bibliografia:	98

Introdução

É objetivo desta dissertação analisar a importância do emprego assalariado formal como meio de inserção social na economia brasileira. Mais precisamente, é nossa intenção verificar se a relação empregatícia de trabalho fundada nos cinco elementos fáticos jurídicos, quais sejam, trabalho realizado por pessoa física, com personalidade, subordinação, onerosidade e não-eventualidade, normatizada pela conjugação dos artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho – se tal relação sustenta em si a possibilidade de garantir ao trabalhador plenos direitos a moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

O fator ordinário que motiva a presente pesquisa é o debate existente atualmente sobre a (des)centralidade do primado do trabalho e do emprego, como requisito cardinal do desenvolvimento econômico. Em linhas gerais, uma das vertentes encabeçadas, por exemplo, pelo jurista Mauricio Godinho Delgado, pelo economista Marcio Pochmann e pelo sociólogo Ricardo Antunes entende que a relação de emprego é a principal forma de atrelamento do empregado ao sistema econômico capitalista, pois é através dela que o indivíduo despossuído de riqueza material se insere na sociedade (através do dispêndio de sua força de trabalho), obtendo assim uma contraprestação.

Por outro lado, há uma outra corrente de pensamento, liderada por economistas e juristas que defendem a precarização das relações de emprego, a liberalização da tutela protetiva do empregado, a redução do custo do trabalho, a introdução de regras flexibilizantes e políticas de intervenção estatal mínima. Entendem que em nome da competitividade da economia global estes são os únicos meios de atrair o capital, reduzir os índices de desemprego e, conseqüentemente, propiciar a geração de empregos e renda.

Nossa pesquisa não irá pressupor, de antemão, que uma dessas vertentes carregue em si uma conclusão definitiva sobre o tema. Sequer podemos assumir que os resultados obtidos por uma dessas correntes acima mencionadas contradigam os resultados alcançados pela outra, ou mesmo que, estando as respostas de uma corrente corretas, as da outra, necessariamente, sejam falsas. Pois é bastante plausível que a lógica interna da temática que será investigada por essa dissertação porte em si “contradições”, ou seja, que, na tentativa de apresentar um resultado claro e seguro, ambas as correntes possam fornecer respostas, embora díspares, que se integram no

cômputo dos resultados. Em outras palavras, não pressupomos que a referida lógica seja binária, isto é, que uma alternativa para o problema seja falsa e a que a outra seja, dessa sorte, verdadeira, sendo que nesse caso uma anularia a outra. Não podemos tomar partido por julgar que um trabalho acadêmico deve desenvolver uma *crítica interna*, sem o que jamais conseguirá elencar os elementos suficientes para uma conclusão.

A procura de um método para a crítica

A pretensão que constava no projeto de pesquisa para a presente dissertação era a de utilizar o método dedutivo (silogístico), que da concatenação das premissas extrairia as respectivas conclusões. No encadeamento articulado dessas conclusões encontraríamos os resultados objetivos. Esse método e técnica são próprios e adequados à lógica, mais precisamente, à lógica jurídica, e é adotado também por outros campos do saber, tais como a economia e as ciências sociais.

Entretanto, evitando estruturas complexas de análise econômicas e sociológicas, optamos por buscar na filosofia um método mais simples, porém seguro, de investigação. No *Discurso do Método*, o filósofo francês, René Descartes explica como deve proceder toda disciplina do conhecimento para que possa encontrar suas “verdades claras e distintas”:

O primeiro (critério) era o de nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal; ou seja, de evitar cuidadosamente a pressa e a prevenção, e de nada fazer constar de meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse motivo algum de duvidar dele. O segundo, o de repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias a fim de melhor solucioná-las. O terceiro, o de conduzir por ordem de meus pensamentos, iniciados pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, pouco a pouco, como galgando degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e presumindo até mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.¹

1) Tal como compreendemos, duvidar significa não omitir juízo sem circunspecta análise, ou melhor, no caso do tema que norteia o debate ora proposto, não iremos

¹ DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução Enrico Corvisieri. São Paulo, Coleção “Os Pensadores”: Nova Cultural, 1999, p. 49/50.

tomar partido de um dos lados até que tenhamos pesquisados os elementos constituintes de ambas as vertentes.

2) “Repartir as dificuldades”, a significar que iremos analisar, minuciosamente, as afirmações fundamentais sobre as causas da (des)centralidade do emprego, tais como concebidas pelas duas correntes de pensamento.

3) Referente ao terceiro critério estabelecido por Descartes, pretendemos analisar o conceito (jurídico) trabalho, ou, nas palavras de Descartes, aquilo que é “elementar” e “simples” no tema examinado.

Uma vez pesquisadas as premissas que estruturam esse tema, deduzir-se-ão as propriedades essenciais do “conceito” ora investigado: o emprego assalariado formal. Mas não só a crítica, ou mesmo os diagnósticos dos principais aspectos desse tema serão executados. É necessário lançar as bases para prognósticos futuros, a fim de entender se a lógica do sistema atual, que equaciona emprego-trabalho-economia, obstaculariza ou não a emancipação e inserção do sujeito. Em outras palavras, pretende-se chegar ao objetivo central, qual seja, encontrar as razões fundamentais da garantia dos direitos sociais acima elencados, bem como justificar se a manutenção da relação empregatícia, *stricto sensu*, é ou não meio de inserção social no Brasil.

Capítulo I

Do trabalho ao emprego assalariado formal: surgimento, ascensão e crise do Direito do Trabalho

“O emprego assalariado formal representa o que de melhor o capitalismo brasileiro tem constituído para sua classe trabalhadora, pois vem acompanhado de um conjunto de normas de proteção social e trabalhista”.

Marcio Pochmann

1. Aspectos metodológicos da análise

Este primeiro capítulo tem por escopo recuperar a evolução histórica do conceito de trabalho como gênero até se chegar a uma de suas espécies que é o emprego assalariado formal; mais precisamente, busca analisar o surgimento da relação empregatícia no sistema socioeconômico e sua importância no mercado de trabalho do país.

A importância do tema de abertura dessa dissertação está associada a dois precípuos vetores, utilizados para nortear a compreensão básica da discussão sobre a importância ou não do primado do emprego na sociedade contemporânea, tema que será estudado nos capítulos subsequentes:

(i) que explicita a evolução histórica do sentido do trabalho (gênero) até o aparecimento da relação empregatícia (espécie), cujo objeto é a prestação de trabalho livre e subordinado. A relação de emprego tem como pressuposto de existência um trabalhador livre, separado dos meios de produção e um proprietário desses meios que irá alocar a mão-de-obra do primeiro, mediante o pagamento de um salário. Segue-se daí o surgimento desta pactuação da força de trabalho como modelo principal de vinculação socioeconômica do trabalhador livre e despossuído de riqueza material ao sistema capitalista

(ii) que se refere à demonstração do surgimento e consolidação do Direito do Trabalho como um conjunto de regras, princípios e institutos jurídicos regulatório dessa nova relação surgida.

1.1. Evolução histórica do trabalho ao emprego: aspectos econômicos, políticos e sociais²

Partindo primeiramente do conceito, a origem etimológica³ da palavra trabalho advém do latim vulgar e está ligada a um instrumento romano de tortura denominado “*tripalium*” – “tri” (três) e “*palus*” (paus) –, uma espécie de tripé formado por três estacas cravadas no chão, onde eram supliciados os escravos. Desse substantivo latino neutro derivou o verbo *tripaliare*, que significava, inicialmente, torturar alguém no *tripalium*. O professor Irany Ferrari argumenta que o verbo *trabalhar* se prende ao neutro *palum*, fonte do português *pau*, através do adjetivo *tripalis*, “composto de três paus”, donde se deduziu o neutro *tripalium*, apenas atestando em variante *trepalium*, ecúleo, cavalete de três paus, usado para sujeitar os cavalos no ato de se lhes aplicar ferradura. E conclui que desta concepção passou *tripaliare*, alterado por apofonia em *trapaliare*, a dizer-se de toda e qualquer atividade, mesmo intelectual.⁴

Em seu uso relativamente aos costumes agrícolas, *tripalium* também pode ser compreendido como um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, para processá-los.

O sentido do termo que deu origem à palavra trabalho perpassou a história ocidental, em especial, com a percepção de uma pena irreversível aplicada ao homem, uma espécie de punição divina. Associado ao rigor do *códex* judaico, explicitado pela literatura bíblica do antigo testamento, emaranhou-se à cultura popular que a expulsão do homem do jardim do Éden, por pecado adâmico, significava sua condenação aos mais rígidos flagelos: daí o ideário popular, lembrado por Alice Monteiro de Barros⁵,

² Para melhor compreensão da evolução histórica do trabalho e do Direito do Trabalho, consultar DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007; PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação do Direito do Trabalho*. 33ª ed. São Paulo: LTr, 2007; BARROS, Alice Monteiro. *Curso de Direito do Trabalho*. 3ª ed. rev e ampl. São Paulo: LTr, 2007 e SUSSEKIND, Arnaldo, MARANHÃO, Délio, VIANNA, Segadas, TEIXEIRA. *Instituições de Direito do Trabalho*. 20ª ed. São Paulo: LTr, v.I.

³ O sentido etimológico de “trabalho” poder ser conferido em SARAIVA, F. R. Santos. *Dicionário Latino-Português*. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2000 e CUNHA, Antonio Geraldo. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

⁴ FERRARI, Irany, et alli. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*. São Paulo: LTr, 1998, p.14.

⁵ BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. 3ª ed. rev e ampl. São Paulo: LTr, 2007, p.51.

segundo o qual se o homem trabalha é porque ele cumpre o castigo (“*ganharás o seu pão com o suor de seu rosto*” Gn: 3.19).

A conceituação em língua grega sobre trabalho é também dúplice, ora caracterizado no sentido de penalidade *ponos* – palavra advinda do verbo *ponerós* que significa “estar em estado pernicioso, de má qualidade, fatigante” –, ora no sentido de realização de obras que exige labor (*ergon*). O título dado por Hesíodo à sua obra *Trabalho (ergon) e os dias*, que descreve, poeticamente, os dias de empreendimento e trabalho em sua propriedade rural, contextualiza o uso dado pelos gregos a esse segundo vocábulo. Essa aparente contraposição do vernáculo, qual seja, penalidade e realização de empreendimentos, dor e esperança, morte e colheita, também é vista em diferentes línguas derivadas da matriz indo-européia.⁶

Ao percorrer as fases históricas⁷ (Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea), no que diz respeito às organizações sociais, políticas, econômicas e culturais, pode-se perceber que as definições de uma relação de trabalho são caracterizadas de forma distintas, e que o conceito de emprego, tal como concebido atualmente – vínculo empregatício no qual uma pessoa física se obriga a prestar serviços de natureza não-eventual com pessoalidade a um empregador, sob subordinação e mediante salário – só foi esboçado na Idade Moderna, com o advento das corporações de ofício, concretizando-se na Idade Contemporânea, com a ascensão das sociedades industriais.

Na Antiguidade, a relação de trabalho preponderante era a escravidão, pois tanto os gregos quanto os romanos tinham a concepção de trabalho como mercadoria, e o escravo enquadrava-se como “coisa”, ou seja, objeto do direito de propriedade e não sujeito de direito. Mesmo em sociedades consideradas livres, como a ateniense, ao escravo, seja ele prisioneiro de guerra, seja estrangeiro, era privada qualquer propriedade moral, e exercia apenas trabalhos domésticos, os mais dificultosos, e agrícolas. Na medida em que se fazia necessário afirmar a autonomia e supremacia do *zoonpolitikos* (animal político), na definição de Aristóteles, citado por Arnaldo

⁶ HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Tradução, introdução e notas Mary de Camargos Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 1996.

⁷ Registre-se que a escolha por “fases históricas” foi feita para melhor compreensão e desenvolvimento lógico do tema, ressaltando, é claro, que é impossível ordenar cronologicamente, com datas e limites definidos, por exemplo, o processo histórico de transição do modo feudal de produção para o capitalista.

Süssekind, o trabalho era considerado “impróprio e desonroso para os homens válidos e livres”.⁸

Na Grécia havia fábricas de flautas, de facas, de ferramentas agrícolas e de móveis, onde o operariado era todo composto de escravos. Em Roma os grandes senhores tinham escravos de várias classes, desde os pastores até gladiadores, músicos, filósofos e poetas.⁹

Também na Antiguidade, o Direito Romano oferecia apenas duas modalidades de contratação de trabalho livre, nenhuma delas assimilável, tecnicamente, à relação de emprego: a *locatio operis* e a *locatio operarum*.¹⁰

Na Idade Média (séc. V a XV), a relação de trabalho era de servidão. No sistema feudal de produção, seja o carolíngio, seja o clássico, ainda não havia entrado em cena, tanto na esfera filosófica, quanto política, o debate sobre a autonomia do sujeito, característica intrínseca de uma relação de emprego. Os servos eram submetidos aos seus senhores – era seu servo na paz e seu soldado na guerra¹¹ –, trabalhavam em seus latifúndios, recebendo pequena porção de terra, como retribuição, para extração de produtos agrícolas para subsistência familiar, e se obrigavam “à defesa e ao acatamento da lei, de onde derivavam direitos e deveres recíprocos”.¹² Amauri Mascaro Nascimento descreve da seguinte maneira essa época histórica.¹³

Não diferiu muito a servidão, uma vez que, embora recebendo certa proteção militar e política prestada pelo senhor feudal dono das terras, os trabalhadores também não tinham uma condição livre. Eram obrigados a trabalhar nas terras pertencentes aos seus senhores. Camponeses presos às glebas que cultivavam, pesava-lhes a obrigação de entregar parte da produção rural com preço pela fixação na terra e pela defesa que percebiam.

Na Idade Moderna, também chamada pelos estudiosos de “período de transição” (séc. XV ao XVII), a relação de trabalho predominante era definida por um regime heterônomo de trabalho, advindo das chamadas corporações de ofício e se define como sendo uma regulamentação do processo produtivo artesanal através da agregação de pessoas que exerciam o mesmo ofício (aprendizes, operários ou companheiros e

⁸ SÜSSEKIND, Arnaldo, *et. alli. Instituições de direito do trabalho*. 20ª ed. São Paulo: LTr, 2002, p. 29.

⁹ SÜSSEKIND, Arnaldo, *et. alli. Instituições de direito do trabalho*. 20ª ed. São Paulo: LTr, 2002, p. 29.

¹⁰ DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 288.

¹¹ RUSSOMANO, Mozart Victor. *Curso de Direito do Trabalho*. 9ª ed. Curitiba: Juruá, 2003, p. 23.

¹² FARIA, Ricardo de Moura; MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa. *História*. Belo Horizonte: Lê, 1993, v.1, p.12.

¹³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação do Direito do Trabalho*. 33ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p.43.

mestres). Nessa fase, o trabalho passou a ser concebido como ocupação econômica e era pago em dinheiro (moeda), esboçando, dessa forma, os primeiros pilares daquilo que se entende, nos dias de hoje, por emprego assalariado formal, categoria que é típica do capitalismo.

Segundo Alice Monteiro de Barros,

a partir do século X, os habitantes dos feudos, impulsionados por novas necessidades que não podiam ser ali satisfeitas, passaram a adquirir mercadorias produzidas fora dos limites dessas áreas, em feiras e mercados sediados à margem dos rios, lagos e mares, locais propícios ao intercâmbio de produtos manufaturados ou naturais, inclusive com os próprios feudos, que forneciam víveres às comunas e em troca recebiam mercadorias e objetos fabricados. Essas comunas eram centros de interesse de artesãos e mercadores e evoluíram para as corporações de ofício.¹⁴

Já no período renascentista, século XV e XVI, o vocábulo trabalho adquiriu novas bases conceituais e passou a ter uma conotação diferente, enaltecida dos valores, qual seja, era entendido como um meio de engrandecimento tanto familiar como social do homem. O renascimento, na arte e na filosofia, louva o homem na atuação livre e racional; enquanto importante momento histórico, é marcado também por uma significativa transição: o trabalho agora é visto como essência humana.¹⁵

Contemporaneamente, período histórico iniciado com a Revolução Francesa (1789 d.C.) e caracterizado pela emergência da sociedade industrial, percebe-se o surgimento fulgurante da relação empregatícia de trabalho (emprego assalariado formal)¹⁶ tal como a entendemos nos dias de hoje. Nesse momento, verifica-se uma nova condição de pactuação da força de trabalho, onde “o trabalhador é livre para vender a sua força de trabalho a quem quiser. Livre aqui significa destituído de todo meio de produção, condição indispensável para que o trabalhador, a fim de sobreviver, venda sua força de trabalho ao capitalista que possui esses meios. O que regula essa venda é o contrato de trabalho”.¹⁷

¹⁴ BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. 3ª ed. rev e ampl. São Paulo: LTr, 2007, p.57.

¹⁵ BARROS, Alice Monteiro. *Curso de Direito do Trabalho*. 3ª ed. rev e ampl. São Paulo: LTr, 2007, p. 52.

¹⁶ Max Weber bem demonstrou como na era moderna o capitalismo é “identificado como uma organização capitalista racional assentada no trabalho livre (formalmente pelo menos)”. Ver WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 12ª ed. São Paulo: Biblioteca pioneira das ciências sociais, 1996, p. 17.

¹⁷ OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 81/82.

1.2. Entre a reificação e autonomia do sujeito: os elementos do trabalho no capitalismo

“Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas.” (John M. Keynes)

Em um curto espaço de tempo, foi lançado ao meio social o trabalhador, sujeito juridicamente livre dos meios de produção e do proprietário destes meios. Em conformidade com os ensinamentos de Mauricio Godinho Delgado¹⁸, o trabalho livre é pressuposto material, e lógico, do surgimento do trabalho subordinado (o indivíduo deixava de estar submetido de modo pessoal e absoluto ao senhor feudal) e, conseqüentemente, da relação empregatícia de trabalho, núcleo fundamental do Direito do Trabalho. *Material*, porque o objeto da relação de emprego é o *liberum arbitrium*, plagiando uma expressão cristã, do indivíduo em face de contratações e prestações de trabalho. *Lógico*, pois todos os âmbitos das relações entre empregado e empregador devem ser deduzidos, como a conclusão deve ser deduzida das premissas, do conteúdo dos “predicados” autonomia e liberdade. Há, nesse contexto, problemas intrincados. O debate sobre a questão se o sistema que regula o insurgente modo de produção de bens de consumo e serviços e, conseqüentemente, as relações e formas de pactuação do trabalho – o capitalismo – é condição suficiente para conferir ou não autonomia e liberdade para o trabalhador nos dá o fio condutor para o desenvolvimento desse tópico.

As idéias dos teóricos clássicos, tais como Adam Smith e David Ricardo, expostas por Reginaldo Moraes¹⁹, ofereceram o *background* ideológico para a revolução industrial, qual seja, o lado material das extensas transformações na sociedade européia, e logo em seguida, em todo o mundo, ocorridas no século XIX. No novo sistema, surgiu a grande indústria, com intensa utilização de máquinas, especialização, otimização e mecanização de tarefas, no qual os trabalhadores foram, então, utilizados de forma maciça e concentrada como instrumentos centrais do sistema econômico. A característica precípua do processo de industrialização foi, sem dúvida, a introdução de “força mecânica” que substituiu, em muitas etapas, a força animal e humana utilizadas

¹⁸ DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p.68.

¹⁹ MORAES, Reginaldo C. Corrêa. *Liberalismo Clássico: notas sobre sua história e alguns de seus argumentos*. Campinas: Textos Didáticos n. 40, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), 2000.

para a produção de bens e serviços. Com base teórica sólida, o capitalismo dispensa o poder regulador do Estado, e conforme sustentava Adam Smith, rege-se agora por uma “mão invisível”: fica sob seu poder apenas o controle e regulação da propriedade privada e da segurança de seus membros.

No que diz respeito às relações de trabalho predominantes nesse contexto histórico, argumenta Amauri César Alves que,

com a Revolução Francesa e sobretudo com a Revolução Industrial o trabalho livre desponta como central, quase hegemônico. Com a dissolução do sistema feudal as cidades atraem uma massa de cidadãos pobres, que somente possuem sua força produtiva para vender aos detentores do capital. Surgem as grandes fábricas, que arregimentam mão-de-obra desqualificada de homens, mulheres e crianças. A pobreza continua reinante, mas não há, formalmente, sujeição pessoal. Havia remuneração pelo trabalho desenvolvido, ainda que a realidade demonstre que o valor da mão-de-obra era baixíssimo, dado o excesso de oferta e a natureza do trabalho a ser desenvolvido – trabalho braçal, desqualificado. Neste contexto industrial e de superexploração da mão-de-obra é que nasce o Direito do Trabalho, de natureza protetiva e que buscou gerar patamares civilizatórios mínimos de contratação da força produtiva.²⁰

Interessante notar que o grande trunfo do sistema capitalista é, como observou Karl Marx, que uma soma de mercadorias, e com ela a soma do trabalho necessário para produzi-la, passa a ter a propriedade de engendrar dinheiro. “Nas condições mais simples”, descreve prodigiosamente o filósofo José Artur Giannotti²¹, “o dinheiro serve para facilitar as relações de troca ou pagar dívidas, sendo pois uma espécie de intermediário entre valores previamente determinados”. Nessa mesma direção, o referido autor afirma que se “as trocas movimentam valores equivalentes, se, além disso, o salário representa uma troca entre o produtor e o trabalhador, o valor de um produto final seria determinado pelo tempo socialmente necessário gasto em sua produção”. Podendo deduzir que o valor do trabalho é pago, “isto é, por todos os tempos de trabalho que progressivamente se foram acumulados nele, desde o momento em que começou a ser trabalhado até sua chegada ao consumo”.²²

Giannotti defende que a inserção forçada do trabalhador ao novo sistema se dá, pois, caso não encontre “quem troque com ele o objeto produzido, [assim]

²⁰ ALVES, Amauri César. *Novo contrato de emprego: parassubordinação trabalhista*. São Paulo: LTr, 2005, p. 50.

²¹ GIANNOTTI, José A. “Marx: vida e obra” In. MARX, K. *Coleção “Os Pensadores”* (Várias obras). São Paulo, Editora Nova Cultural: 1999, p. 16.

²² GIANNOTTI, José A. “Marx: vida e obra” In. MARX, K. *Coleção “Os Pensadores”* (Várias obras). São Paulo, Editora Nova Cultural: 1999, p. 16.

simplesmente perde seu tempo e o produto apodrece em sua casa”.²³ Isto mostra que, do ponto de vista do sistema insurgente,

não importa o trabalho concreto, de lavrador ou de artesão, mas unicamente trabalho sem qualidades específicas, abstrato, aquele de que a sociedade como um todo precisa para produzir os objetos de que seus membros necessitam. Acresce ainda que, no mercado, se encontra uma mercadoria muito especial, a força de trabalho, que, como valor de troca, tem seu valor determinado pelo tempo socialmente necessário à sua reprodução, mas como valor de uso só pode exercer-se concretamente, como trabalho de lavrador, artesão e assim por diante. E os produtos, são também produtos muito concretos, que, todavia, caem nas mãos de quem comprou e pôs em exercício essa força de trabalho. Vendendo produtos, esse proprietário da força de trabalho recebe, de um lado, uma quantia igual à que investiu anteriormente; de outro, uma mais-valia, um excedente que provém do resultado do trabalho concreto gerido por ele. Daí a definição do capital como a propriedade que garante ao capitalista explorar trabalho alheio. Todo o sistema capitalista fica assim orientado para a exploração da mais valia.²⁴

Ora, essa perspectiva mostra-nos que o trabalho, ou melhor, a força socialmente necessária para a produção de um bem ou de um serviço não se realiza com vistas, unicamente, ao consumo do comprador, seja primário ou secundário. A mercadoria embute, em seu valor, essa força de trabalho, e tendo ela passado a possuir valor de troca no capitalismo, também o trabalho, para sua produção, adquire tal propriedade: ele pode ser trocado, grosso modo, por dinheiro, ou como é o caso das relações modernas de trabalho, por um salário. Orientado para a produção em massa de bens e serviços, o sistema, regulado pela livre concorrência de mercado, abstrai do valor concreto da mercadoria e guia-se por aquele excedente que provém do resultado do trabalho despendido: daí a busca inconteste de acumulação, ou seja, de lucro. Mas a espoliação da mais-valia, enquanto se dá no registro da mercadoria, aplica-se também à força de trabalho.

A passagem do trabalho concreto para o trabalho abstrato denota também os primeiros indícios daquilo que o marxismo do século XX, em especial com György Lukács, denominou de *reificação*, que, em linhas gerais, conforme exposto por Marcos Nobre, é caracterizada por uma transformação das relações sociais impostas pelo

²³ GIANNOTTI, José A. “Marx: vida e obra” In. MARX, K. *Coleção “Os Pensadores”* (Várias obras). São Paulo, Editora Nova Cultural: 1999, p. 16.

²⁴ GIANNOTTI, José A. “Marx: vida e obra” In. MARX, K. *Coleção “Os Pensadores”* (Várias obras). São Paulo, Editora Nova Cultural: 1999, p. 16.

sistema econômico, identificadas ao caráter inanimado, quantitativo e automático não só da mercadoria, mas, sobretudo, da força de trabalho.²⁵

A (in)existência de uma lei, que não determinada pelo sistema do capital, para regular o modo e os fins das relações de trabalho deu margens para espúrios vínculos contratuais, como bem identificou Marx:

A relação oficial entre o capitalista e o assalariado é de caráter puramente mercantil. Se o primeiro desempenha o papel de senhor e este o de servidor, é graças a um contrato pelo qual este não somente se pôs ao serviço daquele, e, portanto, sob sua dependência, mas por cujo contrato ele renunciou, sob qualquer título, a propriedade sobre seu próprio produto. Por que, então, teria o assalariado feito este negócio? Porque ele nada mais possui senão a sua força física, o trabalho em estado potencial, ao passo que todas as condições exteriores necessárias a dar corpo a essa força, tais como a matéria prima e os instrumentos indispensáveis ao exercício útil do trabalho, o poder de dispor das subsistências necessárias à manutenção da força operária e à sua conversão em movimento produtivo, tudo isto se encontra do outro lado, isto é, com o capitalista.²⁶

A substituição das relações feudais de produção pelo sistema econômico capitalista fez surgir novos conflitos sociais, protagonizados por novos atores sociais. Surge o proletariado, também chamado de classe trabalhadora (obreiros assalariados que privados dos meios de produção se vêem obrigados a vender sua força de trabalho em troca do pagamento de salário), e o empresariado (os proprietários dos meios de produção, que compravam a força de trabalho do trabalhador e vendiam as mercadorias produzidas por estes, obtendo assim, o lucro com esta venda).²⁷

É a partir desse momento, acreditamos, que se configurou o nascimento deste ramo jurídico e especializado em regular a relação empregatícia de trabalho, denominado Direito do Trabalho, dotado de normas imperativas e protetivas,

²⁵ Sobre esse assunto consultar: NOBRE, Marcos Severino. *Lukács e os limites da reificação*. São Paulo: Editora 34, 2001.

²⁶ MARX, Karl. *A origem do capital (A acumulação primitiva)* 3ª ed. São Paulo: Global, Editora, 1979, pág. 13. Apud. RENAULT, Luiz Otávio Linhares. “Que é isto – O direito do trabalho?”. In. PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004, p. 67, nota 69.

²⁷ “La confrontación entre el trabajo asalariado y el capital informa así, transversal y longitudinalmente, la sociedad de clases, lo que habría de exigir históricamente la creación de una nueva estructura normativa canalizadora del nuevo conflicto básico, inservibles ya a tal fin los cuerpos normativos de la sociedad preindustrial, no otra que el ordenamiento jurídico-laboral. La funcionalidad o razón de ser histórica del Derecho del Trabajo como disciplina jurídica independiente es, por ello, la de servir al proceso de juridificación del conflicto entre el trabajo asalariado y el capital, de su canalización o institucionalización por el Estado”. PALOMEQUE LOPES, Manuel Carlos. *Derecho Del Trabajo e Ideología*. 5ª ed. Madrid: Tecnos, 1995, p. 5.

desvinculado das modulações do sistema econômico. Como sustenta Amauri Alves²⁸ “ao Direito do Trabalho, sobretudo ao Direito Individual do Trabalho, não interessam diretamente todas as espécies de relação de trabalho, mas apenas uma em especial: a relação de emprego”. Nesse diapasão, afirma que “dadas as especificidades, a relação de emprego assumiu, ao longo dos últimos séculos, posição de destaque no mundo do trabalho capitalista” e conclui que “a relação de emprego, então, recebe a proteção do Direito do Trabalho, o que não ocorre, regra geral, com as demais relações de trabalho. Tal realidade pode ser explicada por ser o vínculo empregatício mais sólido e permanente do que o vínculo de trabalho em que não está presente a relação de emprego”.²⁹

Sucintamente, a evolução dos sistemas de organização da produção pode ser resumida da seguinte maneira: o antigo modo de produção baseava-se no trabalho do escravo; o feudal, no trabalho dos servos, da gleba, e o capitalista baseia-se no trabalho do empregado assalariado. No princípio da Idade Média, o sistema de produção era familiar e não visava a atender ao mercado, isto é, as pessoas trabalhavam em casa para o próprio sustento. Esse sistema evoluiu para um sistema de corporações, em que a produção era realizada por mestres artesãos independentes e com alguns poucos empregados que vendiam o produto do seu trabalho.

Depois, do século XVI ao XVIII, afirma Leo Huberman³⁰, o sistema passou a ser doméstico, onde os trabalhadores eram tarefeiros assalariados. Este último culminou no sistema fabril, que fora a mola propulsora do capitalismo primitivo, imperante até os dias de hoje, sistema no qual os trabalhadores, tendo perdido o controle da matéria-prima e dos instrumentos de trabalho para o capitalista, como salientou Marx, tornaram-se assalariados.³¹ Assim, a relação de emprego tornou-se a forma de pactuação da realização de trabalho predominante no contexto sócio-econômico do mundo ocidental.

O Direito do Trabalho surge, na visão de Jorge Luiz Souto Maior³², mais como fruto de uma luta contra a espoliação da força de trabalho e, conseqüentemente, da forma de pactuação, do que uma reação instintiva dos trabalhadores pela sobrevivência, podendo-se destacar, também, que o resultado dessa luta, qual seja, a luta pela regulação

²⁸ ALVES, Amauri César. *Novo contrato de emprego: parassubordinação trabalhista*. São Paulo: LTr, 2005, p. 54/55.

²⁹ ALVES, Amauri César. *Novo contrato de emprego: parassubordinação trabalhista*. São Paulo: LTr, 2005, p. 54/55.

³⁰ HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Koogan, 1986, p.115.

³¹ HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Koogan, 1986, p.115.

³² MAIOR, Jorge Luiz Souto. *O Direito do Trabalho como instrumento de Justiça Social*. São Paulo: LTr, 2000, p.60.

das relações de trabalho, em certa medida, foi uma conquista, mas que, por outro lado, representou uma concessão do próprio capital como tática de manutenção. Nesse sentido, como será ulteriormente discutido, pode-se afirmar que o assim chamado Estado-Providência, vivido, principalmente, pelos países europeus no pós-guerra, emergiu do seio do capitalismo.

1.3. Razões do surgimento do Direito do Trabalho

Recapitular e traçar o marco histórico do Direito do Trabalho como um ramo jurídico autônomo e especializado em tutelar as relações de trabalho torna-se condição precípua, se se quer demonstrar e contextualizar o surgimento de um direito social e integrador, preocupado com a valorização da pessoa humana e com a valorização do trabalho, especialmente do emprego.

Partindo dos resultados obtidos no tópico anterior, buscaremos, agora, em circunspecto exame, entrelaçar as razões de surgimento desse ramo jurídico no ordenamento brasileiro, a fim de tecer os fios que formarão a urdidura das normas, princípios e institutos tendentes a regular as relações empregatícias.

O capitalismo, tal como sugeriram correntes marxistas no século XX, jamais poderia cumprir os propósitos de liberdade e igualdade, no tocante aos direitos civis e políticos, prometidos, o que resultaria em prejuízos para a “economia” do sistema. Esses direitos não eram imbuídos de carga substancial para os indivíduos, pois havia neles uma estruturação jurídica formal incapaz de concretizar aquilo que estava proposto inicialmente no liberalismo econômico. Com efeito, surgiram os denominados direitos de 2ª geração: sociais, culturais, econômicos e coletivos, próprios do Estado de Bem-Estar Social, estes, porém, dotados de igualdade substancial para possibilitar um desenvolvimento econômico mais equânime, com justiça social e com maior inclusão do segmento de pessoas que viviam exclusivamente do seu trabalho, bem como re-equilibrou economicamente as diferenças naturais das partes contratantes na relação de emprego.

O Direito do Trabalho, diferentemente do que ocorre no Direito Civil, onde há a prevalência da autonomia da vontade, tem como diretriz a intervenção normativa nos contratos de trabalho, não se falando, dessa forma, em autonomia contratual entre

empregados e empregadores. Esse ramo jurídico, em seu ordenamento brasileiro, juntamente com os demais direitos sociais tais como o Direito da Seguridade Social, Direito Ambiental e Direito do Consumidor, se caracteriza por ser modernizador e intervencionista, preocupado com a implementação de uma justiça equitativa e distributiva.

Ao contrário dos demais ramos jurídicos não intervencionistas tais como Direito Civil e Direito Empresarial, que regulam as relações econômico-sociais, mesmo quando díspares, o Direito do Trabalho está imbuído de uma tendência mais avançada de valorização do ser humano: ele busca identificar a origem da desigualdade, logo, intervém por meio de suas normas e procura minorá-la.

Nota-se que os ramos ora expostos são insuficientes para a sociedade moderna, uma vez que não conseguem abranger todas as necessidades emergentes da arena pública de forma isonômica. Os institutos jurídicos modernizadores portam, segundo grande parte dos estudiosos, as propriedades indelévelis e necessárias para a fundação de um Estado Democrático de Direito, pois são aqueles que mais se associam às carências do universo populacional e os que mais afirmam, nas palavras de Luiz Otávio Linhares Renault, “a verdadeira união dos três importantíssimos valores difundidos pela sempre antiga e sempre nova Revolução Francesa de 1789”.³³

Na base desse campo jurídico há um singular conflito conceitual, e sobre ele o Direito do Trabalho se aplica, a saber, capital e trabalho, face aos interesses antagonísticos dos protagonistas sociais. Conflito, pois, de um lado, tem-se a busca por melhores condições de labor (jornadas reduzidas, maiores salários, etc.) e, de outro, a procura por ganhos e acumulação de capital, orientação ordinária do atual sistema econômico (redução dos custos de produção, com vistas à maior produtividade). Por causa desse antagonismo, surgiu a necessidade de uma nova estrutura normativa capaz de canalizá-lo, regulá-lo e institucionalizá-lo pelo Estado.

O surgimento do Direito do Trabalho pode ser analisado sob três prismas distintos, quais sejam, econômico, social e político. No que se refere aos fatores econômicos, pode-se mencionar a Revolução Industrial, enquanto propiciadora de novas formas de organização do trabalho, em substituição aos processos artesanais e manufatureiros.³⁴ O

³³ Cf. RENAULT, Luiz Otávio Linhares. “Que é isto – O direito do trabalho?”. In: PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004, p. 74/75.

³⁴ As transformações fundamentais são: tecnologia da química pesada; eletricidade; aço; e motora a combustão interna, que vai permitir a industrialização do petróleo e a petroquímica. Ver: HOBBSAWM,

surgimento da “grande indústria” e a racionalização do trabalho possibilitou a utilização maciça de força laboral livre, todavia, subordinada, bem como a centralização empresarial ou do capital e de trabalhadores.

Os fatores sociais dizem respeito à concentração proletária em torno das zonas industriais, acarretando a formação de entidades de classes e a identificação profissional entre as grandes massas obreiras, o que fortaleceu os movimentos operários e o sindicalismo para a conquista de direitos trabalhistas. Nas palavras de Mauricio Godinho Delgado, a concentração do proletariado, nas cidades industriais americanas e européias, permitiu o surgimento de uma identificação de classes entre os operários que se uniam guiados por uma mesma ideologia, criando movimentos sindicais e conquistando direitos trabalhistas através de ações coletivas organizadas.³⁵

Os fatores políticos, por fim, surgidos antes da metade do século XIX, se caracterizam pelas ações da sociedade e do Estado, com vistas a fixar preceitos objetivos para a contratação, gerenciamento da força de trabalho e questionamento das condições de trabalho, tais como o ludismo e o socialismo utópico.

Diante disso, é de suma importância constatar que o Direito do Trabalho se consolida e ascende ao longo do século XIX como “uma das expressões principais dessa contraposição e generalização da vontade coletiva vinda de baixo”.³⁶

1.4. Funções do Direito do Trabalho³⁷

O Direito do Trabalho tem a função primordial de “estabelecer limites à exploração sobre o trabalho; preservar a dignidade humana em face da necessidade da venda da força de trabalho e elevar a condição social e econômica do trabalhador”³⁸; mais

Eric J. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

³⁵ DELGADO, Mauricio Godinho. *Introdução ao Direito do Trabalho: relações de trabalho e relações de emprego*. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 2001, p.38.

³⁶ DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p.91.

³⁷ Sobre as funções do Direito do Trabalho, consultar DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, Amauri Mascaro. *Iniciação do Direito do Trabalho*. 33ª ed. São Paulo: LTR. 2007, BARROS, Alice Monteiro. *Curso de Direito do Trabalho*. 3ª ed. rev e ampl. São Paulo: LTr, 2007 e MAIOR, Jorge Luiz Souto. *O Direito do Trabalho como instrumento de Justiça Social*. São Paulo: LTr, 2000.

³⁸ MAIOR, Jorge Luiz Souto. *Relação de emprego e direito do trabalho: no contexto da ampliação da competência da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2007, p. 15.

precisamente, detém-se na efetivação da paz social, na isonomia da distribuição de renda e na justiça.³⁹

O pilar fundamental desse ramo jurídico se constitui objetivando a melhoria das condições de pactuação da força de trabalho na ordem socioeconômica.⁴⁰ Nesse sentido, Mauricio Godinho Delgado é categórico ao afirmar que

passados duzentos anos de início de sua dominância no contexto socioeconômico do mundo ocidental, pode-se afirmar que a relação empregatícia tornou-se a mais importante relação de trabalho existente no período, quer sob a ótica econômico-social, quer sob a ótica jurídica. No primeiro plano por generalizar-se ao conjunto do mercado de trabalho, demarcando uma tendência expansionista voltada a submeter às suas regras a vasta maioria de fórmulas de utilização da força de trabalho na economia contemporânea. No segundo plano, por ter dado origem a um universo orgânico e sistematizado de regras, princípios e institutos jurídicos próprios e específicos, também com larga tendência de expansionismo – o Direito do Trabalho.⁴¹

Por ser um campo preocupado com a distribuição de renda, justiça e inclusão social, questiona-se se no interior de seu objetivo fulcral revela uma irracionalidade econômica capaz de desestruturar o funcionamento e sustentação do sistema. A resposta para essa aparente incoerência é encontrada na função “progressista e modernizante”⁴² do Direito Trabalho: na medida em que há a elevação das condições de pactuação da força de trabalho, há também uma função econômica, qual seja, incitar o investimento do capitalista em aquisição de novas tecnologias.

Embora o investimento acarrete a diminuição de alguns postos de trabalho, na substituição do trabalho braçal pelo maquinário, é importante salientar que o avanço tecnológico faz surgir novos postos, antes inimagináveis e inexistentes.

A legislação trabalhista, desde o seu nascimento, cumpriu o relevante papel de generalizar ao conjunto do mercado de trabalho aquelas condutas e direitos alcançados pelos trabalhadores nos segmentos mais avançados da economia, impondo deste modo, a partir do setor mais moderno e dinâmico da economia, condições mais modernas, ágeis e civilizadas de gestão da força de trabalho.⁴³

³⁹ O historiador Eric Hobsbawm, afirma em sua obra “A Era dos Extremos” que foi através da legislação trabalhista somada a outras políticas públicas que o Estado de Bem-Estar Social (auge do Capitalismo, até meados dos anos 70, na Europa Ocidental) conseguiu assegurar aos cidadãos um padrão de vida elevado, concretizando a democracia social. Ver: HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴⁰ DELGADO, Mauricio Godinho Delgado. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005, p. 121.

⁴¹ DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p.286.

⁴² DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p.59.

⁴³ DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p.59.

No momento em que ele generaliza as condutas e condições sociais, ele as uniformiza e igualiza as condições de concorrência. O Direito do Trabalho cria normas imperativas que regulamentam o mercado econômico de modo mais consistente (cria um mercado consumidor através do trabalho assalariado) e, indiretamente, também favorece o empregador, detentor do capital.

Ao longo dos seus 150 anos de existência, o Direito do Trabalho cumpriu funções específicas, dentre elas se destaca, em segundo plano, a função “civilizatória e democrática”, que se caracteriza por garantir cidadania a pessoas destituídas de riqueza material ao inseri-las, por assim dizer, na sociedade econômica. Por tal razão, se caracteriza por ser um dos principais mecanismos de controle e atenuação de distorções socioeconômicas, inevitáveis nas relações imperantes no sistema capitalista, bem como por ser um dos mais eficazes instrumentos de gestão e moderação da relação de emprego.⁴⁴

As funções citadas servem para ilustrar que as relações sociais são mais elevadas, do ponto de suas manifestações culturais e éticas, quando o Direito do Trabalho é atuante.

1.5. Sistematização do Direito do Trabalho⁴⁵

Analisando a evolução histórica do Direito do Trabalho, constatou-se que ele é fruto do conflito, intrínseco ao sistema, entre capital e trabalho, assim como do conflito gerado na “grande indústria” do século XIX, quando da troca do trabalho por salário e melhores condições de labor.

Segundo Daniela Torres Conceição, o Direito do Trabalho não teve origem casual: ele é resultado das transições causadas pela Revolução Industrial e, conseqüentemente, pelo capitalismo na sociedade, bem como pela “ação coletiva dos trabalhadores que, ao se unirem, conseguiram estabelecer um patamar mínimo de direitos, valorizando, dessa

⁴⁴ DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 61.

⁴⁵ Há várias tipologias, na doutrina justralhista, com relação à periodização das fases de formação e consolidação do Direito do Trabalho. Optamos por utilizar a sistematização descrita por Mauricio Godinho Delgado, em sua obra *Curso de Direito do Trabalho*, por entendermos que esta é mais global e panorâmica: 1ª fase (Manifestações Incipientes ou Esparsas); 2ª fase (Sistematização e Consolidação), 3ª fase (Institucionalização do Direito do Trabalho e 4ª fase (Crise e Transição). Cf. DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007.

forma, o trabalho humano e melhorando as condições de sua prestação”.⁴⁶ Nesse sentido, sua história se firma na segunda metade do século XIX, onde a existência da relação de emprego só se fez possível na dinâmica interna da sociedade de consumo.

A 1ª fase história do Direito do Trabalho, denominada de “manifestações incipientes ou esparsas” – datada entre 1802 e 1848 –, caracteriza-se pela inexistência de normas protetivas nas relações trabalhistas, vez que as leis possuíam como função fundamental conter os excessos da exploração das mulheres e crianças, ocorrida no seio do novo modo de produção. A título de exemplo, pode-se citar a edição da Lei “Peel’s Act”, em 1802, para restringir o trabalho infantil no interior das fábricas.

Esse período se define pelo predomínio do Estado Liberal que se caracterizava pela autonomia da vontade das partes contratantes e pela ausência da intervenção estatal na ordem socioeconômica. Assim, “verificava-se grande concentração de riqueza que levava à eliminação da livre concorrência e da livre iniciativa, idéias basilares do liberalismo, ao mesmo tempo em que acentuavam, a limites alarmantes, a miséria e demais formas de exclusão social”.⁴⁷

A segunda fase, referente à sistematização e consolidação do Direito do Trabalho, estende-se de 1848 a 1919, e apresenta como marco o “Manifesto do Partido Comunista”⁴⁸ (1848), escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, que entendiam que a divisão do trabalho tornava o homem alienado, transformava-o mero instrumento do processo produtivo. Em 1848, ocorrem importantes movimentos e revoluções de

⁴⁶ CONCEIÇÃO, Daniela Torres. “Contratação do Trabalho no Sistema Capitalista: das Modalidades de Conexão Laborativa nos Sistemas Pré-Capitalistas à Formula Empregatícia do Capitalismo”. In. PIMENTA, José Roberto Freire, et alii. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004, p.115.

⁴⁷ CONCEIÇÃO, Daniela Torres. “Contratação do Trabalho no Sistema Capitalista: das Modalidades de Conexão Laborativa nos Sistemas Pré-Capitalistas à Formula Empregatícia do Capitalismo”. In. PIMENTA, José Roberto Freire, et alii. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004, p.115.

⁴⁸ Para relembrar as dez regras ditas por Marx, vejamos: “Contudo, nos países mais avançados, as seguintes medidas poderão geralmente ser aplicadas: 1. Expropriação da propriedade fundiária (*Grundeigentums*) e emprego da renda da terra (*Grundrente*) nas despesas do Estado; 2. Imposto fortemente progressivo; 3. Abolição do direito de herança; 4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes; 5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, por meio de um banco nacional com capital do Estado e monopólio exclusivo; 6. Centralização dos meios de transporte nas mãos Estado; 7. Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção; cultivo e melhoramento das terras segundo um plano comum; 8. Trabalho obrigatório igual para todos; constituição de exércitos industriais, especialmente para a agricultura; 9. Unificação (*Vereinigung*) dos serviços agrícola e industrial; medidas tendentes a eliminar gradualmente as diferenças entre cidade e campo; 10. Educação pública e gratuita de todas as crianças. Eliminação do trabalho das crianças nas fábricas em sua forma atual. Combinação da educação com a produção material, etc.” MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1989, p. 86/87.

massas, com o intuito de pressionar a ordem institucional vigente por melhores condições de labor e vida, contra os excessos e a difusão das práticas capitalistas.

Segundo Amauri Mascaro Nascimento⁴⁹, o *Manifesto* de Marx e Engels foi de incontestável importância também para o Direito Sindical, uma vez que conclamava, tal como podemos ler nas palavras finais de fechamento da obra, os trabalhadores a se unirem, primando por defender a necessidade de organização dos operários e o direito de associação, com o intuito de que pudessem manifestar as suas opiniões e obter melhores contratos de trabalho.

Nesse momento, não só o Estado e os movimentos operários, mas também a Igreja Católica, exerceu importante papel ao editar, em 1891, a Encíclica *Rerum Novarum*⁵⁰ (“Das coisas novas”), cujo tema da missiva cristã versava sobre as condições de vida dos operários. Essa carta defendia a melhor distribuição de riqueza, a intervenção do Estado na economia a favor dos mais pobres e desprotegidos, assim como a caridade do patronato aos trabalhadores.

A terceira fase da institucionalização do Direito do Trabalho inicia-se em 1919 e se estende até o fim da Segunda Guerra Mundial. Diferencia-se das demais fases por ser uma fase de reconhecimento e autonomia do Direito do Trabalho. Dessa forma, vale dizer, adquiriu completa cidadania nos países de economia central. A criação da Organização Internacional do Trabalho⁵¹, em 1919, com o Tratado de Versalhes⁵² (e complementada em 1944 pela Declaração da Filadélfia), após o fim da 1ª Guerra Mundial, assim como a constitucionalização dos direitos sociais e os econômicos pelas Constituições Mexicana (1917) e Alemã (1919) são pilares fundamentais dessa terceira fase.

Mauricio Godinho Delgado⁵³ analisa esse terceiro decurso como um período em que o Direito do Trabalho conseguiu incorporar-se à matriz das ordens jurídicas dos

⁴⁹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. “Evolução Histórica do Sindicalismo”. In. ROMITA, Arion Sayão (coord). *Sindicalismo*. São Paulo: LTr, 1986, p.5.

⁵⁰ Arnaldo Süssekind expõe que “essa famosa encíclica pleiteou a mudança de diretriz então predominante no trato das questões pertinentes ao trabalho, a fim de preservar a dignidade da pessoa humana e implantar a justiça social; criticou tanto o liberal-individualismo, como o socialismo; e, em virtude da alta procedência, exerceu remarcada influência entre muitos governantes e parlamentares, dos quais dependia a decretação de inadiáveis normas de proteção social ao trabalhador”. Ver: SÜSSEKIND, Arnaldo. *Curso de Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 22.

⁵¹ Este Tratado atribuiu a todos os países signatários da OIT direitos iguais aos seus empregados e deveres a serem cumpridos pelos empregadores.

⁵² Art. 427, inciso I, Parte XIII, do Tratado de Versalhes dispõe: “o trabalho não deve ser considerado como simples mercadoria ou artigo do comércio, mas como colaboração livre e eficaz na produção das riquezas”.

⁵³ DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p.96/97.

países desenvolvidos democráticos, respeitando o que chama de duas dinâmicas diferenciadas de formulação de normas jurídicas – a dinâmica negocial autônoma, concretizada no âmbito da sociedade civil, e a dinâmica estatal heterônoma, produzida no âmbito do aparelho do Estado. E complementa, salientando que o clímax dessa fase foi atingido nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, com o aprofundamento do processo de constituicionalização do Direito do Trabalho e com a hegemonia do Estado de Bem-Estar Social.

A quarta fase do Direito do Trabalho, que diz respeito à sua crise, tem o seu marco entre os anos de 1970 e 1980. A crise do capital na década de 1970, decorrente da junção de vários fatores sócio-econômicos, rompeu com seu ciclo do ouro e provocou mudanças significativas tais como: a elevação do desemprego estrutural⁵⁴ e a precarização das relações de trabalho. Ricardo Antunes⁵⁵ afirma que alguns traços marcantes podem ser definidos como propiciadores para a crise do capitalismo, historicamente iniciado após o seu apogeu do fordismo e keynesianismo:

(i) queda da taxa de lucro; (ii) esgotamento do padrão de acumulação taylorista e fordista de produção; (iii) hipertrofia da esfera financeira; (iv) maior concentração de capitais; (v) crise do *Welfare State* ou do ‘Estado de Bem-Estar Social’ e dos seus mecanismos de funcionamento” e (vi) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro.⁵⁶

Ainda, entre os anos de 1979 e 1982, através de vitórias eleitorais consideráveis (Margareth Thatcher, na Inglaterra; Ronald Reagan, nos Estados Unidos; Helmut Kohl na Alemanha), firmou-se nesse contexto políticas de desregulação social e ausência de interferência estatal. Esse novo momento se caracterizou pela reestruturação do capital, ou seja, pela circulação do capital financeiro e dos investimentos especulativos, também conhecidas como “mundialização do capital” ou globalização.

⁵⁴ “De 1970 a 1997 o desemprego na Europa cresceu de 2,6% para 10,7% (sobre a população ativa), enquanto nos EUA caiu de 5,8% para 4,7%. Em 1997, a população entre 15 e 65 anos mantida sem trabalhar (vivendo às custas de quem trabalha) era de 25% nos EUA, de 25,4% no Japão e de assustadores 40% na Europa. Na França o número era ainda maior: 40,5%. Dados fornecidos por PERIN, Orivaldo. A nova luta de classes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Caderno Idéias/Livros, 20/02/2000, p.4. Apud DELGADO, Gabriela Neves. “O Mundo do Trabalho na Transição entre os Séculos XX e XXI”. In. PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004, p.130.

⁵⁵ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre afirmação e negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000, p.29/30.

⁵⁶ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre afirmação e negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000, p.29/30.

“A globalização”, afirma Murilo Sampaio Oliveira⁵⁷, “norteadada pelo neoliberalismo, ao promover as integrações das economias mundiais, também impõe uma redução na atuação estatal. Em verdade, estabelece como diretriz um Estado-Mínimo em contraposição ao Estado-Providência”. Argumenta ainda que a “autonomia privada ressurgue com força, criticando a intervenção estatal, que segundo doutrina neoliberal, tem propiciado obstáculos para o crescimento econômico”.⁵⁸

1.6. Direito do Trabalho no Brasil

Verificamos nos tópicos anteriores que o Direito do Trabalho é um ramo jurídico especializado na melhoria das condições de pactuação da força de trabalho na ordem socioeconômica. Entretanto, o Brasil caracteriza por ser um dos países com pior distribuição de renda do mundo, ou seja, figura-se como um dos países com altos índices de exclusão social⁵⁹. Para compreendermos melhor a recusa pela generalização do Direito do Trabalho no país devemos notar que esse campo jurídico só se tornou importante nos últimos 60 anos.

No processo de sistematização do Direito do Trabalho no Brasil, percebe-se que a fase de manifestações incipientes ou esparsas se inicia com a Lei Áurea, em 1888, pois somente com o fim da escravidão é que se pode se pôde falar em trabalho livre. Durante a República Velha, o processo de inclusão social foi bastante modesto, acontecendo somente em algumas capitais, por agregarem pólos produtores, tais como Rio de Janeiro e São Paulo e em outras poucas regiões.

⁵⁷ OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. *Notas sobre a Crise do Direito do Trabalho*. Disponível em <http://www.anamatra.org.br/opinião/artigos/ler_artigos.cfm?cod_conteudo=6583&descricao=artigos> Acesso em 19 jun. 2006.

⁵⁸ OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. *Notas sobre a Crise do Direito do Trabalho*. Disponível em <http://www.anamatra.org.br/opinião/artigos/ler_artigos.cfm?cod_conteudo=6583&descricao=artigos> Acesso em 19 jun. 2006.

⁵⁹ De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, o Brasil ocupa a 70ª posição no ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que é calculado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A título de exemplo, vejamos as posições de outros países: Islândia(1ª); França (10ª); Chile (40ª); Rússia (67ª); China (81ª); Índia (128ª) e Serra Leoa(177ª). Disponível em <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2823&lay=pde>. Acesso em 10 dez. 2007.

O Governo Vargas, em sua primeira fase (1930-1945), teve grande relevância para a generalização do Direito do Trabalho. Esse período foi considerado como uma fase de institucionalização do ramo jurídico face à intensa atuação legislativa e administrativa do Estado. Entretanto, houve o zelo de torná-lo um ramo jurídico de abrangência restrita. Naquela época, mais de 70% da população morava no campo e a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) foi criada e direcionada para ser aplicada somente para os trabalhadores urbanos.

Os seguintes órgãos: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sindicato único e subordinado, oficial, a Justiça do Trabalho e o Sistema Previdenciário, criados nesse período, não tinham o condão para cumprirem um papel significativo para generalização do Direito do Trabalho.

Em 1963, durante o governo de João Goulart, foi editado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.414/1963), o que caracterizaria uma maior absorção dos trabalhadores de zonas agrícolas para o Direito do Trabalho, caso este governo não tivesse sido derrubado pelo golpe militar em 1964. Quando se intensificou o processo de migração da população rural para urbana, época de 1965/1966, pensou-se que o Direito do Trabalho fosse estendido a essa nova população que se agremiava e que, dessa maneira, poderia gozar de normas protetivas.

Não obstante isso, essa fase coincidiu com o período de hegemonia do Regime Militar, onde predominou a fraqueza de instituições democráticas, bem como o desinteresse dos governantes pela valorização de políticas públicas concretas a favor dos trabalhadores.

Ao ser promulgada a Constituição Federal em 1988, considerada como a Carta de democratização do tradicional modelo brasileiro, inaugurou-se uma fase sem precedentes do Direito do Trabalho no Brasil, qual seja, “uma fase de superação democrática das linhas centrais do antigo modelo autoritário-corporativo de décadas atrás”.⁶⁰ Em seu bojo, ela trouxe consigo várias fatores consistentes, quando viabilizou a participação operária na produção de normas (acordos e convenções coletivas) e proibiu a intervenção estatal nos sindicatos. Vista de um outro ângulo, trouxe também obstáculos que inviabilizam a construção de um padrão de gestão social e trabalhista no Brasil quando manteve a contribuição sindical obrigatória, a representação corporativa

⁶⁰ DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 114.

na Justiça do Trabalho (extirpada pela EC/24), a permanência do Poder Normativo da Justiça do Trabalho e a unicidade e enquadramento sindical.

Tivemos governantes com orientações políticas e ideológicas semelhantes que entendiam que a regulação do mercado deve ser feita livremente, com menor participação do Estado e menor intervenção.⁶¹

Surgiram leis e medidas desarticuladoras e precarizadoras da legislação do trabalho, e o que se nota, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, é que cerca de 70% das pessoas ocupadas não estão reguladas pela legislação trabalhista. Atualmente, o fato é que o Direito do Trabalho no Brasil nem mesmo conseguiu promover o padrão de melhoria das condições de pactuação da força de trabalho, sendo que hoje já se fala até mesmo em superação desse ramo, em busca de uma gestão mais eficiente.⁶²

Contrariamente ao que é proposto, o Direito do Trabalho no Brasil não consegue cumprir suas funções precípuas de civilizar o país, distribuir renda e auxiliar o desenvolvimento social e econômico, vez que há opção clara de segregação desse ramo jurídico a toda população, ao invés de ser a principal política pública de inclusão social conforme aconteceu nos países capitalistas desenvolvidos. O cenário atual é prodigiosamente descrito por Magda Barros Biavaschi:

No início deste século XXI, o cenário é de uma profunda crise econômica, social e política. Aprofundam-se as desigualdades internamente aos países, entre estes, especialmente, entre o Norte e o Sul do planeta, escancarando-se uma divisão cada vez maior entre centro e periferia. Os fios que na Era do Ouro do capitalismo permitiam que fossem tecidas redes de solidariedade esgarçam-se e cedem à pressão do individualismo e à força dos valores da

⁶¹ São exemplos significativos desse tipo de orientação política ideológica, os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A respeito, ver ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002. Também GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos. “Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: Reflexos no Modelo Brasileiro e suas Conseqüências na Legislação Trabalhista”. In. PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004.

⁶² No Brasil, dos 80 milhões de trabalhadores que integram a População Economicamente Ativa – PEA, apenas 23 milhões são considerados trabalhadores formais, contribuintes do INSS. De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – há 2,271 milhões de trabalhadores desempregados, nas seis maiores regiões metropolitanas do país, onde se realizou a pesquisa. Ver: Almanaque Abril 2003, São Paulo: Abril, 2003, p.138. Insta salientar, que segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, o emprego formal (com carteira assinada) cresceu 5,85% em 2007, com a criação de 1,617 milhões de postos de trabalho formais. De acordo com o estudo, esse crescimento recorde foi conseqüência da aceleração do ritmo de crescimento de todos os setores da atividade econômica, em todas as regiões do País, e da formalização do emprego. Disponível em < <http://estatistica.caged.gov.br/consulta.aspx?mesCPT=12&anoCPT=2007>> Acesso em 12 jan.2008.

concorrência desregulada. Em um momento em que as grandes potências afirmam seu poder hegemônico, o fenômeno da globalização acelera a unificação desigual do mundo sob égide do capital financeiro, em um movimento que “globaliza” o poder dos Estados nacionais hegemônicos e das corporações financeiras, sob a batuta do “Império” que se afirma pelo poder do dinheiro e das armas. Nesse padrão sistêmico, os Estados Centrais passam não apenas à condição de cúmplices, mas de atores importantes, em um processo que envolve grandes bancos, grandes empresas industriais, fortunas e investimentos institucionais (fundos) e os próprios Estados nacionais por meio de seu Tesouro Nacional e dos Bancos Centrais. Daí as privatizações, a liberação financeira e dos mercados, cuja tônica é a circulação dos capitais. A tela de proteção à classe dos assalariados desorganiza-se, tornando-se estratégica a flexibilização do mercado de trabalho para liberar os capitalistas para a contratação da força de trabalho com menos barreiras.⁶³

Em razão dessa crise enfrentada por esse instituto jurídico brasileiro, nota-se um crescente desprestígio sofrido. No entanto, considerando o lento processo histórico para sua consolidação, alcançada por meio de árduas conquistas dos trabalhadores, torna-se importante estudar se o trabalho e o emprego constituem ou não o elemento basilar sobre qual se sustentam as possibilidades de inserção do indivíduo desapossado de bens materiais no mercado econômico. Para isso, analisaremos as duas correntes, aqui denominadas como: (i) “estrutural determinista” e (ii) “conjuntural determinante” que debatem a questão central da presente pesquisa.⁶⁴

⁶³ BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil – 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. 2005. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p.19/20.

⁶⁴ As tipologias aqui expostas – “estrutural determinista” e “conjuntural determinante” – foram lançadas por Mauricio Godinho Delgado em sua obra *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. Para desenvolvermos a linha de raciocínio da presente dissertação, tomaremos os conceitos propostos pelo Professor Mauricio Godinho Delgado e utilizaremos as referidas expressões para conceituarmos as duas correntes de pensamento que debatem as causas da (des)centralidade do emprego no capitalismo contemporâneo. Cf. DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005.

Capítulo II

O emprego assalariado formal: “corrente estrutural determinista”

“Riqueza e pobreza tem a mesma origem, a liberdade. O pobre poderia ser rico pela mesma virtude que fez a riqueza do rico. Assim, assegurar-se seria apenas uma atribuição de cada um. Querer descarregar sobre outro a responsabilidade, é abdicar de sua liberdade, renunciar a sua qualidade de homem, desejar a escravidão”.

François Ewald

2. A visão da “corrente estrutural determinista” sobre o emprego assalariado formal:⁶⁵

Os temas do emprego e do crescimento econômico têm ganhado relevância, em cenário nacional, nas discussões políticas, em decorrência das mudanças globais ocorridas nos últimos anos, referentes às assim denominadas *era das inovações* (informação, conhecimento e tecnologia). Transformações tais como: acentuada internacionalização dos mercados; avanço das ciências de tecnologia; reorganização do capital e crescente competitividade não só no setor de produtos, mas, sobretudo, no setor de produção (alta exigência de mão-de-obra qualificada) firmaram-se como realidades no mundo contemporâneo do trabalho. Essas mudanças exerceram impacto direto no *modus operandi* da legislação trabalhista, uma vez que provocaram o surgimento de novas formas de contratação de mão-de-obra – formas de trabalho diferentes da formulação clássica denominada “*emprego assalariado formal*” – dentre as quais podemos destacar a contratação por tempo parcial, a contratação por prazo determinado, o contrato temporário, o assim chamado emprego “por conta própria” (informalidade), a terceirização, subcontratações, cooperativas – todas essas podem, nas palavras de Ivo Lesbaupin Vasapollo, ser definidas como “uma prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual. No trabalho atípico são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tempo indeterminado e full-time”.⁶⁶

Nessa esteira, é objetivo desse capítulo demonstrar os principais argumentos da *corrente estrutural determinista*, que defende o deslocamento da essencialidade do emprego como forma de inserção do trabalhador no sistema sócio-econômico, sugerindo, em seu lugar, a flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas. Essa corrente alicerça-se nos postulados da doutrina neoliberalista, tal como esta foi idealizada por Friedrich August von Hayek e Milton Friedman.

⁶⁵ Observe-se que a tipologia aqui exposta – “*estrutural determinista*” – foi lançada por Mauricio Godinho Delgado em sua obra *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. Cf. DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005.

⁶⁶ VASAPOLLO, Ivo Lesbaupin. “O trabalho atípico e a precariedade - elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista”. In. ANTUNES, Ricardo. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.49.

Em linhas gerais, a pedra angular dessa teoria consiste em demonstrar que a produção de riquezas no sistema capitalista ocorre independentemente da valorização do emprego, uma vez que ela porta em si excessos de proteção legislativa que oneram os custos do empregador, impedindo-o, assim, de maciço re-investimento do capital, para fins de competitividade produtiva. Dessa maneira, concluem, o Estado, ao intervir através de normas imperativas, adentra em uma circunscrição – a do mercado – cujas leis são criadas e reguladas independentemente de seu poder performador. Note-se que a desarticulação da centralidade do emprego por essa corrente se sustenta em um “descolamento” do poder interventor do Estado das leis “invisíveis” do mercado: surge daqui a concepção de um Estado Mínimo. Segue-se dessa proposta que tanto as oportunidades de emprego, como sua contra-face, o desemprego, são conseqüências, de acordo com essa doutrina, das inovações tecnológicas, da reestruturação produtiva, das mudanças organizacionais e mercadológicas e do desajuste fiscal, preponderantemente.

No entanto, dado o descolamento do domínio político (Estado) daquele econômico, para quem deve-se transferir a responsabilidade de garantir (e regular) a inserção do sujeito presentemente desapossado de propriedade material? O aspecto *positivo* da crítica, isto é, o modo como concebem as diretrizes teóricas para se responder à questão, está fundado na seguinte proposta, a saber, que a responsabilidade pela inserção no mercado laborativo é do próprio trabalhador enquanto sujeito livre e autônomo; não há, segundo Hayek, uma separação possível entre a liberdade do sujeito e sua responsabilidade. É o indivíduo momentaneamente excluído do meio sócio-econômico quem deve se *adaptar*, para usar uma linguagem darwiniana, e buscar fomentar suas (produtivas) capacidades – na medida em que ele é o único que pode se responsabilizar por isso – como forma de se inserir e, simultaneamente, garantir seu (único) meio de sobrevivência: sua força de trabalho.

Seguindo esses tópicos, se faz necessário, para os idealizadores dessa corrente, criar novas estratégias para se alcançar maiores ganhos econômicos através da minimização dos custos do trabalho, com intuito de obter desenvolvimento da economia e da competitividade. Por essa razão, as novas formas de contratação, conseqüentemente, a flexibilização das leis trabalhista trazida em seu bojo, são frutos inevitáveis dos tempos modernos.

2.1. A raízes da doutrina neoliberal: a década da “Crise do Petróleo” e a ruptura com o *Welfare State*

A década de 1970, no cenário internacional, de acordo com Demétrio Magnoli, pode ser definida como “uma década de crise e recessão na economia mundial”, que assinalou “o esgotamento do modelo de crescimento adotado no pós-guerra, encerrando um longo ciclo ascendente da economia capitalista”.⁶⁷

Nas palavras do teórico Perry Anderson, a década de 70 representou a insurgência de uma forte crise do modelo econômico do pós-guerra, “quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação”.⁶⁸ Esse fator fora decorrente da triplicação do preço do barril de petróleo imposto pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) para os Estados Unidos enquanto forma de retaliação ao apoio dado a Israel na Guerra de Yom Kippur, em 1973. A crise sofrida pelos Estados Unidos nessa década, resultante dessa retaliação político-econômica, foi considerada pelos estudiosos como uma crise do próprio modelo, que apresentava queda da produtividade e das margens de lucros.

A partir da década de 1980, esboçou-se nos países industrializados um novo padrão de desenvolvimento denominado pós-fordismo ou modelo flexível. Edmundo Fernandes Dias⁶⁹, ao analisar essa fase do capitalismo, afirma que “os capitalistas, ‘liberaram-se’ de todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população e da ampliação da cidadania”; dessa maneira, assevera,

a crise dos anos 70 e 80 rompeu como compromisso do Estado de Bem-Estar Social. Na resposta a esta crise, caracterizada de forma multifacetada pelos diversos movimentos em luta, o capitalismo, face ao desmonte objetivo das experiências ditas socialistas, reciclou-se muito mais rapidamente. Ele necessitou livrar-se das grandes conquistas sociais que fora obrigado a aceitar face ao avanço da alternativa socialista, articulando e pondo em cena a passivização da Ordem do Capital: trata-se da Revolução passiva como conjunto de medidas de contratendência e articulação da “nova”/velha institucionalidade. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva são suas

⁶⁷ MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo: relações internacionais, 1945-2000*. São Paulo: Moderna, 1996, p. 147.

⁶⁸ ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir, et alli. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.10.

⁶⁹ DIAS, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im)possível na ordem do capital, reestruturação produtiva e passivização*. Campinas: Textos Didáticos n. 29, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), 1999, p.120.

estratégias e constituem em uma unidade indissolúvel, uma mesma processualidade.⁷⁰

Nos Estados Unidos, os gastos públicos se agigantaram, tanto interna como externamente, exemplo disso pode ser averiguado quando da guerra do Vietnã. A moeda americana ficou debilitada. Esse país, que durante todo o período de domínio do fordismo assegurou a estabilidade da economia mundial com base em sua moeda, viu esse sistema monetário declinar com a crise do petróleo. A competitividade de produtos da Europa e do Japão superava a dos Estados Unidos. Assistia-se a uma verdadeira guerra comercial, que não findava.

Na década de 1970, a rigidez do modelo fordista se tornou incompatível com as novas tecnologias e avanços do pós-guerra (automação e robotização) e foi substituído pelo padrão japonês de produção enxuta, conhecido como “toyotismo”, que se baseava, fundamentalmente, na eliminação da organização hierarquizada. O novo modelo, agora mais flexível, surge alterando as formas de ocupação da força de trabalho, as garantias trabalhistas e os mercados de massas. O novo método é capaz de atender ao mercado consumidor com menor utilização do esforço humano, prescindindo das “grandes plantas industriais fordistas”, com redução no investimento em ferramentas e estoques mínimos.

2.2. Alguns aspectos da política do Neoliberalismo de gestão das sociedades capitalistas desde o final do século XX

Perry Anderson⁷¹, no que diz respeito às origens do neoliberalismo, distinguindo-o do simples liberalismo clássico, sustenta que seu nascimento se deu “depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo”. Mais precisamente, pode-se dizer que o neoliberalismo é fruto de uma “reação teórica e política” contra intervenções do Estado e contra, simultaneamente, o Estado de Bem-

⁷⁰ DIAS, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im)possível na ordem do capital, reestruturação produtiva e passivização*. Campinas: Textos Didáticos n. 29, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), 1999, p.120.

⁷¹ ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In. SADER, Emir, et alli. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9.

Estar. Segundo Anderson, o momento fundante dessa doutrina é o livro de Hayek, *O Caminho da Servidão*, escrito em 1944.

Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar de suas intenções, a social-democracia moderna inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna’.⁷²

O período dos anos 60 e 70 corresponde ao período em que as idéias de Hayek, e posteriormente de Friedman, ganharam espaço nas universidades, principalmente norte-americanas. Nesse período, houve a gestação de economistas que, por haverem sido “criados” nesse contexto acadêmico, levaram a cabo a doutrina hayekiana de *expectativa racional do mercado*. No dizer de José Luís Fiori, “é aí também que se formou a geração dos economistas que vieram a assumir posições de destaques no comando das políticas econômicas implementadas nos países de periferia capitalista e de gestores da safras de planos de estabilização implementados na década de 90”.⁷³

Somente após a crise do petróleo é que as concepções teóricas da “Sociedade de Mont Pelèrin”, também conhecidas como idéias neoliberais, ganharam terreno para serem fecundadas, pois no período anterior a história vivenciava uma época de apogeu econômico, cunhada pelos estudiosos de “*Era do Ouro*”⁷⁴, sustentada pela correlação harmônica entre Estado, capital e trabalho. Os longos anos de hegemonia do pensamento keynesiano e social-democrata mantiveram as idéias liberais, porquanto eram germinadas por Hayek e seus discípulos, numa espécie de resistência clandestina, que Perry Anderson define como sendo uma sobrevivência dentro de uma rede quase maçônica de relações entre estes poucos intelectuais.⁷⁵

⁷² ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In. SADER, Emir, et alli. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9.

⁷³ FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 216.

⁷⁴ O historiador Eric Hobsbawm define o período de 1947-1973 como a “Era do Ouro” do capitalismo. Ver: HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 18.

⁷⁵ Perry Anderson afirma que a Sociedade de Mont Pèlerin era composta por adversários firmes do Estado de Bem-Estar Social e do New Deal norte-americano, tais como: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros e se caracterizava como “uma espécie de maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada (...) Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um novo capitalismo”. Ver: ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”.

Basicamente, essa corrente compreendia que a desigualdade, contrariamente ao argumento proposto pelo keynesianismo, dinamizava a economia e que a crise capitalista se dava em razão do poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, pois esses “haviam corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões e reivindicações sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”.⁷⁶

Segundo Anderson, somente através da adoção de algumas medidas é que se poderia resgatar o crescimento econômico, tais como restrição dos efeitos da regulação social; manutenção de um Estado forte para romper com o poder sindical, porém mínimo em intervenções econômicas e gastos sociais; adoção de “disciplina orçamentária”, no que se refere à diminuição dos gastos com o bem-estar social e retomada da taxa “natural” de desempregados, para quebrar o sindicalismo, no que se refere à política do “pleno emprego” e realização de reformas fiscais (redução de impostos), e, por fim, defendia a privatização das empresas estatais.⁷⁷

Percebe-se, portanto, que a mudança do sistema intervencionista keynesiano para a nova ordem de sobrevivência do capitalismo, qual seja, o Estado Mínimo, ocorreu, historicamente, quando da instabilidade econômica gerada em cenário internacional pela crise do petróleo, e, conseqüentemente, na tentativa de encontrar uma saída para a insustentável *estrutura* do sistema, rompeu-se a harmonia entre Estado, capital e trabalho.

2.2.1. O apogeu político do neoliberalismo na década de 80

As idéias neoliberais migraram do simples plano teórico para o campo, propriamente, das relações socio-políticas, em especial entre os anos de 1979 e 1982. Esse movimento se deu, concretamente, quando as teorias políticas dessa corrente de pensamento prevaleceram nas urnas. As notórias vitórias eleitorais de Margareth Thatcher, na Inglaterra, de Ronald Reagan, nos Estados Unidos e de Helmut Kohl na Alemanha,

In. SADER, Emir, et alli. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9/10.

⁷⁶ ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In. SADER, Emir, et alli. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.11.

⁷⁷ ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In. SADER, Emir, et alli. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.11.

mais do que acenaram aquele movimento; antes, firmaram a tendência, nesse contexto, de políticas de desregulação social e ausência de interferência estatal. A hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia se caracterizou por uma política que primava pela reestruturação do capital, ou seja, pela circulação do capital financeiro e dos investimentos especulativos, também conhecida como “mundialização do capital”⁷⁸ ou globalização. Pode-se dizer, nesse sentido, que trata-se de uma política com vistas à preferência pela estabilidade monetária, a limitação do orçamento, consentimentos fiscais aos capitalistas e rejeição ao pleno emprego.

José Luís Fiori⁷⁹ é categórico ao afirmar que as idéias neoliberais “foram retraduzidas para o plano prático e se transformaram, primeiro, nas políticas públicas pioneiramente experimentadas pela Sra. Thatcher na Inglaterra, organizadas em torno do tripé básico da ‘desregulação’, ‘da ‘privatização’ e da ‘abertura comercial’”. E argumenta que foi a escolha dessas idéias pelas organizações multilaterais que se “transformaram, na prática, no núcleo duro de formulação do pensamento e das políticas neoliberais voltadas para ajustamento econômico da periferia capitalista e também, é óbvio, da América Latina. Políticas que passaram a fazer parte indissociável das recomendações e das condicionantes do FMI”.⁸⁰

Guiado pelo mesmo pensamento, Mauricio Godinho Delgado⁸¹ defende que

a generalização de um pensamento econômico específico, identificado pelo epíteto de *neoliberalismo* (ou *ultraliberalismo*), trata-se, na verdade, da antiga matriz liberal, hegemônica dos primórdios do sistema capitalista (...) que, ajustando-se, porém, aos novos tempos, respalda a hegemonia da capital financeiro-especulativo, propondo estratégia de severa redução dos investimentos e gastos do Estado, exceto aqueles correspondentes à reprodução do próprio capital financeiro-especulativo; propõe, como linha geral, o redirecionamento da atuação dos Estados nacionais, de modo a garantir a estreita vinculação de suas economias ao mercado globalizado; propugna, por fim, pela mitigação das políticas sociais, inclusive trabalhistas, em favor do exercício cada vez mais *desregulado* do mercado de bens e de serviços.(...).⁸²

⁷⁸ François Chesnais utiliza este termo “mundialização” por preferi-lo ao termo “globalização” e designa o quadro político e institucional no qual um modo específico de funcionamento do capitalismo foi se constituindo desde o início dos anos 80, em decorrência das políticas liberalizantes e de desregulamentação das trocas, do trabalho, das finanças, adotadas pelos governos dos países industriais, encabeçados pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha” CHESNAIS, François. “Um programa de ruptura com o neoliberalismo”. In. REIS, A. R, et alli. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p.78.

⁷⁹ FIORI, José Luís. 4ª ed. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 216.

⁸⁰ FIORI, José Luís. 4ª ed. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 216.

⁸¹ DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005, p. 18/19.

⁸² DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005, p. 18/19.

Por fim, é mister notar que o apogeu das políticas neoliberais, incrustadas nas mudanças promovidas pelos parlamentares eleitos na Europa e nos Estados Unidos ocorrida nos anos 80, apoiou-se, conforme exposto por Demétrio Magnoli,

na premissa de que o Estado deveria abandonar as intervenções, que tendiam a limitar os lucros auferidos pelo capital, a fim de que fossem estimulados os investimentos nos novos setores abertos pela ‘revolução tecnológica’ em andamento. Segundo os teóricos neoliberais, a interferência do Estado (por exemplo, na defesa dos empregos) retardava a necessária realocação de capitais até então investidos em setores estagnados.⁸³

2.3. A transição do Estado Liberal para o Estado Neoliberal: traços de continuidade e diferenças entre o “velho” e o “novo” liberalismo

A pergunta que surge, prontamente, dos argumentos apresentados no tópico anterior é: quais são, então, os traços de continuidade, bem como as diferenças fundamentais entre as idéias do liberalismo e do neoliberalismo? De acordo com José Luís Fiori⁸⁴, as teses centrais continuam as mesmas: (i) Estado mínimo e mínimas políticas públicas, no que se refere à “busca da despolitização total dos mercados e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados”; (ii) defesa intransigente do individualismo e da igualdade social, no que diz respeito “apenas à igualação de oportunidades ou condições iniciais igualizadas para todos”, uma vez que já no liberalismo temos que as “condições de partida” são “iguais” para todos.

Como vetor resultante da soma desses dois itens antes mencionados, têm-se que “as diferenças e as competências de cada um gerariam inevitavelmente resultados distintos perfeitamente legítimos e necessários para a própria dinâmica da sociedade democrática capitalista”; o terceiro item que determina a continuidade de um registro para o outro é (iii) a defesa de políticas sociais compensatórias, as quais, a despeito da teoria clássica de Adam Smith, que nas mais modernas formulações neoliberais produzidas hoje por organismos internacionais ou multilaterais, denotam “sempre a defesa da necessidade da intervenção pública naquelas áreas de interesse coletivo que não sejam rentáveis para os capitais privados ou mesmo onde se manifestem situações

⁸³ MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo: relações internacionais, 1945-2000*. São Paulo: Moderna, 1996, p. 154.

⁸⁴ FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 212/213.

de extraordinárias carências sociais”. A título de ilustração pense-se aqui na questão dos investimentos em infra-estrutura.⁸⁵

Interessante notar ainda que existem diferenças fundamentais entre o novo e o velho liberalismo dos séculos XVIII e XIX, que são sintetizadas por Fiori da seguinte maneira:

- (i) no “velho” liberalismo falava-se em *individualismo liberal*, porém, hoje, fala-se em *individualismo metodológico*, relativo à pretensão de cientificidade de sistemas, compreendidas aqui as “teorias dos jogos”, “das expectativas racionais”, “da escolha pública”. Essa teoria econômica influencia, por sua vez, os demais ramos do conhecimento, alternado, assim, conceitos-chaves do sistema capitalista tais como *eficiência*, *equilíbrio* e *convergência*: “Estas teorias”, afirma o economista, “têm transformado, ou se apresentam como se fossem o suporte que dá cientificidade, uma pseudocientificidade, às recomendações ou políticas de corte neoliberal amplamente aplicadas e recomendadas a partir da vitória política liberal-conservadora ocorrida no eixo anglo-saxão na virada nos 70 para os 80 e que depois se estenderam ou foram impostas nos anos 80 e 90 a quase todo mundo”;
- (ii) nos anos 70/90, as idéias liberais se casaram perfeitamente com as transformações econômicas e políticas materiais fomentadas pelo capitalismo desde sua crise, em 1973;
- (iii) atualmente, denota-se uma ausência de contraponto (devido à derrota do projeto comunista), o que ofereceu ao pensamento neoliberal “condições sem precedentes de que jamais o liberalismo gozou, de uma ideologia que consegue ser quase universalmente hegemônica”;
- (iv) percebe-se, por fim, a similar tentativa de desmonte do *Welfare State* (conjunto de obras institucionais construídas por políticas públicas e luta dos trabalhadores).⁸⁶

A teoria que propugna que o mercado não deve sofrer interferências, bem como sustenta o deslocamento da centralização do emprego para o capital, generaliza-se e intensifica a não intervenção do Estado, em especial, nas relações de trabalho, primando por responder aos requerimentos do ciclo financeiro – concorrência global e incentivo à

⁸⁵ FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 212/213.

⁸⁶ FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 213/215.

acumulação produtiva – e valorizando, concomitantemente, o *laissez-faire*. Trazendo esse debate para plagas brasileiras, pode-se perceber que as inflexões do mercado econômico, com conseqüências diretas no mercado de trabalho do Brasil, se intensificaram ao longo da década de 1990, quando o país se encontrava com necessidade de melhoria das contas públicas. Esse panorama é resumidamente descrito por Paulo Baltar: “no final da década de 90, o endividamento do Estado brasileiro atingiu um patamar muito elevado, com sérios problemas de como financiá-lo, dado a política de controlar a inflação pela contenção da atividade econômica, com altas taxas de juros”.⁸⁷

2.4. A crise de 1970 e seus efeitos no Brasil em meados da década de 80/90

A década de 90 se caracteriza pelo declínio do império soviético e a plena ascensão do capitalismo – nos moldes neoliberais – como hegemonia mundial. Tendo como justificativa a crise do Estado de Bem-Estar Social, a aplicação desse modelo econômico, centrado no Estado Mínimo, se dará sob a égide da globalização “a qualquer custo” nos países em desenvolvimento.

Na década de 70, houve uma crise paradigmática sobre a relação efetiva entre *trabalho-emprego* e *Direito do Trabalho*, bem como ocorreu um recrudescimento da análise econômica promovida pela corrente neoliberal – o assim chamado “círculo virtuoso do capitalismo” –, que foi caracterizado pela “relação fordista entre capital e trabalho, pleno emprego, alta produtividade, internacionalização do comércio, constantes investimentos produtivos e crescimento do consumo, conhece o seu período de crise e dá lugar a um círculo vicioso da economia”.⁸⁸

Como visto no capítulo anterior, desde a institucionalização do Direito do Trabalho na década de 30 até a Carta de 1988, o Brasil ainda não tinha conseguido generalizar as aspirações sociais para toda sociedade. Tínhamos um projeto social democrático avançado, no que se refere ao texto promulgado na “Constituição Cidadã”,

⁸⁷ BALTAR, Paulo, et alli. “O emprego formal no Brasil: início do século XXI”. In. KREIN, José Dari, et alli. *As transformações do mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores*. São Paulo: LTr, 2006, p.16.

⁸⁸ ALMEIDA, Adriana Sousa de. *Desemprego e precarização das condições de trabalho nos países de capitalismo avançado*. 2003. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p.30.

entretanto, vivíamos um período de estagnação econômica.⁸⁹ Nesse cenário de alta inflação *versus* paralisação econômica, o pensamento neoliberal ponderou-se sobre a necessidade do Brasil se integrar à ordem global como estratégia de saída da recessão, e foi esse o contexto propiciador da entrada das teses neoliberais em solo brasileiro.

Portanto, para propiciar o crescimento econômico no Brasil, as reformas liberais de organização econômica e social surgiram a partir de 1990, com a titulação de “regaste da dívida social” – agenda que prometia a retomada do desenvolvimento e crescimento econômico-social e enfrentamento da pobreza e desigualdade, baseada nas três fundamentais premissas do Consenso de Washington, difundidas pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano (BID) e outras entidades multilaterais propunha-se⁹⁰: (i) abertura comercial, (ii) abertura econômica e financeira e (iii) desregulamentação dos mercados, Estado mínimo. A promessa era a redenção dos males causados pela alta na inflação ocorrida em 1980.

Na análise feita por Marcio Pochmann,

nos anos de 1990, contudo, os países não desenvolvidos, em sua maioria, foram submetidos a formas passivas de inserção internacional, aceitando, quase que integralmente, os pressupostos do Consenso de Washington, fundados nas aberturas comercial, financeira, produtiva e tecnológica indiscriminadas, na desregulação da economia, na flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas, na privatização das empresas estatais e na modificação do papel do Estado.⁹¹

É nessa esteira que ocorre, segundo o economista, em um primeiro plano, a *precarização estrutural do trabalho* e, como consequência disso, se consuma o “desmonte da legislação social protetora do trabalho”. Vinculada ao assim denominado processo de globalização do capital, encontram-se as “mutações do universo produtivo”

⁸⁹ “Com efeito, a Constituição e os esforços reformistas vistos no decorrer dos anos 80 projetavam a conformação de um novo padrão social para o Brasil, partindo da garantia de um conjunto de direitos universais, de políticas de proteção social, de promoção do bem-estar social. Todavia, parte importante dos anseios inscritos na Carta de 1988 não se concretizou nos mais de quinze anos seguintes. O problema aqui não é, pois, de inexistência da garantia constitucional de direitos, mas da falta de condições materiais objetivas de efetivação das conquistas democráticas, claramente vinculadas à retomada do desenvolvimento do país.” Ver: GIMENEZ, Denis Maracci. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. 2007. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p. 46/47.

⁹⁰ “Consenso de Washington” é uma expressão do economista John Williamson para designar um conjunto de reformas econômicas liberalizantes recomendadas para os países da América Latina no final dos anos 80, expostas em John Williamson. *Latin American Adjustment: how much has happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990. Apud. GIMENEZ, Denis Maracci. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. 2007. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p.3, nota 07.

⁹¹ POCHMANN, Marcio. *Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil*. São Paulo: LTr, 2003, p. 11.

cujo resultado é o progresso da “era da informatização”, mediante o avanço tecnológico e, concomitantemente, da “época da informalização”, isto é, da precarização ilimitada do trabalho, que também atinge uma amplitude incontável.

Os capitais passaram, então, a exigir a flexibilização dos direitos do trabalho, forçando os governos nacionais a ajustarem-se à fase da acumulação flexível. Flexibilizar a legislação do trabalho significa, não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso, aumentar ainda mais a precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial na Inglaterra e especialmente após 1930, quando se toma o caso brasileiro.⁹²

2.5. A flexibilização e desregulamentação dos direitos trabalhistas: processo de flexibilização das normas trabalhistas enquanto proposta de solução para o desemprego

A teoria neoliberal preconiza, essencialmente, segundo Ricardo Dathein⁹³ que (i) a legislação trabalhista e o seu custo, (ii) a rigidez do mercado no que diz respeito aos benefícios aos desempregados, (iii) os salários mínimos fixados acima do nível salarial de equilíbrio, (iv) o poder sindical, (v) a incidência de impostos sobre os salários, (vi) fatores demográficos ou migratórios e, por fim, (vii) as diferenças entre oferta e demanda setoriais por trabalho constituem os principais empecilhos para a criação de empregos, por se tratar de tópicos que se caracterizam pelas vantagens ou privilégios obstaculizantes do crescimento econômico diante de um mercado que necessita responder às expectativas de uma competitividade global.⁹⁴

Como consequência, tem-se que a ausência de emprego se justifica por uma premissa básica, qual seja, a de que as relações de prestação de serviço, em especial, uma vez que não podem ser reguladas por normas externas, a dizer estatais, devem ser solvidas pelos próprios sujeitos partícipes de tal pactuação. Ora, na medida em que a

⁹² ANTUNES, Ricardo. “A desconstrução do trabalho e perda dos direitos sociais”. In: PINTO, Roberto Parahyba de Arruda. (org.). *O direito e o processo do trabalho na sociedade contemporânea: homenagem a Francisco Ary Montenegro Castelo*. São Paulo: LTr, 2005, p. 379/380.

⁹³ DATHEIN, Ricardo. *O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000, p. 49.

⁹⁴ DATHEIN, Ricardo. *O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000, p. 49.

vontade e liberdade do sujeito jamais podem ser excluídas dessas relações – resultando daí que o Estado não deve intervir com seu poder moderador – segue-se, primeiro, que toda a carga de responsabilidade de gestão normativa recai sobre o empregado e o empregador e, segundo, a necessidade de flexibilizar as normas outrora impostas.

Há que se destacar, no tocante a esse raciocínio, que as causas do desemprego estão, dessa maneira, emaranhadas nos modelos vigentes de pactuação, na medida em que, por exemplo, é (i) extremamente oneroso aos empregadores o custo do emprego assalariado formal; (ii) há excesso de proteção social, o que dificulta a competitividade no mercado global e (iii) os direitos e garantias sociais são benefícios onerosos que impedem o investimento e crescimento econômico.

A solução à problemática do desemprego, portanto, consiste na liberalização da rigidez do mercado, no enxugamento estatal, na flexibilização e aceitação das regras do mercado pelos empregados – isso, para que o sistema possa funcionar livremente, sem interferências externas, na reestruturação produtiva, na privatização em massa e em políticas fiscais-monetárias.⁹⁵

Para tanto, o mercado deve estar desatado de quaisquer amarras que o limite dentro das condições de contratação de força de trabalho, e, nesse sentido, o Estado interventor e regulador constitui um óbice que o impede de atingir seus fins. A liberalização e a desregulamentação das normas trabalhistas se revertem como vantagens para a própria sociedade. Na medida em que ocorre a diminuição das regras ditadas pelo Estado, automaticamente, o empresariado livre de tais “encargos” manteria uma parcela do seu mercado no cenário competitivo e estaria mais apto a manter o seu quadro de funcionários ou a realizar novas contratações, por exemplo; conseqüentemente, aumentaria a empregabilidade.

A flexibilização é vista, na visão de Adriana Almeida, como a liberdade do capital no que respeita à admissão ou demissão de força de trabalho, bem como à adaptação do uso do tempo, da locação e remuneração do trabalho conforme necessidades impostas pelo sistema econômico, “com o intuito de que investimentos, geração de emprego e

⁹⁵ Lei de Say: para toda oferta existe uma demanda equivalente. O mercado de trabalho é um mercado como outro qualquer, ou seja, a demanda por empregos não pode ser maior que a oferta, a não ser que esta demanda não esteja aceitando as condições dadas pela oferta, forçando uma decisão particular que poderia muito bem ser evitada. A respeito, consultar ALMEIDA, Adriana Sousa de. *Desemprego e precarização das condições de trabalho nos países de capitalismo avançado*. 2003. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p.63.

crescimento econômico venham a ocorrer”.⁹⁶ Essa questão é analisada, prodigiosamente, pelo sociólogo Edmundo Fernandes Dias da seguinte forma:

(...) os teóricos do neoliberalismo sempre colocaram essa questão com clareza. Face à inflação, a diminuição da sua capacidade de acumular, enfim, às limitações impostas pelo Trabalho na sua luta cotidiana contra o Capital – as lutas de classe na produção –, a estratégia capitalista passa a ser a do ‘desengessamento’ das condições da acumulação. Os neoliberais sustentam a tese de que o preço do trabalho está sobrevalorizado, esterilizando o capital; o poder sindical inibe a liberdade do mercado. É preciso, pois, restaurar o mercado como fonte última e única de qualquer sociabilidade possível.⁹⁷

Segundo o pensamento neoclássico, exposto por Ricardo Dathein, o emprego pressupõe como princípio básico “o funcionamento do mercado de trabalho, no qual agentes econômicos de igual racionalidade e poder de mercado se encontram, como demanda empresarial por mão-de-obra e oferta de mão-de-obra por parte dos trabalhadores. Dessa maneira, os trabalhadores controlam sua oferta no mercado de trabalho, na maioria dos modelos”.⁹⁸

De posse desses pressupostos teóricos, entende-se melhor sobre qual ponto flexiona a crítica da corrente neoliberal no que se refere à geração de desemprego: a crescente manutenção de reajuste salariais em relação à produtividade, não permitindo flexibilizar o suficiente para manter altas taxas de criação de postos de trabalho. “No entanto”, escreve Adriana Almeida, “o sistema tende a voltar ao equilíbrio quando os salários elevados fazem as empresas dispensarem mão-de-obra. Conseqüentemente, o desemprego resultante rebaixa os salários, aí então, com salários adequados, tem-se novamente condições propícias para a criação de empregos, já que a oferta e demanda por mão-de-obra voltam ao equilíbrio”.⁹⁹

Assim sendo, os fundamentos da flexibilização se respaldam na ausência de um Estado interventor, melhor dizendo, na presença de um Estado Mínimo; do que se segue que o Direito do Trabalho precisa se adaptar e retirar as normas imperativas para

⁹⁶ ALMEIDA, Adriana Sousa de. *Desemprego e precarização das condições de trabalho nos países de capitalismo avançado*. 2003. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p.63.

⁹⁷ DIAS, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im)possível na ordem do capital, reestruturação produtiva e passivização*. Textos Didáticos, Unicamp: IFCH/UNICAMP, 1999, n.29, p.121, set.1999.

⁹⁸ DATHEIN, Ricardo. *O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana*. 2000. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p. 35.

⁹⁹ ALMEIDA, Adriana Sousa de. *Desemprego e precarização das condições de trabalho nos países de capitalismo avançado*. 2003. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p.61.

colaborar com o crescimento e fortalecimento do mercado diante da concorrência global.

2.6. Tendências do mundo do trabalho e as razões da descentralidade do emprego

A questão do trabalho nos tempos atuais é analisada, pontualmente, pelo sociólogo Ivo Lesbaupin Vasapollo:

Nos últimos vinte anos, o desemprego se tornou um verdadeiro drama praticamente universal: as taxas de desemprego explodiram mesmo em países onde alguns anos antes não atingiam nem 1%. As explicações que passaram a ser dadas e que, com o tempo, se tornaram dominantes, atribuíram a causa às inovações tecnológicas (a microeletrônica, as telecomunicações). No caso dos países pouco desenvolvidos, se acrescentou outro fator: a baixa qualificação do trabalhador. Em ambos os casos, a causa do desemprego seria independente das políticas adotadas: seria simplesmente o resultado do progresso (e quem é contra o progresso?). Como resultado do progresso, se exigem trabalhadores mais qualificados, o que coloca a responsabilidade do desemprego sobre os próprios trabalhadores - insuficientemente qualificados para os empregos que existem.¹⁰⁰

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o movimento de desarticulação da centralidade do emprego resulta do modo de se organizar e desenvolver o “novo capitalismo”, em especial, quando da ratificação da “determinação objetiva do mercado”. Esta, por sua vez, como ressalta Edmundo Dias, tem em vista “manter o esquema de redistribuição de renda limitada, na perspectiva e na prática dos capitalistas, [visando] a possibilidade de expansão continuada da sua lógica (...). Será preciso libertar o capital de todas as limitações artificiais, dizem os neoliberais”¹⁰¹; mas não só: é preciso ainda reduzir os custos do trabalho, questão imprescindível no que diz respeito à concorrência global.

Sobre o fim da centralidade do trabalho, Jeremy Rifkin afirma que

uma nova geração de sofisticadas tecnologias de informação e comunicação está sendo introduzida aceleradamente nas mais diversas situações de trabalho. Máquinas inteligentes estão substituindo seres humanos em

¹⁰⁰ VASAPOLLO, Ivo Lesbaupin. *A questão do trabalho nos tempos atuais*. Disponível em <<http://www.desempregozero.org>> Acesso em 15 jan. 2007.

¹⁰¹ DIAS, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im)possível na ordem do capital, reestruturação produtiva e passivização*. Campinas: Textos Didáticos n. 29, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), 1999, p.120.

incontáveis tarefas, forçando milhões de trabalhadores de escritório e operários para as filas do desemprego ou, pior, para as filas do auxílio desemprego. Nossos líderes empresariais e principais economistas nos dizem que os números crescentes do desemprego representam “ajustes” de curto prazo às poderosas forças impulsionadas pelo mercado, que estão acelerando a economia global rumo à Terceira Revolução Industrial.¹⁰²

A maneira estrutural e específica de desenvolver o novo capitalismo demonstra que o emprego, como núcleo elementar do trabalho, tornou-se incompatível com a nova realidade ditada pelo sistema. Por quê? Pode-se apontar, preliminarmente, que os tópicos preponderantes e justificadores desse ponto de vista, segundo a corrente neoliberal, se embasam em 4 (quatro) inexoráveis fatores: (i) desajuste fiscal; (ii) advento de novas tecnologias; (iii) mudanças organizacionais das empresas e (iv) mudanças mercadológicas. Entre os defensores dessa linha de pensamento, a título de exemplo, estão Claus Offe, André Gorz, Jeremy Rifkin, estudiosos que buscam responder às transformações no cenário contemporâneo das relações de trabalho, posicionando-se em defesa da descentralidade do emprego.

2.6.1. Desajuste fiscal

O desajuste fiscal do Estado, que remonta à crise do petróleo, acarretou uma grande recessão caracterizada pelo aumento do desemprego e diminuição da arrecadação estatal. O Estado necessitou buscar financiamento para suas dívidas públicas, e conseqüentemente, houve um considerável aumento da taxa de juros. Nesse ínterim, o Estado de Bem-Estar Social se transformou aparentemente em um sistema ilógico: a manutenção e fomento dos gastos sociais já não se adequavam à realidade financeira do sistema. Propugnava-se que já não mais haviam justificativas sólidas para rigoroso investimento em “fundos perdidos”, tais como saúde, seguridade social, habitação etc., fundos sem contrapartida: principal objetivo, então, fora a redução nos gastos públicos.

¹⁰² RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo*. São Paulo: M. Books, 2004, p.3.

2.6.2. Ciência e novas tecnologias - A Terceira Revolução Tecnológica

A Terceira Revolução Tecnológica, a dizer, o surgimento da microeletrônica, da microinformática, da robótica e das telecomunicações trouxe à tona uma antiga, porém reformulada, problemática estrutural do mercado de trabalho, qual seja, de que essas novas tecnologias acelerariam a substituição de mão-de-obra humana, conseqüentemente, seria inevitável refrear a redução dos empregos. A teoria neoliberal compreende que o avanço tecnológico é uma disposição automática do mercado em tornar a força de trabalho, pouco a pouco, dispensável e subordinada às regras do capital, o que significa dizer que o incremento tecnológico acarreta a diminuição ou desaparecimento da utilização de mão-de-obra no processo de produção. Por essa razão, a descentralidade do emprego no contexto econômico é vista como conseqüência da reestruturação do processo produtivo.

A Era da Informação chegou. Nos próximos anos, novas e mais sofisticadas tecnologias de software aproximarão cada vez mais a civilização de um mundo praticamente sem trabalhadores. Nos setores da agricultura, manufatura e serviços, as máquinas estão rapidamente substituindo o trabalho humano e prometem uma economia de produção quase totalmente automatizada, já nas primeiras décadas do século XXI. A maciça substituição do homem pela máquina forçará cada nação a repensar o papel a ser desempenhado pelos seres humanos no processo social.¹⁰³

Paul Singer explica que a Terceira Revolução Tecnológica se difere da Primeira e da Segunda, pois se caracteriza pelo “acelerado aumento da produtividade do trabalho tanto na indústria como em numerosos serviços, sobretudo dos que recolhem, processam, transmitem e arquivam informações. Como ela ainda está em curso, é difícil prever seus desdobramentos próximos e longínquos”.¹⁰⁴

Nessa mesma direção, Túlio Massoni argumenta que a chegada das mudanças tecnológicas “induziram à substituição de trabalhadores por máquinas mais complexas, associadas a uma linha de montagem flexível, ao trabalho multifuncional e a novos

¹⁰³RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo*. São Paulo: M. Books, 2004, p.47.

¹⁰⁴ SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998, p.17.

arranjos em equipe seriam reconhecidos como a inflexão que marcaria o início dessa fase da Revolução Industrial”.¹⁰⁵

Herbert Marcuse sustenta que a sociedade industrial moderna possui como força motriz sua capacidade para a “contenção da transformação. “Essa contenção”, sugere o filósofo em *A ideologia da sociedade industrial*,

(...) é, talvez, a mais singular realização da sociedade industrial desenvolvida; a aceitação geral do Propósito Nacional, a política bipartidária, o declínio do pluralismo, o conluio dos Negócios com o Trabalho no seio do Estado forte testemunham a integração dos opoentes, que é tanto o resultado como o requisito dessa realização. (...) Nessa sociedade, o aparato produtivo tende a tornar-se totalitário no quanto determina não apenas as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades individuais e sociais. A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social.¹⁰⁶

O empregador, na linha sugerida por Adriana Almeida, obrigado a respeitar a legislação trabalhista, com seus “enormes” custos de admissão e demissão, é compelido a substituir trabalho vivo por trabalho “morto” (por meio daquilo que se denomina “incremento tecnológico”), ou é obrigado a partir para empregos atípicos (temporários, subcontratados, em tempo parcial, estagiários etc).¹⁰⁷

No que tange à substituição, Jeremy Rifkin propõe o seguinte panorama:

O ritmo acelerado da automação está levando a economia global rapidamente para a era da fábrica sem trabalhadores. Entre 1981 e 1991, mas de 1,8 milhão de empregos na área industrial desapareceram nos Estados Unidos. Na Alemanha, os fabricantes demitiram trabalhadores ainda mais rapidamente, e eliminaram mais de 500 mil empregos apenas em um período de 12 meses, entre 1992 e 1993. O declínio dos empregos no setor da produção fez parte de uma tendência de longo prazo que foi crescentemente substituindo seres humanos por máquinas no local de trabalho. Na década de 50, 33% de todos os trabalhadores nos Estados Unidos estavam empregados no setor industrial. Nos anos 60, o número dos empregados nesse setor caiu para 30% e, na década de 80, para 20%. Atualmente, menos de 17% da força de trabalho está empregada no setor industrial.¹⁰⁸

Diante disso, pode-se notar, se se reconhece a influência desse parâmetro tecnológico, que a revolução ocorreu com tamanha força e vigor que a modalidade

¹⁰⁵ MASSONI, Túlio de Oliveira. *Representatividade Sindical*. São Paulo: LTr, 2007, p.19.

¹⁰⁶ MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 16/19.

¹⁰⁷ ALMEIDA, Adriana Sousa de. *Desemprego e precarização das condições de trabalho nos países de capitalismo avançado*. 2003. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p.62.

¹⁰⁸ RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo*. São Paulo: M. Books, 2004, p.3.

clássica de inserção do trabalhador no sistema produtivo – o emprego – deve, segundo a lógica do próprio sistema, perder seu primado na dinâmica econômico-social.

2.6.3. Mudanças organizacionais das empresas: algumas considerações sobre toyotismo, taylorismo-fordismo, terceirização e multifuncionalidade

No âmbito organizacional das empresas, o ponto seminal é, notoriamente, a substituição dos modelos de produção (taylorismo/fordismo), com vistas a desmitificar a primazia das grandes plantas empresariais e de especialização, onde os sujeitos, em trabalhos sistemáticos na esteira de produção, exercem funções mecanizadas na linha de montagem. Novas formas de trabalho surgiram para demonstrar que a tecnologia estaria apta a realizar as atividades desses indivíduos, desfragmentando, assim, o clássico modelo em busca de eficiência dos custos e gastos.

O vivenciamento da crise de 1970 demonstrou que o sistema fordista de produção era incapaz de responder às novas necessidades de flexibilidade de planejamento do mercado, o que sugeria a necessidade de descentralização da atividade produtiva. Dessa forma, erigem-se novas formas de organizar e produzir o trabalho: é a chamada descentralização da atividade produtiva, na qual as empresas, diante do risco premente de perda dos lucros, começam a diluir as atividades e os empregados, bem como a contratarem via terceirização, executar trabalho em rede e a exigir a multifuncionalidade do empregado.

No que tange às mudanças no processo produtivo, Márcio Túlio Viana explica que no antigo modelo fordista havia a concepção segundo a qual quanto maior a empresa, tanto melhor. “A palavra de ordem era: ‘big is beautiful’ e que hoje, a fórmula é horizontalizar o mais possível, para enxugar a máquina, aumentar a eficiência, garantir a qualidade e conquistar um mercado que parece cada vez mais exigente. Da empresa se diz que quanto menor, melhor. O slogan passa a ser: small is beautiful”.¹⁰⁹ O trabalho, agora, multifuncional e fragmentado, exige também um novo perfil de trabalhador – um trabalhador polivalente – altamente qualificado e capaz de realizar inúmeras tarefas adicionais.

¹⁰⁹ VIANA, Márcio Túlio. “Alguns pontos polêmicos da terceirização”. Repertório IOB de Jurisprudência, São Paulo, n.8, Caderno 2, 2ª quin. abril/1997, p. 155.

É importante perceber que, na era do poder cerebral, é necessário uma nova classe de trabalhadores – trabalhadores do conhecimento: cientistas, engenheiros, técnicos, altamente capacitados, escritores, educadores. E, ainda que fosse possível, recapacitar toda a força de trabalho em cada país, o que é inviável, isso levaria anos de educação. (...) o que separa a era da informação da era industrial é que esta se configura pela existência de trabalho humano massificado para produzir bens e serviços, enquanto aquela se caracteriza pela presença de uma pequena elite e força de trabalho com altos níveis de remuneração (uma empresa gerida por máquinas inteligentes e sofisticadas).¹¹⁰

As alterações no mundo capitalista geraram modificações nos métodos de organização e gestão das empresas, no que se refere às formas de produção. A linha de montagem fordista e as produções em massa se tornaram incompatíveis com as necessidades flexibilizantes do mercado. “A flexibilidade do aparato produtivo e sua adaptação às flutuações da produção”, conclui Túlio Massoni¹¹¹, “acarretam a flexibilização da organização do trabalho. E não poderia ser diferente, uma vez que um modelo baseado em respostas imediatas às variações da demanda exige uma organização integrada, enxuta e flexível do próprio trabalho (inclusive dos trabalhadores)”. Nesse diapasão, ressalta que em “cada fábrica, em cada oficina, o princípio da “lean production”, isto é, sem “gorduras de pessoal” tornou-se a interpretação dominante do modelo ohnista japonês de organização do trabalho”.¹¹²

O panorama da situação é caracterizado pela mudança do modelo, argumenta Antônio Fabrício, em vez de produção em massa, homogênea. Daí

desabrocha um novo modelo no qual vigora um estilo de produzir com alto padrão tecnológico (revolução da microeletrônica), capital horizontal, terceirização, a idéia de células de produção e não mais do homem funcionando mecanicamente. Agora a filosofia é outra, todos os funcionários têm que estar imbuídos e externamente envolvidos com o projeto da empresa.¹¹³

Como consequência dos argumentos ora apresentados, entende-se que o aparecimento do toyotismo como nova forma de divisão de trabalho, em substituição aos modelos fordista/taylorista prevalentes até a crise de 1970, levou ao eclipse das

¹¹⁰ RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo*. São Paulo: M. Books, 2004, p.15.

¹¹¹ MASSONI, Túlio de Oliveira. *Representatividade Sindical*. São Paulo: LTr, 2007, p.21.

¹¹² MASSONI, Túlio de Oliveira. *Representatividade Sindical*. São Paulo: LTr, 2007, p.21.

¹¹³ GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos. “Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: Reflexos no Modelo Brasileiro e suas Consequências na Legislação Trabalhista”. In: PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004, p.213.

grandes plantas empresariais, ao preterimento da produção em massa, à maior qualificação e multifuncionalidade do trabalhador, o que enfraqueceu a prevalência da clássica relação empregatícia.

2.6.4. Mudanças mercadológicas: globalização

Sob o aspecto mercadológico, a globalização acentuou a necessidade do capital de se “internacionalizar”, fazendo com que a noção de mercado seja não mais fundada em uma perspectiva “nacional”, mas sim global. Com essa idéia, surgiria, segundo a corrente neoliberal, a impossibilidade de regulação do mercado para que este não interviesse, de maneira direta, na concorrência. Logo, o caráter intervencionista daquele instituto criado pelas reivindicações dos trabalhos – o Direito do Trabalho –, estorvaria a livre competitividade.

Vivemos em um mundo de grande miscigenação sócio-econômico e cultural, face ao processo global de assimilação de políticas econômicas, sociais e do trabalho, por meio do estabelecimento de uma agenda comum de reformas em todas as áreas. O intuito é potencializar os benefícios da integração global através da abertura econômica (internacionalização econômica), especialmente no que se refere ao aumento da concorrência, incremento da produtividade (propagação dos avanços tecnológicos), e, assim, ampliar as possibilidades de crescimento.

Nas palavras de Octavio Ianni, sociólogo brasileiro que por muitos anos se debruçou sobre a questão da globalização, esse intercâmbio econômico diz “respeito a todos os processos por meio dos quais os povos do mundo são incorporados em uma única sociedade mundial, a sociedade global”¹¹⁴, e como ressalta Murilo Sampaio, “norteadas pelo neoliberalismo, ao promover as integrações das economias mundiais, também impõe uma redução na atuação estatal. Em verdade, estabelece como diretriz um Estado-Mínimo em contraposição ao Estado-Providência”.¹¹⁵

¹¹⁴ IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 39.

¹¹⁵ OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. Notas sobre a Crise do Direito do Trabalho. Disponível em <http://www.anamatra.org.br/opinião/artigos/ler_artigos.cfm?cod_conteudo=6583&descricao=artigos> Acesso em 19 jun.2006.

A globalização pode ser entendida como um “novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”¹¹⁶ de produção e circulação de mercadorias para distintos pontos do globo, o que aprofunda e solidifica uma estreita interligação dos países.

O processo de mundialização, por meio do movimento das economias, fomenta alterações consideráveis no mundo do trabalho, especialmente no que tange à reestruturação produtiva, vez que acarreta desenvolvimento de uma nova divisão transnacional de trabalho, sob a estruturação do modelo toyotista de produção ou “empresa enxuta”, que visa a aumentar a eficiência através da redução de excessos logísticos, para responder aos anseios de um mercado exigente.

A sintonia com as novas exigências econômicas fez com que as empresas adotassem um novo padrão de estruturação produtiva, com o intuito de alcançar maior competitividade e efetividade do produto principal. Em contrapartida, o primado do mercado ocasionou desvios na centralidade do emprego, enquanto principal meio de produção capitalista no mundo contemporâneo, bem como incitou necessidade de desregulamentação e flexibilização, que podem ser vistas como acontecimentos interdependentes dessa conjuntura econômica.

Sobre a contemporaneidade do papel social do trabalho na teoria econômica, é mister destacar o argumento dessa matriz intelectual, que propugna a desconstrução do primado do trabalho, sobre a contra-face do emprego, o qual se dá por duas razões preponderantes: (i) que os índices de desemprego têm como agente principal a baixa qualificação profissional e (ii) que o desemprego é ensejado em decorrência de um mercado cada vez mais competitivo, onde as empresas produzem mais, mas contratam menos. O parâmetro mercadológico sustenta, pelas razões apresentadas, que devido às condutas impostas pelo mercado face à globalização, quais sejam, fim das fronteiras e acirrada competitividade – que tais fatores teriam levado ao ocaso modelos de limitação imperativa da forma de utilização da força de trabalho pelos agentes econômicos, pois obstaculizariam a concorrência capitalista e inviabilizariam a inserção de países periféricos, por exemplo, no cenário econômico mundial.

¹¹⁶ IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.248.

Capítulo III

O emprego assalariado formal: “corrente conjuntural determinante”

“Estado social, qual o entendemos, é democracia, não é decreto-lei nem medida de exceção. É estado de Direito, não é valhacouto de ambições prostituídas ao continuísmo de poderes e dos mandatos. É governo, não é tráfico de influências que avilta valores sociais. É poder responsável e não entidade pública violadora dos interesses do país e alienadora da soberania. Estado social, por derradeiro é a identidade da nação mesma, expressa por constitucionalismo de libertação, por um igualitarismo de democratização e por um judicialismo de salva-guarda dos direitos fundamentais. Em outras palavras, estado social é, na substância, a democracia participativa que sobe ao poder para executar um programa de justiça, liberdade e segurança”.

Paulo Bonavides

3. A visão da “corrente conjuntural determinante” sobre o emprego assalariado formal:¹¹⁷

O presente capítulo tem como mote apresentar e discutir argumentos que contrapõem à corrente neoliberal, que prega, como visto no capítulo anterior, a necessidade do fim do emprego assalariado como epicentro das relações econômicas, uma vez que “a permanência da centralidade do emprego e do trabalho inviabilizaria, drasticamente, a aplicação do receituário de império do mercado econômico, estruturado pelo pensamento neoliberal”¹¹⁸; traduzido em novo enfoque sobre a crise do Direito do Trabalho: trata-se do caráter conjuntural do descentralidade do emprego e da desvalorização do trabalho.

Essa nova linha argumentativa, aqui denominada como “*corrente conjuntural determinante*”, afirma que a centralidade do emprego se caracteriza pela adoção de um conjunto de políticas bem engendradas, aptas a solucionar a crise econômica, e, conseqüentemente, propiciar o aumento do emprego no país. Dessa nova perspectiva sobre a temática ora pesquisada, insurge uma nítida propensão para *superar* o problema, em especial por meio de dois vieses metodológicos: crítica *interna* à proposta da corrente neoliberal e, a partir dos dados coletados dessa crítica, propor políticas públicas que elevem qualidade de vida dos indivíduos dentro do atual sistema capitalista.

É válido constatar que os argumentos da “corrente estrutural determinista” se fundam no paradigma do Estado mínimo – o Estado não deve intervir na economia e na sociedade, a não ser para garantir a segurança e a propriedade privada. O abstencionismo estatal é engendrado de uma forma mais sutil, mais astuciosa e menos visível, a saber, é fomentada, por exemplo, em privatizações, para aumentar a “eficiência” das empresas, reduzir investimentos em serviços públicos (educação, saúde, transporte, etc.), eliminando, com isso, os déficits e equilibrando o balanço.

Com relação ao Direito do Trabalho, como foi apresentado, afirma-se que as normas trabalhistas, “excessivamente protetivas”, aumentam os custos, prejudicando a

¹¹⁷ Observe-se que a tipologia aqui exposta – “*conjuntural determinante*” – foi lançadas por Mauricio Godinho Delgado em sua obra *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. Cf. DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005

¹¹⁸ DELGADO, Mauricio Godinho Delgado. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005, p. 31.

atividade empresarial e, por conseguinte, a geração e manutenção de postos de trabalho, diluindo, significativamente, as receitas tributárias e a competitividade da economia nacional. Nota-se que, por vezes, não se anula diretamente a lei, mas se flexibiliza ou desregulamenta as tutelas por meio de formas indiretas, e, assim, “ocultamente”, vão se enfraquecendo as conquistas dos trabalhadores face à falsa disjuntiva, de acordo com a qual estamos na era do fim dos empregos e que os empregados devem aceitar as modificações introduzidas pela reestruturação capitalista.¹¹⁹

Em linhas gerais, a corrente “conjuntural determinante” compreende que os principais fatores para o desemprego atual e para a atual desvalorização do trabalho são todos aqueles que *restringem*, direta ou indiretamente, o desenvolvimento econômico-social em todos os seus âmbitos. Sobre as considerações desse viés interpretativo, pode-se destacar a importância de diversas políticas públicas convergentes, assim arroladas por Mauricio Godinho Delgado¹²⁰: i) *política cambial desfavorável*, que se refere à ausência de proteção do produto brasileiro no mercado interno, uma vez que a artificialidade da “moeda forte” impede que o país exporte com eficácia; ii) *política desfavorável de retirada de despesas da economia interna*, ou seja, a adoção de política liberalizante de abertura econômica sem salva-guardas de valorização do mercado interno; iii) *políticas de juros desfavorável*, onde a ausência de juros baixos desestimula o investimento empresarial empreendedor face à possibilidade de falência ou insolvência, mas que, por sua vez, incentiva o aumento do investimento do capital especulativo; iv) *políticas de descontrole (ou incentivos especiais) ao capital especulativo externo*, que acarreta o descompromisso dos investidores; v) *política de restrição extremada da base monetária na economia*, isto é, altos depósitos compulsórios; vi) *política de restrição ao crédito*: esse apontamento caracteriza pela

¹¹⁹ Exemplos de medidas de desregulamentação e flexibilização jurídico-trabalhista: terceirização trabalhista – Súmula 331 do TST e Lei 6019/74; nova redação art. 442, p.u, CLT – cooperativas de trabalho; ampliação do contrato de estágio para estudante de ensino médio – MP 2164-41, de 2001; Lei 9.601/98 – banco de horas e contrato provisório de trabalho; Projeto de Lei n. 5.483, de 2001, que permitia o afastamento do império da lei em face da negociação coletiva, mas não foi aprovado no Parlamento. Ver: DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2006, p. 137/139.

¹²⁰ O rol de políticas públicas foi baseado nas obras *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução* e *O Estado de bem-estar social no Século XXI*, de autoria de Mauricio Godinho Delgado, bem como nos debates acadêmicos desenvolvidos no programa de Mestrado em Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica – PUC de Minas Gerais, Turma de 2006/2008, em Belo Horizonte/MG, sob a orientação do Professor Mauricio Godinho Delgado. Cf. DELGADO, Mauricio Godinho Delgado. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005 e DELGADO, Mauricio Godinho, PORTO, Lorena Vasconcelos. (org.). *O Estado de bem-estar social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007.

ausência de crédito farto e barato para as pessoas jurídicas e pessoas físicas; vii) *políticas de baixo investimento público direto e indireto*, a significar que se a economia não desenvolver não há emprego, portanto, o Estado precisa investir sem preocupação imediata de lucro, em construção de vias de transporte, escolas, saneamento básico, entre outros; viii) *políticas trabalhistas de exclusão e precarização*, através de formas de contratação sem preocupação com a inserção social que reduzem o poder de compra, razão pela qual os países desenvolvidos valorizam o trabalho, reforçando o mercado interno.

Nesse quadro conjuntural, o primado da relação empregatícia e, nessa esteira, do trabalho na sociedade capitalista terá papel de centralidade através de políticas públicas garantidoras e redistributivistas de renda, o que significa dizer que a estruturação do Estado fundado nas propostas de democracia, valorização do emprego e do trabalho, justiça social e bem-estar tem o pressuposto de garantir “poder a quem originalmente é destituído de riqueza; desse modo, consiste em fórmula eficaz de distribuição de renda e de poder na desigual sociedade capitalista”.¹²¹

3.1. O Estado de Bem-Estar Social: breve reflexão sobre contexto histórico, estruturação e desenvolvimento

O século XX se caracterizou pela generalização do Direito do Trabalho e a hegemonia dos regimes de bem-estar social. O chamado Estado de Bem-Estar Social (EBES)¹²² é o modelo de regulação social-democrático surgido depois da segunda-guerra, nasceu com

¹²¹ DELGADO, Mauricio Godinho e PORTO, Lorena Vasconcelos. “O Estado de bem-estar social no capitalismo contemporâneo”. In. DELGADO, Mauricio Godinho, PORTO, Lorena Vasconcelos. (org.). *O Estado de bem-estar social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007, p.22.

¹²² O Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), para grande parcela de autores, é sinônimo de Estado Social. Encontramos na doutrina várias denominações distintas, mas com sinônimo correlato de maior intervenção estatal na economia, tais como: “Estado Providência”, “Estado Garantia”, “Estado Administrador”, “Estado de Serviço”, “Estado das Prestações”, “Estado Assistencial”. Neste sentido, verificar: SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 119; FONSECA, Fernando Adão da. *Contributos para a definição de Estado Social nas Sociedades do Século XXI: O Estado Garantia*. Disponível em <<http://www.causaliberal.net/convidados/estadogarantia.htm>>. Acesso em 08 jan.2008; SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Teoria do Estado: o substrato clássico e os novos paradigmas como pré-compreensão para o direito constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 293; DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 279; OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

o intuito de tentar solucionar os profundos abalos ocorridos pelas economias capitalistas em suas estruturas produtivas, econômicas e financeiras causadas pela grande depressão (1929-1933) que produziu debandada do emprego de milhares de pessoas e desestabilização do setor financeiro.¹²³ Ao individualismo do Estado Liberal seguiu-se a fase de socialização do direito. Implantada na Rússia, com a Revolução de 1917, atingiu todos os países, embora com diferenças temporais e de intensidade.

Objetivando a transposição dos problemas econômicos e políticos do pós-guerra, as bases que alicerçavam o Estado Liberal¹²⁴ ruíram, sendo suplantado pelo modelo de Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*). Nesse período, conforme exposto por Eric Hobsbawm¹²⁵, o empresariado encontrava-se persuadido que o retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado era incompatível com o movimento que suplicava por objetivos políticos voltados ao “pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas em declínio, ou em ruínas”.¹²⁶

Na compreensão de Arnaldo Süssekind¹²⁷, os partidários do liberalismo já tinham conhecimento de que o Estado Liberal se desprendia de sua missão de tornar inseparáveis bem individual e bem coletivo; era nítido que cada vez mais ele tornava-se incapaz de minimizar as desigualdades sociais e assegurar a emancipação do indivíduo, vez que não trabalhava em favor pleno dos interesses individuais, os quais estariam em conflito com os interesses da sociedade. A *societas* não poderia ser reduzida a uma simples consequência da reunião dos costumes e bens individuais.

De acordo com o ponto de vista de Jorge Luiz Souto Maior, “foi a partir das diversas tensões na sociedade industrial de formação, no âmbito mundial, com todos os seus efeitos reais, guerras, greves e revoltas, reivindicações, mortes e mutilações que se

¹²³ “Para se ter uma idéia da dimensão da crise, em 1929, calcula-se que havia cerca de 10 milhões de desempregados, enquanto que em 1932 este número subiu para 40 milhões”. FARIA, Ricardo de Moura; MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa. *História*. Belo Horizonte: Lê, 1993, p.77.

¹²⁴ Norberto Bobbio define o liberalismo como “teoria econômica, defensor da economia de mercado; como teoria política, é defensor do Estado que governe o menos possível ou, como se diz hoje, do Estado mínimo (isto é, reduzido ao mínimo necessário)”. BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.22.

¹²⁵ HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 267.

¹²⁶ HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 267.

¹²⁷SÜSSEKIND, Arnaldo. *et. alli. Instituições de direito do trabalho*. 20ª ed. São Paulo: LTr: 2002, p. 36.

necessitou sair do modelo liberal para se chegar ao Estado social, ou Estado Providência, ou, ainda, Estado do Bem-Estar Social”.¹²⁸

Diante da impossibilidade de manutenção de um capitalismo “sem rédeas” e do livre-mercado responder às expectativas sociais, o Estado passou a regular o mercado para garantir o equilíbrio entre produção-consumo, e então, como analisa Gabriela Neves Delgado¹²⁹, o Estado “assumiu políticas de planejamento e de assistência social, contribuindo para ampliar a dignidade dos trabalhadores, especialmente dos países centrais”, objetivando a inserção do indivíduo esbulhado de riquezas materiais no seio social.

Nas palavras de Norberto Bobbio, a marca distintiva do *Welfare State* baseia-se no princípio de que todos os cidadãos, independentemente de sua renda, têm o direito de serem protegidos contra situações de dependência de longa ou de curta duração (por exemplo, invalidez e doença, respectivamente). Um exemplo claro apontado pelo filósofo é o da Inglaterra, onde o conceito de universalismo ganha destaque especialmente na década de 40. Com efeito, embora em outras épocas históricas o Estado tenha feito concessões de caráter social, essas concessões não tinham caráter universal, pelo contrário, tinham orientação política, como no caso da Lei dos Pobres, na Inglaterra de 1834, que permitia que o Estado sustivesse os desaposados de condições vitais básicas, desde que se renunciasse aos direitos civis e políticos.¹³⁰

O Estado de Bem-Estar é assinalado, dessa forma, como aquele em que a maior parte dos gastos públicos se destina à seguridade social, setor que, por consequência, absorve o maior corpo do funcionalismo público, sendo que representa “uma maneira de organização da sociedade civil, em que se dá prevalência às idéias de liberdade, democracia, valorização do trabalho e especialmente do emprego”.¹³¹

Segundo Eric Hobsbawm, a Alemanha Ocidental, França, Bélgica, Itália e Austrália gastavam mais de 60% (sessenta por cento) de seu orçamento com a seguridade social, sendo que 40% (quarenta por cento) dos funcionários públicos na Inglaterra e 47% (quarenta e sete por cento) na Suécia trabalhavam nesse setor. O

¹²⁸ MAIOR, Jorge Luiz Souto. “Direito Social, Direito do Trabalho e Direitos Humanos”. In. SILVA, Alessandro da, et alli. *Direitos Humanos: essência do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2007, p.21.

¹²⁹ DELGADO, Gabriela Neves. *Direito fundamental ao trabalho digno*. São Paulo: LTr, 2006, p. 158.

¹³⁰ BOBBIO, Norberto, et alli. *Dicionário de Política*. 12ª ed. Brasília: Editora Unb, 2002, v.1, p. 416/417.

¹³¹ DELGADO, Mauricio Godinho e PORTO, Lorena Vasconcelos. “O Estado de bem-estar social no capitalismo contemporâneo”. In. DELGADO, Mauricio Godinho, PORTO, Lorena Vasconcelos. (org.). *O Estado de bem-estar social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007, p.21.

historiador compreende que o Estado de Bem-Estar Social é, essencialmente, uma “espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social”.¹³²

Houve, nesse contexto, uma reestruturação e reforma do capitalismo, conjugado com um avanço na internacionalização da economia, e, ao mesmo tempo, um “compromisso político de governos com o pleno emprego e – em menor medida – com redução da desigualdade econômica, isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária”.¹³³

No que tange à construção e desenvolvimento desta construção social, Paulo Bonavides sintetiza o tema em estudo:

Quando o Estado, coagido pela pressão das massas, pelas reivindicações que a impaciência do quarto estado faz ao poder político, confere, no Estado constitucional ou fora deste, os direitos do trabalho, da previdência, da educação, intervém na economia como distribuidor, dita o salário, manipula a moeda, regula os preços, combate o desemprego, protege os enfermos, dá ao trabalhador e ao burocrata a casa própria, controla as profissões, compra a produção, financia as exportações, concede crédito, institui comissões de abastecimento, provê necessidades individuais, enfrenta crises econômicas, coloca na sociedade todas as classes na mais estreita dependência de seu poderio econômico, político e social, em suma, estende a sua influência a quase todos os domínios que dantes pertenciam, em grande parte, à área de iniciativa individual, nesse instante o Estado pode, com justiça, receber a denominação de Estado social.¹³⁴

A importância do trabalho e do emprego foi sedimentada *no* e, personificando, *pelo* Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) no século XX, com o objetivo seminal de adaptar o capitalismo às necessidades e demandas sociais: “único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com garantia de direitos políticos e sociais mínimos”.¹³⁵

Jorge Luiz Souto Maior afirma que o Direito do Trabalho e o Estado Social são produtos do modelo capitalista de produção e podem ser considerados como “mecanismos de sobrevivência do capitalismo, regem-se pela necessidade de atribuir um caráter de essencialidade ao trabalho, conferindo-lhe uma compensação de natureza

¹³² HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 278/279.

¹³³ HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 264.

¹³⁴ BONAVIDES, Paulo. *Do estado liberal ao estado social*. 5ª ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 1993, p. 186.

¹³⁵ NETO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez Editores. 1993, p. 68.

social. Na lógica do modelo capitalista, o trabalho aparece como fonte de toda riqueza e a sociedade se move em torno do trabalho”.¹³⁶

Diante disso, podemos argumentar que os direitos sociais demandam prestações aptas a garantir não apenas a igualdade formal, mas a proteção das classes menos privilegiadas, pois é a liberdade real e não a meramente formal quem, através das reparações das desigualdades do sistema, garante a legítima livre concorrência.

3.2. A centralidade do emprego na visão keynesiana: contraponto do desprestígio neoliberal

Como e por que o capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, viu-se, para surpresa de todos, inclusive ele próprio, saltar para a Era de Ouro de 1947-73, algo sem precedente e possivelmente anômalo? Eis, talvez, a questão central para os historiadores do século XX.¹³⁷

O economista John Maynard Keynes, durante as décadas de 1920 e 30, desenvolveu um projeto político-econômico que conseguia conjugar democracia a suas demandas sociais e com às regras de funcionamento do capitalismo. O Consenso Keynesiano consiste basicamente em reconhecer a necessidade de regulação das finanças pelo Estado, a fim de se assegurar autonomia governamental na direção da política econômica, na criação da política de promoção do pleno emprego, como forma de assegurar trabalho remunerado a todos os dispostos e habilitados a trabalhar, e no uso de políticas públicas abrangentes, para garantir a todos os cidadãos os direitos sociais básicos de saúde, educação, habitação, saneamento básico, em linhas gerais, caracteriza-se pelo primado do emprego.¹³⁸

¹³⁶ MAIOR, Jorge Luiz Souto. “Direito Social, Direito do Trabalho e Direitos Humanos”. In. SILVA, Alessandro da, et alli. *Direitos Humanos: essência do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2007, p.23.

¹³⁷ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 18.

¹³⁸ A respeito desses aspectos do pensamento keynesiano, consultar: KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, 1992; GIMENEZ, Denis Maracci. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. 2007. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo e DATHEIN, Ricardo. *O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana*. 2000. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

O pacto entre Estado, sociedade e os trabalhadores no Estado de Bem-Estar Social se caracterizou, segundo Eric Hobsbawm, por um “consenso tácito ou expresso entre os patrões e as organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro de limites que não afetassem os lucros”, em especial, no que se refere aos ganhos sociais e seguridade, desde que não houvesse revolução (troca do projeto histórico-social).¹³⁹

O conhecido círculo virtuoso de Keynes tem o objetivo de acabar com o desemprego, melhorar a renda no trabalho e evitar a superexploração da mão-de-obra, tendo como estandarte o dever do Estado de fazer gerar a economia e criar renda. A simbiose entre valorização do trabalho em compatibilidade com o capitalismo gerou a melhoria das condições de trabalho e assegurou a existência de um mercado consumidor. Com efeito, o círculo virtuoso pode ser definido com algumas características básicas: (i) criação do pleno emprego; (ii) a redistribuição de renda; (iii) fomento à educação e à consciência social e política; (iv) absorção da produção através do mercado consumidor gerado; (v) prosperidade econômica; (vi) aumento da arrecadação tributária estatal e (vii) pleno funcionamento da máquina estatal.¹⁴⁰

No que tange ao modelo de ação keynesiana de equilíbrio do emprego, François Xavier Merrien alerta que o Estado “intervém de maneira mais direta para favorecer o crescimento, estimulando o investimento direto (diretamente pelos investimentos públicos, indiretamente pela política de taxas de juros e pela política fiscal) e favorecendo o consumo elevado por meio de uma política de rendas (princípio do multiplicador)”.¹⁴¹

¹³⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 276.

¹⁴⁰ “Atribuindo a John Maynard Keynes as bases do Welfare State, Antônio José Avelãs Nunes ressalta que esse célebre economista (1883-1946) busca assegurar mais estabilidade às economias capitalistas da época, para evitar sobressaltos como o da Grande Depressão, de modo que ‘desempregados não percam todo o seu poder de compra’ (daí o subsídio de desemprego), os doentes e inválidos recebem algum dinheiro para gastar (subsídios de doença e de invalidez) e os velhos não percam o seu rendimento, quando deixam de trabalhar (daí o regime de aposentação, com a correspondente pensão de reforma). As bases (keynesianas) do Welfare State são, pois, essencialmente, de natureza econômica, ligadas à necessidade de reduzir a intensidade e a duração das crises cíclicas próprias do capitalismo, e motivadas pelo objeto de salvar o próprio capitalismo”. In. *Neoliberalismo e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p.2. Apud. GOMES, Dinaura Godinho Pimentel. *Direito do Trabalho e dignidade da pessoa humana, no contexto da globalização econômica: problemas e perspectivas*. São Paulo: LTr, 2005, p.65, nota 129.

¹⁴¹ MERRIEN, François Xavier. “O novo regime econômico internacional e o futuro dos estados de bem-estar social”. In. DELGADO, Mauricio Godinho, PORTO, Lorena Vasconcelos. (org.). *O Estado de bem-estar social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007, p.124.

Logo, quando há uma melhoria na qualidade de vida do empregados em situação inversamente proporcional, há melhoria para o próprio capitalismo. É através do emprego formal assalariado que a roda do capital gira em perfeita sintonia: quanto maior o número de empregos existentes no sistema, maior será o consumo; sendo maior o consumo, maior será a necessidade de produção; com o aumento da produção, maior será a movimentação comercial e, conseqüentemente, maior será o lucro do empresariado. Insta salientar que os empregados assalariados, de certo modo, reinvestem todo o seu ganho na economia local, e que raríssimos são os casos de existência de grandes poupanças ou de grandes investimentos econômico-especulativo desta parcela da população, pois “por meio da centralidade do trabalho e do emprego, a nova matriz cultural submetia a dinâmica econômica do capitalismo a certa função social, ao mesmo tempo que restringia as tendências autofágicas, destrutivas, irracionais e desigualitárias que a história comprovou serem inerentes ao dinamismo normal desse sistema econômico”.¹⁴²

É dentro dessa lógica que o Direito do Trabalho quer cumprir sua função precípua de melhoria das condições de pactuação da força de trabalho: criar mercado, criar consumo, criar emprego e distribuir renda, instituindo limites para o capitalismo, pois esse ramo se caracteriza como “uma forma de proteção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora, servindo, ao mesmo tempo, à manutenção do próprio capitalismo”.¹⁴³

3.3. O Direito do Trabalho e sua ligação com o Estado de Bem-Estar Social: instrumentos de valorização do emprego

O Estado de Bem-Estar Social está intimamente ligado ao Direito do Trabalho, pois surge no contexto histórico de passagem do estado liberal ao social. É o Estado quem introduz e constitucionaliza as normas de proteção ao trabalho, protegendo o emprego e melhorando as condições de prestação de trabalho, com vistas a conferir direitos e garantias através do contrato de emprego. O Direito do Trabalho é resultado da simbiose

¹⁴² DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005, p.29.

¹⁴³ MAIOR, Jorge Luiz Souto. *Relação de emprego e direito do trabalho: no contexto da ampliação da competência da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2007, p. 24.

entre a pressão da classe operária e da ideologia burguesa, que o vislumbrou como instrumento para manter sua hegemonia, bem como o próprio sistema capitalista (é melhor “perder os anéis, do que perder os dedos”), cuja principal finalidade era evitar a não “miscigenação” das classes sociais, em especial, no que se refere ao projeto da classe burguesa de impedir que os trabalhadores se emancipassem e se unissem a ela. Argumenta Ricardo Antunes que, com o objetivo de manter o capitalismo abastado e evitar a introdução do modelo socialista, fez-se necessário o fortalecimento do Direito do Trabalho “fundado, controlado e regulado em um compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado”.¹⁴⁴

Ocorre que o efeito foi diametralmente oposto ao pretendido. Com o Direito do Trabalho ocorreu uma valorização da força produtiva, que somente foi possível a partir da formação de uma consciência social em torno dessa necessidade de valorização. No dizer de Marilena Chauí, a passagem da desvalorização do trabalho para sua valorização se dá em um determinado contexto histórico-social, a saber,

em uma sociedade que eliminou a escravidão e a servidão, uma sociedade onde começa a dominar um tipo de homem que se valoriza a si mesmo não por seu sangue ou família (como é o caso do senhor feudal que vale por sua linhagem), mas por ter adquirido poder econômico e começa a adquirir poder político e prestígio social como recompensa de seu esforço pessoal, de sua capacidade de trabalho e de poupança. Estamos diante do burguês.¹⁴⁵

O Estado Liberal esquadrihava a não intervenção estatal nas relações entre empregados e empregadores, dentro da sua lógica abstencionista (“*laissez-faire, laissez-passer*”), deixando-as se regularem pelas “leis do mercado”, pela “mão invisível”. Contudo, a proliferação dos conflitos trabalhistas e das greves fez com que as classes dominantes percebessem a ameaça que tais revoltas poderiam causar na ordem interna, à produtividade e à economia do país. O Estado que ora permitia a economia ditar os rumos do direito, e, portanto, da sociedade, se transformou em interventor, ditando normas imperativas de solução dos conflitos sociais, direcionando os novos rumos da economia, e, conseqüentemente, de todo corpo social. A idéia positiva do Estado como gestor das relações de trabalho tem como finalidade a melhoria social, a busca da equivalência entre as partes contratantes, a manutenção da dignidade e o incentivo ao emprego.

¹⁴⁴ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre afirmação e negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000, p.38.

¹⁴⁵ CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1997, p.13-14.

Para grande parte dos defensores da corrente conjuntural, o Direito do Trabalho não quer ser o antípoda das leis próprias do sistema capitalista; pelo ao contrário, ele se direciona no sentido de uma sociedade mais democrática e igualitária

na medida em que a Democracia consiste, em essência, na atribuição de poder também a quem é destituído de riqueza – ao contrário das sociedades estritamente excludentes de antes do século XIX, na História (obs.: voto censitário) –, o trabalho assume caráter de ser o mais relevante meio garantidor de um mínimo de poder social à grande massa da população, que é destituída de riqueza e de outros meios lícitos de alcance desta. Percebeu-se, desse modo, com sabedoria essa matriz cultural, a falácia de se instituir Democracia sem um correspondente sistema econômico-social valorizador do trabalho humano.¹⁴⁶

É evidente, portanto, que o Direito do Trabalho caminha de mãos dadas com a construção de uma sociedade mais justa e democrática, advindo daí a importância, tal como proposta pela corrente conjuntural, da luta contra a sua destruição.

O rechaço da centralidade do emprego para o capitalismo contemporâneo, enquanto meio eficaz de inclusão social e diminuição das desigualdades sociais, demonstra que os altos índices de desemprego e de exclusão social que assolam o país foram fatores responsáveis por ensejar tentativas de respostas a essa realidade, tais como a imposição de um Estado Mínimo não intervencionista, a liberalização da tutela protetiva do empregado, a redução do custo do trabalho, a introdução de regras flexibilizantes que, de acordo com os opositores da doutrina neoliberal, facilitam as demissões e precariza o vínculo empregatício de uma parcela crescente de trabalhadores, o que resulta na perda de parte significativa dos direitos sociais e trabalhistas.¹⁴⁷

O discurso feito em nome da competitividade da economia global, de que essa metodologia é o principal meio para atrair o capital, reduzir os índices de desemprego e, conseqüentemente, gerar empregos, mostra-se falacioso e descompromissado socialmente, uma vez que provoca uma regressão social e diminui a dignidade da pessoa humana do trabalhador. Ao desprivilegiar o estatuto jurídico-protetivo do Direito do

¹⁴⁶ DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2006. p. 29.

¹⁴⁷ No que se refere à idéia neoliberal de adoção do Estado Mínimo, consultar FIORI, José Luis. *Os moedeiros falsos*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Trabalho, torna-se o trabalhador apenas mais uma “peça” na grande e irreduzível engrenagem chamada “mercado”.¹⁴⁸

Como bem asseverou a Professora Aldacy Rachid Coutinho,

e se no mercado não há espaço para a ética da solidariedade, senão lucro, certamente haverá abrigo no velho Direito do Trabalho protetivo. A neutralidade estatal ante as negociações para venda de mão-de-obra em troca de remuneração, nesta ótica puramente economicista, serve a quem tem uma oferta em abundância e assim, dentro dos estritos interesses mercantilistas, certamente passará a determinar suas próprias normas, segundo seus interesses, mas agora fora do Direito.¹⁴⁹

Embora a ideologia neoliberal prime por defender a desvalorização do primado do emprego, e, por conseguinte, a proposta de suporte, por institutos jurídicos, das relações de emprego, não se pode deixar de salientar que nenhum dos argumentos dessa corrente é suficiente para mostrar que o Direito inviabiliza o funcionamento da economia e do capitalismo; pelo contrário, o que se constata é que o desemprego deliberado produz conseqüências exorbitantes para os mesmos, tendo em vista que ele retira do mercado futuros consumidores e não gera dinamismo na economia. Dizer, nas “entrelinhas”, que o ideal para uma sociedade no atual sistema seria a extinção do Direito do Trabalho é o mesmo que preconizar que o utópico em uma sociedade seria a exploração do trabalhador pelo empregador, ou seja, significa dizer que o interessante é o retrocesso e a subjugação do homem pelo próprio homem.

O discurso preconizado pelos simpatizantes de tal doutrina, no sentido de que a legislação protetora atrapalha o desenvolvimento da economia nacional e leva à ruína empresas e empregadores, não demonstra *como* (questão de fato) e *por que* (questão de direito) institutos jurídicos protetivos são prescindíveis no ordenamento e regulamentação das relações trabalhistas. Tal pensamento uniformiza as condutas dos países com menor grau de desenvolvimento em face da imposição, quase sempre ditada

¹⁴⁸ “Aponta o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), o imensurável agravamento da pobreza nos países de reduzido desenvolvimento humano. Hoje, há 31 milhões de pessoas subnutridas em um universo de 1,1 bilhão, que vivem com menos de US\$1 por dia. Enquanto isso, viceja o formidável enriquecimento das empresas multinacionais, que são as grandes beneficiárias do processo de globalização econômica. A esse respeito, os professores Flávia Piovesan e Joaquim Herrera Flores ressaltam que ‘das cem maiores economias mundiais, 51 são empresas multinacionais e 49 são Estados Nacionais’”. Dados fornecidos por PIOVESAN, Flávia; FLORES, Joaquim Herrera. “Pobreza e multiculturalismo e justiça social”. In. Folha de S. Paulo, 27 de julho de 2004, p. A3. Apud: GOMES, Dinaura Godinho Pimentel. *Direito do Trabalho e dignidade da pessoa humana, no contexto da globalização econômica: problemas e perspectivas*. São Paulo: LTr, 2005, p.30/40, nota 69.

¹⁴⁹ COUTINHO, Aldacy Rachid. *Direito do Trabalho de emergência*. Curitiba: Revista da Faculdade de Direito da URPR, n. 30, 1997, p.120.

por “vetores ocultos”, de certos procedimentos tais como as privatizações generalizadas, as reformas trabalhistas céleres e a desregulamentação econômica. Como consequência, o que se vê é a desarticulação econômico-social dos países periféricos, dependentes financeiramente do capital estrangeiro, o que, no entender da corrente conjuntural, implica a desconstrução da importância da relação do trabalho e do emprego na sociedade capitalista. Nota-se, com efeito, que “o projeto neoliberal dá nova direção e consegue articular os países do centro redefinindo as suas relações com os países periféricos. Através das principais instituições financeiras internacionais – FMI e Banco Mundial”.¹⁵⁰

Segundo Sebastião Oliveira a doutrina neoliberal trabalha para “desmontar” o Estado de Bem-Estar Social e abolir [suas] políticas assistencialistas – medidas de apoio ao desempregado, direitos previdenciários, garantias dos funcionários públicos, políticas de amparo à saúde e à estabilidade financeira – desconsiderando a política do pleno emprego.¹⁵¹

Ora, o Direito do Trabalho, se pensando no eixo de suas funções “progressista e modernizante”¹⁵², existe como um mecanismo de controle do capitalismo contemporâneo, para que ele não funcione em total perversidade. Visto por outro lado, favorece indiretamente o próprio capitalismo quando generaliza as condutas e direitos a serem cumpridos por todos.

Mister se faz ressaltar, portanto, a importância do trabalho *regulamentado* na sociedade moderna, pois é através das benesses trazidas pela proteção jurídica que a grande massa de trabalhadores conseguiu e consegue a garantia de um poder social mínimo, bem como de senso de cidadania e de agente social, ambos nucleares para a existência de uma sólida sociedade democrática. É através desse ramo jurídico especializado que se faz um ordenamento e controle das relações que surgem no capitalismo contemporâneo, buscando sempre aniquilar vetores que obstaculizem a isonomia. Mauricio Godinho Delgado, nessa direção, afirma que

o trabalho, em especial o regulado (o emprego, em suma), por ser assecuratório de certo patamar de garantias ao ser humano, constitui-se no

¹⁵⁰ DRUCK, Maria das Graças. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p.10.

¹⁵¹ OLIVEIRA, Sebastião G. *Declínio do emprego – Relações de trabalho: Diagnóstico e prognóstico*. Revista do Direito Trabalhista. Ano 3. No.1, Jan/1997. RDT, São Paulo, p.32.

¹⁵² DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p.59.

mais importante veículo de afirmação socioeconômica da grande maioria dos indivíduos componentes da sociedade capitalista, sendo, desse modo, um dos mais relevantes (senão o maior deles) instrumentos de afirmação da democracia na vida social.¹⁵³

Seria insuficiente apenas dizer que as vivências sociais, em um mundo globalizado, acompanham as tendências e evoluções do sistema – rejeitando todo e qualquer enriquecimento das particularidades étnicas, culturais, morais, religiosas etc –, e que, mais cedo ou mais tarde, caso seja necessário, serão reformuladas.

Ocorre que, como propõem os idealizadores da corrente estrutural, essas alternâncias deveriam se respaldar em bases seguras, nas quais pode-se encontrar uma identidade, com vistas a garantir certa “genuinidade” brasileira, fugindo dos tradicionais modelos europeus. Somente através de um sistema político que esteja comprometido com a equidade, em especial no que se refere à distribuição equitativa de riquezas materiais, e por que não dizer “imateriais”, entre todos os cidadãos, respeitando os direitos e a livre expressão das minorias, permitindo que todos estejam inseridos na vida política e civil, é que se poderá dizer que tal sociedade estará em pleno exercício da democracia e da cidadania. Por essa razão, a afirmação é categórica para os críticos da doutrina neoliberal: as relações de trabalho estarão garantidas em um patamar civilizatório democrático na exata medida em que se fortalecer um Direito do Trabalho atuante em todas as suas funções, e que a preconizada perspectiva de que estamos na era do fim dos empregos nada mais é que um olhar simplificador, pois não entrevê potencialidade emancipatória na promoção do *emprego assalariado formal*.

O jurista Souto Maior¹⁵⁴ questiona as crescentes afirmações de que as relações de emprego não se encaixam mais à realidade atual, observando que “a construção retórica da linguagem de que o emprego acabou nos conduz, propositalmente, a um raciocínio equivocado da realidade”, e afirma ainda que “o emprego não acabou e não vai acabar, pelo menos enquanto se mantiver em vigor o sistema de produção capitalista”. “O fato é que”, complementa,

enquanto se mantiver este modelo de sociedade capitalista, haverá o trabalho humano e a exploração deste trabalho continuará a ser a mola mestra do próprio modelo, constituindo o direito do trabalho a fórmula jurídica que visa impedir que a lei da oferta e da procura e dos interesses econômicos

¹⁵³ DELGADO, Mauricio Godinho Delgado. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p.21.

¹⁵⁴ MAIOR, Jorge Luiz Souto. *Relação de emprego e direito do trabalho: no contexto da ampliação da competência da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2007, p. 22.

favoreçam o desenvolvimento de um estado de superexploração, ao mesmo tempo em que procura melhorar a condição social e econômica dos trabalhadores.¹⁵⁵

3.4. Antagonismos: Estado de Bem-Estar Social e Estado Mínimo

Os desafios do Estado no multifacetado século XXI consistem em transpor a pressão internacional para abertura do mercado brasileiro, para redução do custo da mão-de-obra – com o intuito de favorecer os investimentos estrangeiros no Brasil – e para implantar uma política de justiça social como tática de sobrevivência da nação. A fim de contextualizar o papel do Estado no cenário atual, faz-se necessário lembrar que o seu papel foi antagônico em duas fases históricas, quais sejam, o Estado de Bem-Estar Social, planejado pelo Consenso Keynesiano (Estado Máximo), que visava a suprir a crise de 1929 e, por outro lado, o Estado Neoliberal, planejado a partir do Consenso de Washington (Mercado Máximo), instituído para superar a crise de 1970.

O Estado Máximo se caracteriza por ser pró-ativo em sua atuação, através de investimentos sociais sem o objetivo final de lucro – atuante em áreas nas quais as empresas privadas não se interessam –, buscando resolver distorções da economia no que se refere ao emprego e às desigualdades sociais, vez que entende que o liberalismo fracassa na distribuição de renda e não assegura o pleno emprego. Na falta de uma sociedade capaz de se auto-regular, esse modelo estatal regula a expansão econômica, o desenvolvimento do mercado e torna socialmente tolerável o desenvolvimento da racionalidade econômica.¹⁵⁶

Como contraponto, há um processo de desmonte do papel pró-ativo do Estado na economia – os neoliberais conseguiram erguê-lo sob a égide das “reformas”, dentre as

¹⁵⁵ MAIOR, Jorge Luiz Souto. *Relação de emprego e direito do trabalho: no contexto da ampliação da competência da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2007, p. 22 e 45. Em outro passo, argumenta: “Quando se fala que o emprego não existe mais, mesmo sem a intenção de fazê-lo, ou está aniquilando, banindo do mapa, por uma canetada, várias pessoas, ou se está tentando dizer que um verdadeiro empregado não é empregado, isto é, tentando corroborar com a fraude trabalhista”. Idem, *ibidem*, p. 21.

¹⁵⁶ Estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT – comprovam que o percentual de empregados no conjunto da população economicamente ativa (PEA) é mais elevado nos países que optaram por adotar a política do Estado de Bem-Estar Social, a título de exemplo, vejamos: Noruega (92,5%), Suécia (90,4%), Dinamarca (91,2%), Alemanha (88,6%), Países-baixos (88,9%), Reino Unido (87,2%), Finlândia (86,4%) e Islândia (83,4%). Em contrapartida, os dados dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento que não adotaram o modelo de bem-estar social são consideravelmente inferiores, vejamos: Grécia (60,2%), Turquia (50,9%), Tailândia (40,5%), Bangladesh (12,6%). In. OIT. *La relación de trabajo - Conferencia Internacional del Trabajo*. 95ª Reunión. Ginebra: OIT, 2006. p. 80/88.

quais se destacam a tentativa de redução ou mesmo supressão do papel do Estado, sobretudo na área de bem-estar-social, valendo-se do argumento de acordo com o qual a atuação interventiva levaria ao caminho da servidão. O Estado deve abandonar todas as suas atividades de provimento e transferir para o setor privado essa responsabilidade (é claro, somente as questões que ensejariam lucratividade), por ser inapto a realizar tais tarefas; o pilar de tais considerações se firma, resumidamente, nos motes de “corte de gastos”, “inchaço” e “incompetência estatal”.¹⁵⁷

Todas as funções do Estado que não se harmonizem ou não promovam tais valores devem ser extintas por onerosas ou supérfluas, segundo o credo neoliberal. É o Estado destinado aos interesses da classe cujo objetivo existencial é a geração e acúmulo de riqueza. Portanto, Estado minoritário, minúsculo e faccioso, aberto apenas para representar e defender os interesses da classe que o moldou. Esse Estado deve aliviar a carga tributária dos afortunados, que não podem ser prejudicados em suas posses, embora obstando dotações orçamentárias com fins sociais em proveito dos mais pobres, o que inviabiliza distribuição mais eqüitativa da renda. O Estado não deve realizar atividades que a iniciativa privada tem interesse em empreender, nem cercar lucros a pretexto de preservar o meio ambiente ou impedir o aquecimento do planeta, mas deve defender com todos os meios, inclusive com as armas, as oportunidades de negócios e a geração de riqueza de suas empresas.¹⁵⁸

A crítica “estrutural determinista” sobre a irracionalidade de um estado intervencionista, construído na valorização do trabalho-emprego e na distribuição de poder-renda, é vista pelo cientista-político Edmundo Dias como uma ideologia construtivista de um “Estado Mínimo”, mas que, se analisada por um outro ângulo, prepara as principais bases de um “Mercado Máximo”. O referido autor afirma que “o Estado que sempre foi um instrumento de construção das condições de desenvolvimento máximo da classe capitalista, é agora, apontado como o responsável de todas as crises. (...) A base da atual euforia capitalista, é ainda uma vez, a repressão, seja salarial, seja

¹⁵⁷ “No entanto, o que ocorre de fato quando as políticas neoliberais são implementadas? O Estado diminui? Absolutamente. Em todos os países onde o neoliberalismo foi implementado, a arrecadação tributária, ao invés de diminuir, aumentou. Veja o caso do Brasil: quando Fernando Henrique Cardoso chegou ao poder, nossa carga tributária correspondia a 29% do PIB. Ao sair, oito anos depois, ela tinha subido para 35,5% do PIB. E, com Lula, continuou subindo, chegando hoje a 37% do PIB. Aí é que está a questão: o Estado extrai mais impostos dos cidadãos, mas não para melhorar os serviços públicos, mas sim para pagar a dívida e seus juros. O Estado é reduzido ao mínimo para o social - saúde, educação, habitação, transporte, trabalho etc. -, mas é aumentado para o capital financeiro”. Ver: VASAPOLLO, Ivo Lesbaupin. *A Vale do Rio Doce e o neoliberalismo no Brasil*. Disponível em <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=29063>> Acesso em 16 ago.2007.

¹⁵⁸ MOURA, José Fernando Ehlers de. *Verdades Inconvenientes*. Disponível em <http://www.ajd.org.br/pub_pdf/democracia-n43.pdf> Acesso em 15 fev. 2008.

política, sobre o conjunto das classes trabalhadoras”.¹⁵⁹ O crescimento econômico proposto pelos neoliberais (no período entre 1973-2000) não se concretizou, mesmo com a liberalização dos mercados. O que se viu foi uma forte recessão e altos índices de desemprego, fatores que podem ser compreendidos quando se considera o comportamento adotado pela economia ao forçar uma transformação do Estado, de interventor para mínimo.

No que diz respeito às afirmações neoliberais sobre a necessidade de se afirmar um Estado Mínimo, Souto Maior é categórico:

[Ora,] dizer que o Estado é uma enorme burocracia corruptiva e ineficiente, que inibe o avanço econômico e a democracia, e que, por outro lado, a sociedade civil é a fonte de liberdade, da cidadania e do desenvolvimento dinâmico da economia, é no mínimo, fechar os olhos e ignorar cinquenta anos de história. O Estado financiou a industrialização, incentivou a alfabetização e implementou programas sociais amplos de saúde e bem-estar, inversamente, ‘em um século e meio de livre empresa, do século XVIII aos anos 30 deste, a América Latina sofreu os sete flagelos bíblicos, enquanto a mão invisível do mercado assistia: genocídio, fome, doenças, tirania, dependência, desterro e exploração’.¹⁶⁰

Nesse diapasão, a “corrente conjuntural determinante” considera que o processo de construção democrática deve refletir os anseios da sociedade através do desmantelamento da ideologia dos limites econômicos. Para tanto, é mister criar uma ordem jurídica mais justa, para que o bem-estar social possa ser atingido, onde o trabalho é valorizado como instrumento de emancipação social, o que pressupõe uma ação política com diretrizes bem definidas. Isso não quer dizer que se desconsidera que no capitalismo os obstáculos à democracia são imensos, uma vez que os conflitos de interesses são postos pela exploração de uma classe social por outra.

Márcio Túlio Viana, ao analisar as políticas neoliberais de desprestígio da atuação estatal, bem como das questões do trabalho e do próprio Direito do Trabalho, relembra frases, de cunho desregulatório estatal, ditas por governantes tidos como exemplificadores de políticas não intervencionistas: “‘Não há sociedade, só indivíduos’ - disse uma vez *Margareth Thatcher*. ‘Governo não é solução, é problema’ - completou *Ronald Reagan*’”. E complementa afirmando que

¹⁵⁹ DIAS, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im)possível na ordem do capital, reestruturação produtiva e passivização*. Textos Didáticos, Unicamp: IFCH/UNICAMP, 1999, n.29, p.121, set.1999.

¹⁶⁰ MAIOR, Jorge Luiz Souto. *O Direito do Trabalho como instrumento de Justiça Social*. São Paulo: LTr, 2000, p.112/113.

se o modelo antigo ajustava em certa medida o econômico e o social, o público e o privado, a opressão e a resistência, o novo modo de produzir caminha para *desconectar* aqueles laços, enfatizando o econômico, o privado e o individual. (...) É por isso que o novo modelo não quer exatamente o *fim*, mas o *avesso* do Direito do Trabalho: é melhor ter regras que o legitimem do que não haver regra alguma. O problema é que virado ao contrário-o direito já não será do *trabalho*, mas do *capital*, ou, mais profundamente, do *empresário*.¹⁶¹

A desmitificação das considerações realizadas pela corrente “estrutural determinista” surge a partir da constatação de que, na realidade, o capitalismo sem controle é incapaz de oferecer pleno emprego e bem-estar às pessoas.¹⁶² Urge sobrelevar a teoria econômica, que oferece argumentos consistentes a favor da intervenção do Estado, a fim de ressaltar que tal política não é ocasional, mas sim permanente no capitalismo.

É interessante notar que já vivemos essa escalada, embora de forma bastante incipiente. O Estado do Bem-Estar Social, mesmo tendo sido uma criação do capitalismo selvagem, serviu para domesticá-lo um pouco. Como já tido, nossa caminhada não é tão difícil. Basta que se utilize o próprio antídoto de salvação do capitalismo, o Estado Social, aprimorando-o, sempre e sempre, até se atingir a reais índices de diminuição de acumulação de capitais e a uma razoável redistribuição de rendas. Na consecução desses objetivos o direito do trabalho e o direito da seguridade social têm importante papel a exercer.¹⁶³

3.5. Tendências do mundo do trabalho e as razões da centralidade do emprego

Quando se analisa a questão do emprego/desemprego, insta questionar qual é o papel do Estado no que tange ao fomento da geração de empregos; em outras palavras, qual o

¹⁶¹ VIANA, Márcio Túlio. “A proteção social do trabalhador no mundo globalizado”. In. PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectivas*. São Paulo: LTr, 2004, p. 167 e 182.

¹⁶² Como já tido anteriormente, no Brasil, dos 80 milhões de trabalhadores que integram a População Economicamente Ativa – PEA, apenas 23 milhões são considerados trabalhadores formais, contribuintes do INSS. De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – há 2,271 milhões de trabalhadores desempregados, nas seis maiores regiões metropolitanas do país, onde se realizou a pesquisa. Ver: Almanaque Abril 2003, São Paulo: Abril, 2003, p.138. Insta salientar, que segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, o emprego formal (com carteira assinada) cresceu 5,85% em 2007, com a criação de 1,617 milhões de postos de trabalho formais. De acordo com o estudo, esse crescimento recorde foi consequência da aceleração do ritmo de crescimento de todos os setores da atividade econômica, em todas as regiões do País, e da formalização do emprego. Disponível em < <http://estatistica.caged.gov.br/consulta.aspx?mesCPT=12&anoCPT=2007>> Acesso em 12 jan.2008.

¹⁶³ MAIOR, Jorge Luiz Souto. *O Direito do Trabalho como instrumento de Justiça Social*. São Paulo: LTr, 2000, p.201.

papel do poder público no fomento do mercado de trabalho e, principalmente, na estratégia de criação de novos postos de trabalho no capitalismo contemporâneo, como meta primordial, se se quer alcançar produtivos índices de inclusão social e distribuição de bens. Quando se fala em rígida atuação do Estado nas políticas de criação de emprego, visto que o setor privado é insuficiente em sua geração e na absorção de toda força de trabalho disponível no mercado atual, tem-se, em uma inversão de perspectiva, qual seja, de que o Estado Mínimo tem como base de sustentação, nas palavras de Marcio Pochmann,

uma política que privilegiou os mecanismos de mercado como forma preferencial da regulação das relações econômicas e sociais nas décadas de 1990. (...) Assentada em um modelo de desenvolvimento que retira do Estado e busca nos agentes privados o elemento dinâmico da economia, a política econômica não atingiu o crescimento econômico esperado e ampliou as desigualdades.¹⁶⁴

O que se vê quando se adota as políticas de um Estado não interventor, conforme argumentações elaboradas por Paul Singer, é a precarização das relações de trabalho, onde, na ausência de proteção social e ausência de emprego, os trabalhadores se deparam com a informalidade – cada vez mais crescente, uma vez que não há absorção plena do mercado, nem mesmo políticas sociais eficazes –, através de atividades não regulamentadas, ocorrendo assim uma “sub-inserção”. Essa ultrajante escamoteação da realidade, no que se refere à ineficácia no controle, pelo Estado, dos índices de informalidade, é marca indelével das políticas neoliberais. Consideramos tais políticas precárias e frágeis, uma vez que somente fomentam a *substituição* das relações formalizadas de emprego, as quais no Brasil, expressam-se em registros na carteira de trabalho por relações informais de compra e venda de serviços, que vêm se constituindo, principalmente, pelas formas de contratação por tempo limitado, de assalariamento sem registro, de trabalho a domicílio e outras.¹⁶⁵

A melhoria das condições de vida e emprego através da efetivação de políticas públicas é propugnada pela corrente conjuntural, pois é somente nela que se vislumbra vetores que potencializem a criação de novos postos de trabalho e, por outro lado, enrijeça-os, possibilitando e garantindo ao trabalhador direitos sociais fundamentais tais

¹⁶⁴ POCHMANN, Marcio. (org). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade-Novos Caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Editora Cortez, 2002, p. 45.

¹⁶⁵ SINGER, Paul. *A precarização é causa do desemprego*. Folha de São Paulo, 10.12.1995, p.2, c.2.

como alimentação, educação, saúde, habitação, seguridade social etc. O intuito das políticas públicas é o de fazer com que os indivíduos recuperem a dignidade e a cidadania por meio de instrumentos que os retirem da situação de pobreza e risco social, sendo que o principal instrumento é o emprego assalariado formal (carteira assinada).

Ao fazer uma análise de caso, Marcio Pochmann argumentou que “a necessidade de interferência pública no âmbito do município de São Paulo tornou-se urgente diante do agravamento da questão macroeconômica gerada pela adoção de políticas econômicas neoliberais na esfera federal e estadual e pela falta de políticas cidadãs e emancipatórias consistentes nas duas administrações municipais anteriores, de Paulo Maluf (1993-1996) e de Celso Pitta (1997-2000)”.¹⁶⁶ E conclui que a redução do emprego assalariado formal, o crescimento do trabalho autônomo e por conta própria, o aumento do tempo de procura por um novo emprego, a elevação brutal da taxa de desemprego, tais fatores acirraram “a concorrência entre os desempregados na década de 1990” e ampliaram as “dificuldades para a questão social”.¹⁶⁷

Com base nisso, Pochmann defende que a retomada do crescimento sustentado pode ser concretizada através de um conjunto de ações voltadas para a inclusão social através da valorização do trabalho e o fortalecimento do mercado interno. Para tanto, exige-se uma política orientada por outra metodologia que não aquela preconizada pelo neoliberalismo, uma metodologia que enfrente as questões da pobreza, da desigualdade de renda e do desemprego.¹⁶⁸

Políticas públicas como a do “pleno emprego”, de acordo com o economista J. Carlos de Assis¹⁶⁹, podem ser vistas de dois ângulos diferentes: é claro que se trata de uma política que produz efeitos rápidos e polivalentes. No entanto, visto em sua face mais obscura – em médio prazo –, pode-se conceituá-la também como uma “economia de guerra”.

¹⁶⁶ POCHMANN, Marcio. (org.). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade-Novos Caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Editora Cortez, 2002, p. 22.

¹⁶⁷ POCHMANN, Marcio. (org.). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade-Novos Caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Editora Cortez, 2002, p. 48.

¹⁶⁸ POCHMANN, Marcio. (org.). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade-Novos Caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Editora Cortez, 2002, p. 48.

¹⁶⁹ ASSIS, J. C. “A política de pleno emprego”. Disponível em <http://www.desempregozero.org.br/editoriais/o_que_e_uma_politica_de_pleno_emprego.php> Acesso em 26 fev. 2007.

Ela se caracteriza pela expansão do dispêndio público em serviços públicos essenciais e em infra-estrutura, pela redução para níveis internacionais da taxa básica de juros e pelo aumento da disponibilidade de crédito interno. Em uma palavra, é o oposto da política aplicada pelo Governo FHC, e que o Governo Lula se obrigou a seguir nesta que ainda acreditamos ser uma fase de transição. Esta última se caracteriza justamente pela redução do dispêndio público (superávit no orçamento primário), pela manutenção da taxa básica de juros num patamar elevadíssimo e pela redução drástica da disponibilidade de crédito, inclusive mantendo elevado o compulsório bancário (atualmente, o crédito à economia como proporção do PIB não chega a 25%, quando nos países industrializados centrais sempre esteve em torno de 100%). Esta política, pretensamente para combater uma inflação de demanda que não existe por causa da própria recessão e do desemprego, é agravante da crise social.¹⁷⁰

Sob o manto de sua “natureza burguesa”, critica Ronald Rocha, os teóricos neoliberais desejaram “superar” o Direito do Trabalho; no entanto, é inevitável que, enquanto continuar existindo capital, seus pressupostos teórico-jurídicos não fenecerão. Eles permanecem atuais, destaca, não só no que diz respeito à defesa dos tradicionais direitos sociais e políticos dos trabalhadores assalariados, frutos de árduos e longos combates que mobilizaram várias gerações, “como também a luta presente por reformas que materializem novas conquistas”.¹⁷¹ Mas a concretização, no plano prático, das ordenações e normatizações das relações de trabalho, não é facilmente exequível:

(...) assim como a redistribuição da renda, a questão do emprego é complexa – envolve vários planos e políticas distintas. Na sua evolução conjuntural, o nível de emprego subordina-se, principalmente, ao desempenho das atividades produtivas. Mas, não é só. Conquistas trabalhistas e liberdade sindical são necessárias para garantir postos de trabalho, especialmente em situações de crise. A afirmação de direitos sociais, com a sua ampliação substantiva, passa pela instituição do seguro-desemprego; pela preservação dos espaços na economia para segmentos não-assalariados, principalmente no campo; passa por políticas públicas compensatórias e gastos governamentais na esfera social. Na sua dimensão de longo prazo, a questão do emprego é ainda mais complexa. Envolve reformas sociais e institucionais de profundidade, a reorientação do sistema produtivo numa direção compatível com a geração de milhões de empregos para uma população muito jovem e que cresce com rapidez. Ao propor uma “política” para o emprego desvinculada de orientações concretas quanto aos rumos do sistema econômico, sem qualquer menção a reformas sociais, o governo faz apenas retórica vazia e autodesmoralizante.¹⁷²

¹⁷⁰ ASSIS, J. C. “A política de pleno emprego”. Disponível em <http://www.desempregozero.org.br/editoriais/o_que_e_uma_politica_de_pleno_emprego.php> Acesso em 26 fev. 2007.

¹⁷¹ ROCHA, Ronald. “O mundo do trabalho e o trabalho do luto”. In. ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; et alli. *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 131.

¹⁷² PMDB. *Esperança e Mudança: uma proposta de governo para o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Pedroso Horta, Revista do PMDB, ano II, nº 4, outubro/novembro de 1982. Apud. GIMENEZ, Denis Maracci. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. 2007. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p.41.

O desenvolvimento econômico é imprescindível se se quer promover uma distribuição de renda sustentável. A lógica é unívoca: o desemprego, no caso do Brasil, é consequência dos baixos índices de crescimento econômico; por sua vez, estes nada mais são que efeitos das políticas públicas adotadas. Um crescimento econômico de 5% ao ano no Brasil geraria empregos suficientes para todos os jovens que ingressam no mercado de trabalho, defende Jorge Luiz Souto Maior e afirma ainda que “o que bloqueia o crescimento são os juros altos e o elevado superávit primário - que impede a expansão das empresas e o investimento nos setores necessários para gerar desenvolvimento”.¹⁷³

A valorização da centralidade do emprego e dos direitos sociais é vista por Souto Maior¹⁷⁴ como elemento seminal para o funcionamento do sistema capitalista – porém, com mais justiça e igualdade. Tal como é compreendido pelo jurista, ao se dispensar tais políticas de valorização do emprego, fomentou-se “um modelo de produção capitalista que se desenvolve à base de padrões jurídicos liberais que permite a acumulação de riquezas, sem nenhum retorno de ordem social”. Nesse diapasão, assevera que “uma economia com capital acumulado, que não confere retorno de natureza social, não tem como se desenvolver”. A conclusão, é no sentido de que despreocupação capitalista com as questões sociais ocasiona o seguinte cenário: “a produção, simplesmente, não escoou, o mercado interno não evoluiu, entrando-se em um círculo vicioso de encolhimento do mercado de consumo, redução da produção e aumento do desemprego”.¹⁷⁵

O economista Marcio Pochmann adverte, nessa mesma direção, que “ao final do século XX, o centro do capitalismo mundial acumularia cerca de ¼ do total de sua população convivendo com renda abaixo da linha de pobreza, caso não houvesse a ação direta e a proteção social que torna residual a pauperização (...)”.¹⁷⁶ Ora, se o grande trunfo da doutrina neoliberal é a defesa do aniquilamento da centralidade do emprego, tem-se inevitavelmente um efeito cascata: ocorre a concentração da renda, geração do descrédito do trabalho, geração do descrédito do Estado etc.

¹⁷³ LESBAUPIN, Ivo. *A questão do trabalho nos tempos atuais*. Disponível em: <<http://www.desempregozero.org>> Acesso em: 15 jan. 2007.

¹⁷⁴ MAIOR, Jorge Luiz Souto. “Direito Social, Direito do Trabalho e Direitos Humanos”. In. SILVA, Alessandro da, et alli. *Direitos Humanos: essência do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2007, p.27.

¹⁷⁵ MAIOR, Jorge Luiz Souto. “Direito Social, Direito do Trabalho e Direitos Humanos”. In. SILVA, Alessandro da, et alli. *Direitos Humanos: essência do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2007, p.27.

¹⁷⁶ POCHMANN, Marcio. “Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil”. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200002&lng=en&nrm=iso> Acesso em 20 mar.2007.

A era do neoliberalismo é marcada, em nível mundial, pela deterioração das condições de emprego e do mercado de trabalho. Tanto nos Estados Unidos, onde o mercado de trabalho é escassamente regulado, como nos países da União Européia, em que existem sindicatos fortes, mecanismos de proteção do emprego e esquemas de prestações sociais generosos, a situação se tem complicado enormemente a partir dos anos oitenta. Os ajustes introduzidos - que vão desde a redução dos salários, diminuição dos custos não-salariais derivados de contribuições e impostos até a atenuação de alguns mecanismos de proteção do emprego e a descentralização das estruturas de negociação - tiveram impactos insignificantes, quando não negativos, sobre o emprego e a melhoria das condições de trabalho. Não existem evidências de que a regulamentação do mercado de trabalho seja um obstáculo de peso para a criação de empregos ou que sua flexibilização contribua a solucionar os problemas de insuficiência, insegurança e instabilidade de emprego. Não existem evidências de que a redução dos salários contribua para aumentar o emprego, sequer setorial, que dirá global.¹⁷⁷

E não se pode dizer que, ao se analisar casos de países desenvolvidos, a valorização do trabalho é secundária no tocante à distribuição de renda, inclusão social, conseqüentemente, garantia dos direitos sociais. Nos países em que há maior equilíbrio na distribuição de renda, destaca Bruno Rodrigues, “garante-se mesmo às classes menos favorecidas, o acesso às premissas do estado do bem-estar-social, com garantia à saúde, educação, transporte e habitação – o que, além de generalizar a cidadania, resolve o problema do desemprego”.¹⁷⁸

3.6. Diagnósticos e Prognósticos:¹⁷⁹

No século XXI, a descentralidade do emprego se dá em decorrência de fatores que restringem direta ou indiretamente um desenvolvimento econômico-social que se

¹⁷⁷ TAVARES, Maria da Conceição. Ajuste e desemprego. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/tavares/artigo49.htm>> Acesso em 06 mar. 2007.

¹⁷⁸ RODRIGUES, Bruno Alves. “Educação e Trabalho”. PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. In. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004, p. 277.

¹⁷⁹ Os termos utilizados para elaborar o presente tópico, qual seja, “diagnósticos” e “prognósticos”, são conceitos extraídos da corrente filosófica denominada Teoria Crítica (Escola de Frankfurt), entendendo-se como modelo crítico que “(...) traz consigo um determinado ‘diagnóstico’ do tempo presente e um conjunto de prognósticos de possíveis desenvolvimentos, baseados em ‘tendências’ discerníveis em determinado momento histórico”. Nesse sentido, consultar NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.23. Insta salientar que esse tópico foi baseado nas obras *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução* e *O Estado de bem-estar social no Século XXI*, de autoria de Mauricio Godinho Delgado, bem como nos debates acadêmicos desenvolvidos no programa de Mestrado em Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica – PUC de Minas Gerais, Turma de 2006/2008, em Belo Horizonte/MG, sob a orientação do Professor Mauricio Godinho Delgado. Cf. DELGADO, Mauricio Godinho Delgado. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005 e DELGADO, Mauricio Godinho, PORTO, Lorena Vasconcelos. (org.). *O Estado de bem-estar social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007.

respalde em parâmetros de equidade. Pode-se dizer que o diagnóstico dessas questões é definido, de maneira geral, pela ausência de políticas públicas pró-ativas convergentes para a centralidade do emprego – uma vez que a tônica neoliberal pende apenas para os aspectos negativos do emprego no cenário global – e é nelas que se encontra a possibilidade de lançar as bases futuras de tentativa de solução do problema, valendo sempre de prognósticos dos elementos potencializadores. Tudo sugere que o descravajamento da centralidade do emprego para a centralidade das finanças e da especulação no sistema capitalista é, antes de tudo, uma opção política e não um fatalismo inerente ao próprio sistema:

Ora, a centralidade (ou não) do trabalho e do emprego no sistema capitalista é, essencialmente (embora não apenas isso, é claro), uma escolha, uma perspectiva, uma decisão, considerando qualquer plano do conhecimento, seja filosófico, político ou cultural. (...) Se, ao revés, se concentram todas as energias do Estado e da sociedade na gestão da moeda – este ícone da vertente liberalizante reconstruída -, é óbvio que restarão menores espaços, iniciativas, recursos e energias para a geração de empregos e disseminação da renda nos respectivos países e economias.¹⁸⁰

Abaixo, apontamos 8 (oito) tópicos relevantes, buscando confrontar à proposta neoliberal prognósticos emancipatórios frutos de uma crítica embasada, sugeridos pela corrente conjuntural, tematizados nas obras do Professor Mauricio Godinho Delgado¹⁸¹:

i) Diagnóstico: política cambial desfavorável, que se refere à ausência de proteção do produto brasileiro no mercado interno; a artificialidade da “moeda forte” impede que o país exporte com eficácia;

i-b) Prognóstico: política cambial racional, no que se refere à moeda nacional relativamente desvalorizada, para proteger setor empresarial interno e estimular integração diversificada na economia internacional;

ii) Diagnóstico: política desfavorável de retirada de despesas da economia interna, ou seja, a adoção de política liberalizante de abertura econômica sem salvaguardas de valorização do mercado interno;

¹⁸⁰ DELGADO, Mauricio Godinho Delgado. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005, p.30.

¹⁸¹ Cf. DELGADO, Mauricio Godinho Delgado. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005 e DELGADO, Mauricio Godinho, PORTO, Lorena Vasconcelos. (org.). *O Estado de bem-estar social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007.

ii-b) Prognóstico: política racional de integração ao mercado mundial – defesa da economia interna e estímulos à crescente integração econômica mundial das empresas do país;

iii) Diagnóstico: políticas de juros desfavorável; a ausência de juros baixos desestimula o investimento empresarial empreendedor face à possibilidade de quebra, mas, por sua vez, incentiva o aumento do investimento do capital especulativo e controla a inflação;

iii-b) Prognóstico: política racional de juros, o que implica a redução da remuneração do capital monetário; redução do custo do capital monetário;

iv) Diagnóstico: políticas de descontrole (ou incentivos especiais) ao capital especulativo externo, o que acarreta o descompromisso dos investidores;

iv-b) Prognóstico: política racional de gestão quanto ao capital especulativo externo;

v) Diagnóstico: política de restrição extremada da base monetária na economia, isto é, altos depósitos compulsórios bancários;

v-b) Prognóstico: política de ampliação e barateamento do crédito para empresas e pessoas físicas;

vi) Diagnóstico: política de restrição de crédito. Esse apontamento se caracteriza pela ausência de crédito farto e barato para as pessoas jurídicas e pessoas físicas;

vi-b) Prognóstico: política de incremento dos investimentos públicos diretos e indiretos;

vii) Diagnóstico: políticas de baixo investimento público direto e indireto, se a economia não desenvolver não há emprego, portanto, o Estado precisa investir sem preocupação imediata de lucro em construção de vias de transporte, escolas, saneamento básico, entre outros;

vii-b) Prognóstico: política trabalhista de generalização do Direito do Trabalho – alargamento da formalização trabalhista e combate às diversas modalidades de precarização;

viii) Diagnóstico: políticas trabalhistas de exclusão e precarização, através de formas de contratação sem preocupação com a inserção social que reduzem o poder de compra, razão pela qual os países desenvolvidos valorizam o trabalho, reforçando o mercado interno;

viii-b) Prognóstico: outras políticas de distribuição de renda (além do Direito do Trabalho);

Pelas razões apresentadas, julgamos ser a posição de Mauricio Godinho e Lorena Porto esclarecedora, quando afirmam que “somente um Estado de Bem-Estar Social, adequado às peculiaridades latino-americanas e brasileiras em particular, será capaz de tomar as medidas eficazes assecutórias de um significativo crescimento econômico com a simultânea construção de justiça social”.¹⁸²

¹⁸² DELGADO, Mauricio Godinho e PORTO, Lorena Vasconcelos. “O Estado de bem-estar social no capitalismo contemporâneo”. In. DELGADO, Mauricio Godinho, PORTO, Lorena Vasconcelos. (org.). *O Estado de bem-estar social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007, p.29.

Considerações Finais

“Além disso, reafirmamos o princípio jurídico que o trabalho humano não é mercadoria e que, portanto, atribuímos eficácia real às normas trabalhistas como forma de melhorar, de maneira sempre progressiva e constante, as condições sociais e econômicas dos trabalhadores, visto que toda riqueza de nossa sociedade emana do trabalho”.

Jorge Luiz Souto Maior

Considerações finais:

*Lembre-se, ademais, que o maior problema social é a ausência de trabalho para todos, pois, neste modelo de sociedade é do trabalho que as pessoas extraem sua sobrevivência.*¹⁸³

No que tange à função acadêmica e pedagógica dessa dissertação, destaca-se o objetivo de elencar os tópicos do debates sobre as causas da (des)centralidade do emprego no capitalismo contemporâneo: se a legislação protetiva do trabalhador realmente “embaraça” o desenvolvimento da economia nacional ou se a lógica do capital provoca um processo de degradação do trabalho. Dito de outra maneira, tratou-se de averiguar se os questionamentos sobre precarização das relações empregatícias e do próprio Direito do Trabalho são uma consequência efetiva do sistema econômico-social vigente.

O contraponto fomentado entre a “*corrente estrutural determinista*” e a “*corrente conjuntural determinante*” nos dois últimos capítulos teve como escopo não somente apresentar, mas, sobretudo, adentrar em cada um dos principais tópicos que norteiam o mencionado debate, premente em centros de excelência em pesquisa, a fim de se obter uma resposta que não primasse tanto pela sua “imparcialidade” quanto pelo seu *criticismo*, a dizer que boa parte da solução oferecida seria dada exatamente já na correta construção da questão. Trata-se de uma resposta que se mostrou alinhavada por um viés *social*, uma vez que ditou a necessidade de articulação de políticas públicas no sistema capitalista, com vistas a permitir o controle de suas distorções, inclusive o desemprego.

A análise e reflexão sobre as mais diversas opiniões doutrinárias, julgamos, demonstraram que o emprego cumpre papel fundamental para o bom funcionamento do sistema, e que as causas de sua exacerbação ou controle residem na maneira como se administra essa sociedade – o que nos pareceu ratificar que o pensamento neoliberal carrega em si equívocos teóricos. Equívocos estes que acarretam, se levarmos em consideração os principais tópicos abordados nos capítulos II e III, aumento da desigualdade social, exclusão do reconhecimento de direitos e cidadania universais,

¹⁸³ MAIOR, Jorge Luiz Souto. “Direito Social, Direito do Trabalho e Direitos Humanos”. In. SILVA, Alessandro da, et alli. *Direitos Humanos: essência do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2007, p.21

bem como impede a concretização de um Estado semelhante, em sua políticas sociais, àquele de Bem-Estar Social vivido por países europeus.

Em linhas gerais, pode-se concluir que é preciso relativizar os supostos fatores responsáveis pela assim chamada crise do emprego, pois estes não portam em si, como propriedades essenciais, *negatividade* (ausência de potencialidade emancipatória) outrora assumida pela “*corrente estrutural determinista*”. É certo que as tendências do mundo do trabalho vistas por essa corrente lançam bases para questões pertinentes e profícuas, mas que não são, no nosso entender, suficientes para levar ao ocaso a fórmula clássica de contratação.

Sob o argumento econômico¹⁸⁴, diz-se que a legislação trabalhista constitui uma barreira ao fomento de geração de emprego, uma vez que onera, em demasia, os custos empresariais; daí a necessidade de realizar alterações no Direito do Trabalho, para que o país esteja apto a concorrer na economia global. A questão essencial, por essa razão, é que esse discurso, e aqui estamos totalmente de acordo com Murilo Sampaio Oliveira,

tem encontrado intenso respaldo nos países em desenvolvimento, nos quais, contrariamente, os trabalhadores ainda estão sujeitos a intensa exploração e baixa remuneração. No Brasil, é notória a alegação de que os encargos sociais impedem novas contratações, que o trabalho é extremamente oneroso, que a legislação brasileira é excessivamente benéfica. Porém, não se chega a esta conclusão quando se compara os custo do trabalhador brasileiro com de outros países.¹⁸⁵

¹⁸⁴ “Dados referentes aos encargos sociais no Brasil, revelados por uma abordagem metodológica mais adequada, semelhante às utilizadas em muitos outros países e instituições internacionais de pesquisa, mostraram que os encargos sociais no Brasil não são elevados, contribuindo relativamente pouco para elevar o custo da mão-de-obra no país. Em razão disso, o custo do trabalho também não pode ser destacado como um dos elementos desfavoráveis ao desempenho do comércio internacional e do mercado de trabalho”. Ver: POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 176.

¹⁸⁵ OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. *Notas sobre a Crise do Direito do Trabalho*. Disponível em <http://www.anamatra.org.br/opinião/artigos/ler_artigos.cfm?cod_conteudo=6583&descricao=artigos> Acesso em 19 jun.2006.

Ainda que considerado o custo¹⁸⁶ paralelo do Direito do Trabalho, o custo de mão-de-obra, no Brasil, mesmo se considerado em sua integralidade (encargos sociais), é baixíssimo, quando comparado a outros países. Segundo informações de Arnaldo Süssekind, o custo da mão-de-obra no Brasil é igual a R\$ 2,79, enquanto que esse mesmo custo no Japão é R\$ 12,84; nos EUA de R\$ 14,83; e, na Alemanha, R\$ 21,50. Relevante destacar também que o valor do salário mínimo no Brasil equivale a US\$ 75,00, enquanto que em outros países o valor é bastante superior: Itália, US\$ 500,00; Espanha US\$ 600,00; EUA, US\$ 680,00; Canadá US\$ 920,00; França US\$ 1.000,00; Holanda, US\$ 1.075,00; Dinamarca, US\$ 1.325,00.¹⁸⁷

Denis Maracci Gimenez ao refletir sobre a “dimensão social da globalização”, através de estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho, afirma que nos “anos 90 a instituição apontava para o fato de que muitos, de maneira precipitada, deram por suposto que a chamada globalização traria consigo a internacionalização econômica, e, por conseguinte, a propagação dos avanços tecnológicos, a expansão da economia, da democracia, o emprego e o bem-estar”. E cita os seguintes dados:

Indicador atrás de indicador revelou que o crescimento era desigual, tanto dentro dos países como entre os distintos países. A pobreza não havia sido erradicada, seguia existindo a injustiça social, e aumentaram as desigualdades. Em 1960, o PIB per capita dos 20 países mais ricos era 18 vezes mais alto que o PIB dos 20 países mais pobres. Em 1995, era 37 vezes mais alto. Se bem aumentavam as exportações dos países em desenvolvimento, com respeito ao total das exportações mundiais, esse aumento se limitava a um pequeno número desses países, voltados ao ajuste de suas contas externas. No mundo inteiro, o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia praticamente não variou no decênio de 1990.¹⁸⁸

¹⁸⁶ Pochmann, em sua obra, *O trabalho sob fogo cruzado*, informa “que os estudos realizados sobre incidência dos encargos sociais no Brasil, e também aqueles que comparam os encargos de alguns países selecionados, revelam conclusões díspares, dependendo sempre da metodologia utilizada. Quando adotada a metodologia tradicional, os encargos no Brasil são apresentados como um dos mais elevados do mundo (Pastore, 1994). Ao contrário destes, há estudos que utilizam metodologias diferentes das tradicionalmente adotada e que apontam um peso bem menor dos encargos sociais do Brasil, não muito distinto da experiência internacional (Pochmann, 1994; Cesit, 1994; Santos, 1995). (...) No Brasil, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, os estudos e pesquisas sobre o custo do trabalho não são relativamente amplos. Os trabalhos existentes sobre encargos não partem de pesquisa empírica, mas de valores estimados a partir da aplicação de alíquotas legais que incidem sobre o dado do salário direto pago pelas empresas. (...) Mesmo tratando-se do rendimento recebido pelo empregado, as informações disponíveis terminam não levando em consideração a remuneração líquida do empregado, após o efeito das imposições fiscais”. Ver: POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999, p.163/164.

¹⁸⁷ SÜSSEKIND, Arnaldo, MARANHÃO, Délio, VIANNA, Segadas, TEIXEIRA. *Instituições de Direito do Trabalho*. 20ª ed. São Paulo: LTr, v.I, p. 59.

¹⁸⁸ GIMENEZ, Denis Maracci. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. 2007. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p.89.

A descentralidade do emprego na dimensão estrutural tem como pressuposto argumentativo a constatação de que, entre o final do século XIX e o início do século XX, surgiram e propagaram-se novas modalidades de inovações tecnológicas, no que se refere à energia elétrica, petrolífera, novos meios de comunicação e locomoção, inovações estas que fizeram com que as empresas extinguissem postos de trabalhos e prescindissem do labor humano.

Em análise ao argumento proposto, Mauricio Godinho Delgado, compreende que, apesar da intensidade das mudanças/consequências da Terceira Revolução Tecnológica no trabalho, não se pode afirmar que elas ocorrem de forma absoluta, a dizer que elas promovem o eclipse do emprego no sistema capitalista.¹⁸⁹

O processo de extinção de algumas funções ou profissões, segundo Bruno Rodrigues, não é irrestrito, pois, apesar de atingir com intensidade, várias ou inúmeras atividades, segmentos, funções e profissões na vida sócio-econômico, há também inúmeras outras que se adequam aos avanços tecnológicos, procurando a produtividade do trabalho, mas sem eliminar a necessidade de antigos postos de trabalho. Regra geral, tomando-se como paradigma o modelo de empresa moderna, se os postos de trabalho ainda não foram absorvidos pela automação, é porque não dispensam de atividade intelectual, fazendo necessária a presença de trabalhador preparado, para exercício dessa atividade.¹⁹⁰

Nesse sentido, há de se considerar que os avanços tecnológicos carregam em si vantagens quando potenciam a produtividade do trabalho, potenciam a própria produção, provocando diminuição no preço das mercadorias e, automaticamente, incrementa o mercado de consumo dos mesmos bens, o que significa dizer, como observou Mauricio Godinho Delgado,

que a tecnologia não eleva só a produtividade, mas tendencialmente, impulsiona também a produção, o mercado e o consumo dos respectivos bens e serviços produzidos. Os dados do comércio nos últimos 50 anos que comprova a relação positiva dos avanços tecnológicos: entre 1950/2001 o volume das transações comerciais totais no mundo contemporâneo cresceu cerca de 100 vezes saltando de US\$61 bilhões para US\$6,16 trilhões.¹⁹¹

¹⁸⁹ DELGADO, Mauricio Godinho Delgado. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005, p. 37/38.

¹⁹⁰ RODRIGUES, Bruno Alves. "Educação e Trabalho". In: PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004, p.275.

¹⁹¹ DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005, p.38,

Os efeitos das inovações tecnológicas ao mesmo tempo que eliminam certos tipos de trabalho também criam outros postos substituindo os eliminados (há substituição de labor) na geração de novas funções, profissões e emprego. O trabalho sofre com os abalos da economia, processando ciclicamente os problemas instaurados nos eixos produção/consumo. A economia, por sua vez, também sofre com os reflexos da precarização do trabalho, em decorrência do prejuízo na circulação de bens e serviços, ambos decorrentes da redução do poder aquisitivo da população inativa ou desempregada.¹⁹² Sobre esse tópico temático, discorre Ronald Rocha:

Não percebem o que resulta sendo fundamental: processa-se, como consequência da tríade automação-robótica-microeletrônica, uma reestruturação do proletariado endogenamente ao conceito, com mudança nas características e nas relações mútuas de suas camadas, bem como no seu aspecto externo mas sem violar sua essência. Destacam-se a sua relação adensada com as modernas técnicas emergentes na chamada ‘Terceira Revolução Industrial’, gerando a crescente qualificação de sua força de trabalho, a integrativa socialização de suas diferentes atividades, manuais e intelectuais, e a sua intensa migração interna, especialmente rumo aos ramos vulgarmente nomeados como ‘serviços’, dentre os quais as novas indústrias pós-fordistas, e aos setores informais, paralelamente à multiplicação do trabalho supérfluo. Há, por exemplo, toda uma gama de novas funções articuladas em torno da informática – produção, reparos e comercialização de hardwares, softwares, acessos por meio de servidores, formação e operações, gerando milhões de proletários no mundo inteiro e interagindo com as demais atividades produtivas ou simplesmente úteis -, da fabricação de novas máquinas, inclusive robôs, e da engenharia genética, sem falar nos ramos cultural, turístico e outros.¹⁹³

Assim, quando se atenta, mais profundamente, para os fatores que produzem diminuição do emprego na indústria, quando comparado ao emprego no setor terciário, vê-se com maior clareza o papel que a tecnologia exerce nas mudanças setoriais, na medida em que expulsa mão-de-obra e, concomitantemente, faz surgir novos setores, novas demandas, novas necessidades, novas ofertas de produtos e serviços, bem como novas ofertas de empregos. Como expõe Ricardo Dathein, “a economia pode estar em período de pausa até que novos produtos ou novos usos para velhos produtos sejam encontrados. Este problema deve ser resolvido com inovações que levem a reconversão da demanda efetiva, atendendo ou criando necessidades para os consumidores, ou

¹⁹² RODRIGUES, Bruno Alves. “Educação e Trabalho”. In. PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004, p.272.

¹⁹³ ROCHA, Ronald. “O mundo do trabalho e o trabalho do luto”. In. ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre Luiz. (org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba, PR: IBEJ, 1998, p.127.

também, permitindo o acesso a bens de consumo já existentes para classes sociais inferiores”.¹⁹⁴

Nesse quadro de estruturação decorrente das inovações tecnológicas e das novas exigências, instituições e comunidade fizeram aumentar o mercado laborativo – as atividades turísticas (lazer e negócios) são um exemplo do estímulo da comunicação e do transporte na expansão dos mercados. Esse panorama é bem explicitado por Ivo Lesbaupin:

É verdade que a introdução de novas tecnologias levou ao forte desemprego em determinados setores. É o caso do setor bancário, por exemplo, onde a automação acabou com muitas funções antes preenchidas por funcionários. É o caso também da indústria automobilística, onde a robótica reduziu em muito o número de operários. Mas há outros setores onde as novas tecnologias não reduzem, mas geram novos empregos: é o caso da saúde e da educação. A introdução de um novo aparelho exige um novo especialista (ex.: o tomógrafo) e emprego em torno dele. Na escola, a introdução dos computadores implica a criação de cursos de informática, além de técnicos.¹⁹⁵

Com relação às mudanças organizacionais das empresas, Thomas Gounet analisa a flexibilidade proposta pelo modelo toyotista, alertando para as conseqüências dessa mudança organizacional, quando afirma que “a Toyota começa com um número mínimo de operários que montam os carros em condições pessimistas de venda. Se o mercado melhora e permite aumentar a produção, há duas possibilidades: ou os operários são obrigados a fazer horas extras ou a empresa contrata assalariados temporários, de modo que a política básica é usar o mínimo de operários e máximo de horas extras. Para trabalhar em equipe o operário tem que ser polivalente, mas os salários não são corrigidos à altura do aumento da qualificação”.¹⁹⁶

No que se refere às mudanças mercadológicas, não se trata de negar a existência da concorrência face à globalização, vez que esta sempre existiu: o óbice encontrado, como bem explicita Mauricio Godinho Delgado, é que tais “generalização e aprofundamento do capitalismo não importam, necessariamente, no alcance de efetiva interdependência entre países e regiões. Ao revés, muitas vezes – como claro no

¹⁹⁴ DATHEIN, Ricardo. *O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana*. 2000. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p. 162.

¹⁹⁵ LESBAUPIN, Ivo. *A questão do trabalho nos tempos atuais*. Disponível em <<http://www.desempregozero.org>> Acesso em: 15 jan. 2007.

¹⁹⁶ GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 2002, p.30.

exemplo latino-americano- terminam, preferentemente, por acentuar antigas dependências e debilidades de certas economias locais”.¹⁹⁷ O fato de ser mais acentuada, não afeta a existência ou não do emprego, ao contrário, verificar-se-iam altas taxas de desocupação nos países desenvolvidos, pois são os países que mais pagam direitos trabalhistas.¹⁹⁸

O sociólogo Ricardo Antunes, por sua vez, compreende que a reengenharia ou empresa enxuta acarreta conseqüências enormes para o mundo do trabalho: i) diminuição do proletariado fabril; ii) incremento do subproletariado denominados como “terceirizados”, subcontratados e outras formas assemelhadas; iii) aumento do trabalho feminino e preferência pelo capital na sua absorção no universo do trabalho precarizado e desregulamentado; iv) exclusão dos jovens e idosos do mercado de trabalho dos países centrais; v) inclusão precoce e criminosa das crianças no mercado de trabalho e vi) expansão do trabalho social combinado- trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços.¹⁹⁹

O resultado mais evidente do processo de reestruturação produtiva sobre o trabalho é o enorme aumento das taxas de desemprego em praticamente todo o mundo. A outra conseqüência é o crescimento da economia informal: “O rápido crescimento das economias “negras”, “informais” ou “subterrâneas” também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado, levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho “terceiro mundistas” e capitalistas avançados”. O trabalho vai se tornando tão rarefeito que, para sobreviver, as pessoas acabam aceitando qualquer tipo de trabalho, qualquer tipo de remuneração.²⁰⁰

Esse novo mundo do trabalho criou, pelos motivos ora apresentados, uma nova classe trabalhadora, definida por Antunes como a mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida em trabalhadores qualificados e desqualificados do

¹⁹⁷ DELGADO, Mauricio Godinho Delgado. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005, p.15

¹⁹⁸ “O Direito do Trabalho tem sido, no desenrolar do sistema econômico-social contemporâneo, o grande instrumento de inclusão social das grandes massas populacionais dos países capitalistas desenvolvidos. Enfocadas as situações de Alemanha e França, percebe-se que mais de 80% da população economicamente ativa daqueles países (já excluído o percentual de desempregados) insere-se no mercado laborativo capitalista com as proteções inerentes ao Direito do Trabalho. Mais de 80% do pessoal ocupado nesses dois países, mesmo após 20 anos do fluxo desregulamentador insaciável oriundo da década de 70, encontra-se, sim, regido pelo Direito do Trabalho naquelas sociedades desenvolvidas”. DELGADO, Mauricio Godinho. “As duas faces da nova competência da Justiça do Trabalho”. In. Revista LTr. Legislação e Trabalho. São Paulo: LTr, vol.69, n.1, Janeiro de 2005.

¹⁹⁹ ANTUNES, Ricardo. “O neoliberalismo e a precarização estrutural do trabalho na fase de mundialização do capital”. In. SILVA, Alessandro da. *Direitos Humanos: essência do Direito do Trabalho*. São Paulo: Ltr, 2007, p. 45.

²⁰⁰ LESBAUPIN, Ivo. *A questão do trabalho nos tempos atuais*. Disponível em <<http://www.desempregozero.org>> Acesso em 15 jan. 2007.

mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho.²⁰¹

Como já afirmamos, estamos convictos que somente através de um sistema político que esteja comprometido com a igualdade ou com a distribuição equitativa de riquezas é que se poderá dizer que a sociedade regida por tal sistema dispõe de instrumentos eficazes para o pleno exercício da democracia e da cidadania. A luta inter-capital por fatias maiores de excedente social diante do mercado cada vez mais competitivo reside no “esforço frenético dos capitalistas em obter mais lucro e converter seu lucro em mais capital”, e é diante dessa competitividade e concorrência acirrada, nos dizeres de Ricardo Antunes, que vemos surgir conseqüências nefastas e extremamente graves: “a destruição e/ou precarização, sem paralelos na era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias”.²⁰²

A atual racionalidade do mercado capitalista substituiu o Estado de Bem-Estar pela “sociedade do bem-estar”, desobrigando o Estado de lidar com o problema da exclusão e da inclusão de indivíduos providos e desprovidos de bens, pois se se excluem ambos, a conseqüência tende a desestabilizar os governos, no que respeita à sua gradativa e ambiciosa conservação de poder.

Marcio Pochmann é categórico ao afirmar que “o predomínio de gestão neoliberal nas economias tem conduzido a crescentes desigualdade social, concentração de renda e desestruturação das organizações de representação dos interesses não apenas das classes baixas nas economias periféricas. Em síntese, são cada vez mais claros os sinais opostos e simultâneos de ampliação da riqueza e da pobreza”.²⁰³

Destarte, em pleno século XXI, a diminuição do desemprego e a retomada da valorização do trabalho, dar-se-ia por meio de políticas convergentes da essencialidade do valor trabalho, dentre as quais podemos indicar oito: i) política cambial racional; ii)

²⁰¹ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre afirmação e negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 184.

²⁰² ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre afirmação e negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000, p.26.

²⁰³ POCHMANN, Marcio. *Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil*. São Paulo: LTr, 2003, p. 11.

política racional de integração do mercado mundial; (iii) defesa da economia interna e estímulos crescentes; iv) política nacional de juros; v) política nacional de gestão quanto ao capital especulativo; vi) política de ampliação e barateamento do crédito; política de incremento do investimento; vii) política trabalhista de generalização do Direito do Trabalho; viii) outras políticas de distribuição de renda (além do Direito do Trabalho).²⁰⁴

Pochmann em seu artigo “*A verdadeira herança maldita*” sugestiona ainda que as elites não notaram que as causas da desigualdade no Brasil “encontram-se na precarização do mercado de trabalho, na estrutura tributária regressiva e no caráter financeirizado da riqueza”.²⁰⁵

Por tais motivos, o presente estudo pretendeu tornar mais claras as questões que viabilizam um funcionamento mais ordenado e equânime do sistema capitalista, na medida em que pode atuar com um Direito do Trabalho forte e protetivo, que alcança o seu papel na sociedade moderna através da conjugação de alguns fatores importantes tais como estrutura pública, estrutura sindical e cultura geral (educação da população), e que, nessa esteira, esteja apto a inserir o sujeito adequadamente na sociedade com totais poderes sobre suas atribuições políticas e econômicas, com direitos individuais e coletivos básicos.

Nossa pesquisa viu-se conduzida pela própria lógica das premissas ora abordadas a defender não apenas a centralidade do emprego assalariado formal como uma das principais formas de inclusão e equânime gestão das riquezas no sistema vigente, mas, sobretudo, a sustentar a importância do Direito do Trabalho na promoção e regulamentação das relações empregatícias. Esses mesmos motivos estão presentes no seguinte argumento de Mauricio Godinho Delgado:

(...) o trabalho, em especial o regulado (o emprego, em suma), por ser assecuratório de certo patamar de garantias ao ser humano, constitui-se no mais importante veículo de afirmação socioeconômica da grande maioria dos indivíduos componentes da sociedade capitalista, sendo, desse modo, um dos mais relevantes (senão o maior deles) instrumentos de afirmação da democracia na vida social.²⁰⁶

²⁰⁴ Conforme já indicado nessa dissertação, o rol dessas políticas públicas encontra-se nas obras do Professor Mauricio Godinho Delgado. Cf. DELGADO, Mauricio Godinho Delgado. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005 e DELGADO, Mauricio Godinho, PORTO, Lorena Vasconcelos. (org.). *O Estado de bem-estar social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007.

²⁰⁵ POCHMANN, Marcio. *A verdadeira herança maldita*. Disponível em <<http://www.anamatra.org.br>>. Acesso em 04 jan. 2005.

²⁰⁶ DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p.21.

Por fim, Luiz Otávio Linhares Renault expõe, com primazia, a atual importância e função do Direito do Trabalho:

Analisando-se os princípios do Direito do Trabalho em face dos princípios do Direito Constitucional, delineadores de todo o arcabouço jurídico - cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa – tenho a certeza de que as investidas contra o sistema (trabalhista) vigente não procedem. Ao revés do que possa parecer, o Direito do Trabalho mais do que nunca transita neste terreno minado com enorme desenvoltura, superando todas as intempéries. Terreno minado porque novamente bate de frente como os interesses do capital, que pretende impor novo vetor: acumulação flexível, na qual o custo da mão de obra tem de ser diminuído. Com enorme desenvoltura, porque não existe outro ramo do Direito que esteja mais apto a fazer, sem grandes traumas sociais, essa passagem que parece desabrochada da sociedade industrial para a sociedade informacional, do modelo taylorista/fordista para o modelo de acumulação flexível, dos mercados setorizados para o mercado transnacional.²⁰⁷

O postulado neoliberal que preconiza a perspectiva de que estamos na era do fim dos empregos não consegue apresentar, efetivamente, uma crítica *interna*, sequer consegue reconstruir o problema da centralidade ora exposto, uma vez que não entrevê que a negatividade conjuntural das relações de trabalho porta em si uma potencialidade emancipatória econômico-social.

²⁰⁷ RENAULT, Luiz Otávio Linhares. “Que é isto? – O Direito do Trabalho?” In. PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectivas*. São Paulo: LTr, 2004. p. 84.

BIBLIOGRAFIA:

Almanaque Abril 2003, São Paulo: Abril, 2003.

ALMEIDA, Adriana Sousa de. *Desemprego e precarização das condições de trabalho nos países de capitalismo avançado*. 2003. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

ALVES, Amauri César. *Novo contrato de emprego: parassubordinação trabalhista*. São Paulo: LTr, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre afirmação e negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. 3ª ed. rev e ampl. São Paulo: LTr, 2007.

BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil – 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. 2005. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

BOBBIO, Norberto, et alli. *Dicionário de Política*. 12ª ed. Brasília: Editora Unb, 2002, v.1.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BONAVIDES, Paulo. *Do estado liberal ao estado social*. 5ª ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1997.

COUTINHO, Aldacy Rachid (1998). *Direito do Trabalho de emergência*. Revista da Faculdade de Direito da URPR, No.30/1997, Curitiba.

CUNHA, Antonio Geraldo. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DATHEIN, Ricardo. *O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica: as abordagens neoclássica, keynesiana e*

schumpeteriana. 2000. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

DAÜBLER, Wolfgang. *Direito do Trabalho e Sociedade na Alemanha*. São Paulo: LTr/Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 1997.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução Enrico Corvisieri. São Paulo, Coleção “Os Pensadores”: Nova Cultural, 1999.

DELGADO, Gabriela Neves. *Direito fundamental ao trabalho digno*. São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2005.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2007.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Globalização e Hegemonia: Cenários para a Desconstrução do Primado do Trabalho e do Emprego no Capitalismo Contemporâneo*. ST, v.17, n.194, ago de 2005, p.21. Porto Alegre: Síntese Trabalhista.

DELGADO, Mauricio Godinho. “As duas faces da nova competência da Justiça do Trabalho”. In. Revista LTr. Legislação e Trabalho. São Paulo: LTr, vol.69, n.1, Janeiro de 2005.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Introdução ao Direito do Trabalho: relações de trabalho e relações de emprego*. 3ª ed. Rev. e atual. São Paulo: LTr, 2001.

DELGADO, Mauricio Godinho, PORTO, Lorena Vasconcelos. (org.). *O Estado de bem-estar social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007.

DIAS, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im)possível na ordem do capital, reestruturação produtiva e passivização*. Campinas: Textos Didáticos n. 29, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), 1999.

DRUCK, Maria das Graças da. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

FARIA, Ricardo de Moura; MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa. *História*. Belo Horizonte: Lê, 1993.

FERRARI, Irazy, et alli. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*. São Paulo: LTr, 1998.

FIORI, José Luis. *Os moedeiros falsos*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FISHER, Julianne, TAFNER, José, TAFNER, Malon Anderson. *Metodologia do trabalho acadêmico*. Curitiba: Juruá, 1999.

FONSECA, Fernando Adão da. *Contributos para a definição de Estado Social nas Sociedades do Século XXI: o Estado Garantia*. Disponível em <<http://www.causaliberal.net/convidados/estadogarantia.htm>> Acesso em 08 jan.2008.

GIMENEZ, Denis Maracci. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. 2007. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.

GOMES, Dinaura Godinho Pimentel. *Direito do Trabalho e dignidade da pessoa humana, no contexto da globalização econômica: problemas e perspectivas*. São Paulo: LTr, 2005.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HESÍODO *Os trabalhos e os dias*. Tradução, introdução e notas Mary de Camargos Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Koogan, 1986.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JAVILLIER, Jean-Claude. *Droit du Travail*. Paris: LGDJ, 1998.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.

KREIN, José Dari, et alli. *As transformações do mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores*. São Paulo: LTr, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo: relações internacionais, 1945-2000*. São Paulo: Moderna, 1996.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. *O Direito do Trabalho como instrumento de Justiça Social*. São Paulo: LTr, 2000.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. *Relação de emprego e direito do trabalho: no contexto da ampliação da competência da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2007.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

MASSONI, Túlio de Oliveira. *Representatividade Sindical*. São Paulo: LTr, 2007

MORAES, Reginaldo C. Corrêa. *Liberalismo Clássico: notas sobre sua história e alguns de seus argumentos*. Campinas: Textos Didáticos n. 40, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), 2000.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação do Direito do Trabalho*. 33ª ed. São Paulo: LTr, 2007.

NETO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez Editores. 1993.

NOBRE, Marcos Severino. *Lukács e os limites da reificação*. São Paulo: Editora 34, 2001.

NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

OLIVEIRA, Sebastião G. *Declínio do emprego – Relações de trabalho: Diagnóstico e prognóstico*. Revista do Direito Trabalhista. Ano 3. No.1, Jan/1997. RDT, São Paulo.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. Notas sobre a Crise do Direito do Trabalho. Disponível em
<http://www.anamatra.org.br/opinião/artigos/ler_artigos.cfm?cod_conteudo=6583&descrição=artigos> Acesso em 19 jun.2006.

OIT. *La relación de trabajo - Conferencia Internacional del Trabajo*. 95ª Reunión. Genebra: OIT, 2006.

PALOMEQUE LOPES, Manuel Carlos. *Derecho Del Trabajo e Ideologia*. 5ª ed. Madrid: Tecnos, 1995.

PIMENTA, José Roberto Freire, et alli. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectiva*. São Paulo: LTr, 2004.

PINTO, Roberto Parahyba de Arruda. (org.). *O direito e o processo do trabalho na sociedade contemporânea: homenagem a Francisco Ary Montenegro Castelo*. São Paulo. São Paulo: LTr, 2005.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. 1ª ed. São Paulo: Bempo, 2001.

POCHMANN, Marcio. (org.). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade - Novos Caminhos para a inclusão social*. 1ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

POCHMANN, Marcio. *A verdadeira herança maldita*. Disponível em <<http://www.anamatra.org.br>>. Acesso em 04 jan. 2005.

POCHMANN, Marcio. *Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil*. São Paulo: LTr, 2003.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. Padrão Puc Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2005. Disponível em http://www.pucminas.br/biblioteca/normalizacao_monografias.pdf

REIS, A. R, et alli. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo*. São Paulo: M. Books, 2004.

ROMITA, Arion Sayão. (coord.). *Sindicalismo*. São Paulo: LTR, 1986.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *Curso de Direito do Trabalho*. 9ª ed. Curitiba: Juruá, 2003.

SADER, Emir, et alli. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SARAIVA, F. R. Santos. *Dicionário Latino-Português*. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2000.

SILVA, Alessandro da, et alli. *Direitos Humanos: essência do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2007.

SILVA, Antônio Álvares da. *Flexibilização das Relações de Trabalho*. São Paulo: LTr, 2002.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. *A precarização é causa do desemprego*. Folha de São Paulo, 10.12.1995, p.2, c.2.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Teoria do Estado: o substrato clássico e os novos paradigmas como pré-compreensão para o direito constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SÜSSEKIND, Arnaldo, MARANHÃO, Délio, VIANNA, Segadas, TEIXEIRA. *Instituições de Direito do Trabalho*. 20ª ed. São Paulo: LTr, v.I.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Curso de Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

VASAPOLLO, Ivo Lesbaupin. “O trabalho atípico e a precariedade - elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista”. In. ANTUNES, Ricardo. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

VASAPOLLO, Ivo Lesbaupin. A questão do trabalho nos tempos atuais. Disponível em: <<http://www.desempregozero.org>> Acesso em: 15 jan. 2007.

VIANA, Márcio Túlio. “Alguns pontos polêmicos da terceirização”. *Repertório IOB de Jurisprudência*, São Paulo, n.8, Caderno 2, 2ª quinz. abril/1997.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 12ª ed. São Paulo: Biblioteca pioneira das ciências sociais, 1996.